



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2025

1 Mensagem da Administração

O exercício de 2025 foi marcado por avanços relevantes na atuação da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, com foco na ampliação da infraestrutura de conectividade, na execução de políticas públicas e no fortalecimento da soberania digital. A Companhia manteve seu compromisso com a inclusão digital e com o atendimento a regiões remotas, apoiando iniciativas governamentais que expandem o acesso à internet em escolas, unidades de saúde, equipamentos de assistência social, postos de fronteira e demais áreas prioritárias.

Destaca-se que a Telebras se tornou a primeira empresa pública federal a firmar um Contrato de Gestão com o Ministério das Comunicações (MCom), instrumento que estabeleceu metas para o aprimoramento da atuação institucional e fortaleceu o processo de transição da Companhia em direção a um modelo de maior sustentabilidade econômico-financeira, apoiando a busca contínua pela classificação como empresa não dependente.

A Telebras registrou melhora no desempenho econômico-financeiro, ampliou receitas de prestação de serviços e avançou na diversificação de sua carteira, incluindo a oferta de Serviços de Valor Adicionado (SVA), como soluções de *edge computing* e *imageamento* voltadas a órgãos públicos. Também manteve participação decisiva em políticas públicas, com destaque para o Projeto Aprender Conectado, desenvolvido em parceria com a EACE.

No campo da governança e integridade, a Companhia aperfeiçoou seus controles internos, fortaleceu seu Programa de Integridade, evoluiu na gestão de riscos corporativos e obteve 83,14% no Índice de Transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), conquistando o Selo Prata. O Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2026–2030) foi atualizado, com integração às diretrizes de sustentabilidade e à Política ESG.

A equidade é tratada pela Companhia de forma transversal, integrando os princípios estabelecidos em sua Política Ambiental, Social e de Governança (ESG). Esse marco orienta ações voltadas à promoção da igualdade de oportunidades, à valorização da diversidade e ao respeito aos direitos humanos. Entre as iniciativas desenvolvidas no período, destacam-se a participação nos programas Pró-Equidade de Gênero e Raça e no Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Estatais Federais, além das avaliações externas IG-SEST e iESGO.

A Administração reconhece o empenho dos colaboradores e colaboradoras da Telebras e o acompanhamento dos órgãos de governança, reafirmando o compromisso com a transparência, a eficiência e o atendimento às demandas públicas, em alinhamento à missão institucional e às prioridades estratégicas do Estado brasileiro. Atenciosamente,

A Administração

2 Perfil de Atuação

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, sediada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, quadra 4, lotes 75, 83, 125 e 175, bloco A, salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center, CEP 70610-440, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001-04, é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom).

Constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1972, a Telebras empresa é autorizada pela Anatel para a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), por meio do Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011.

A Telebras atua como executora de políticas públicas de conectividade e como provedora de infraestrutura essencial de telecomunicações para o Estado brasileiro, contribuindo diretamente para a oferta de serviços públicos à sociedade. Suas responsabilidades incluem ampliar o acesso à internet em regiões remotas, apoiar iniciativas de inclusão digital e assegurar soluções de comunicação para órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Além disso, a Telebras também atua na provisão de infraestrutura e redes de suporte para serviços de telecomunicações, incluindo atendimento a empresas privadas, como provedores de internet.

A Companhia disponibiliza capacidade de rede terrestre e satelital para iniciativas governamentais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, fronteiras e demais serviços essenciais. Dessa forma, viabiliza o atendimento à população em regiões onde a oferta privada é limitada ou economicamente inviável e contribui para a redução das desigualdades regionais e para o fortalecimento da cidadania.

A Telebras também é responsável pelo suporte e pela operação da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), infraestrutura crítica destinada à segurança da informação, à comunicação estratégica entre órgãos governamentais e ao funcionamento de serviços públicos sensíveis. Essa atuação reforça o papel da Companhia na soberania digital, na proteção de dados e na garantia de comunicações seguras para o Estado brasileiro.

No apoio às políticas públicas federais, a Telebras contribui para a conectividade de escolas por meio da parceria com a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE), no âmbito do Projeto Aprender Conectado, além de prover conectividade para unidades de saúde, centros comunitários, equipamentos de cidadania e outras estruturas públicas distribuídas pelo território nacional.

Complementarmente, a Companhia oferta soluções tecnológicas, incluindo Serviços de Valor Adicionado (SVA), apoiando a modernização digital da Administração Pública Federal e assegurando infraestrutura crítica para a continuidade dos serviços governamentais utilizados diariamente por milhões de brasileiros.

3 Finanças

3.1 Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

O comportamento das principais rubricas patrimoniais no período de 2023 a 2025, bem como as explicações referentes às variações mais relevantes, são apresentados a seguir.

Rubricas	Exercícios findos em:				2024				2023	
	Valor	AV%	AH% - 2024	AH% - 2023	Valor	AV%	AH% - 2023	AH% - 2022	Valor	AV%
Ativo Circulante	2.310.040	52,35%	30,1%	43,7%	1.776.003	43,4%	10,5%	16,2%	1.607.349	40,1%
Ativo Não Circulante	2.102.426	47,65%	-9,1%	-12,3%	2.313.982	56,6%	-3,4%	-7,7%	2.396.238	59,9%
Realizável a Longo Prazo	302.014	6,84%	-0,9%	66,3%	304.747	7,5%	67,8%	99,9%	181.609	4,5%
Investimentos	76.332	1,73%	-4,7%	8,9%	80.124	2,0%	14,3%	6,6%	70.084	1,8%
Imobilizado	1.697.499	38,47%	-11,1%	-20,0%	1.909.708	46,7%	-10,0%	-15,3%	2.121.373	53,0%
Intangível	26.581	0,60%	37,0%	14,7%	19.403	0,5%	-16,3%	-23,6%	23.172	0,6%
Ativo Total	4.412.466	100,00%	7,9%	10,2%	4.089.985	100,0%	2,2%	1,4%	4.003.587	100,0%
Passivo Circulante	367.137	8,32%	16,7%	30,8%	314.577	7,7%	12,1%	-2,2%	280.660	7,0%
Passivo Não Circulante	2.293.240	51,97%	0,0%	-0,2%	2.293.396	56,1%	-0,2%	6,2%	2.297.276	57,4%
Passivo Exigível	2.660.377	60,29%	2,0%	3,2%	2.607.973	63,8%	1,2%	5,1%	2.577.936	64,4%
Patrimônio Líquido	1.752.089	39,71%	18,2%	22,9%	1.482.012	36,2%	4,0%	-4,7%	1.425.651	35,6%
Passivo Total	4.412.466	100,00%	7,9%	10,2%	4.089.985	100,0%	2,2%	1,4%	4.003.587	100,0%

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Tabela 3-1 Principais Rubricas Patrimoniais 2023 - 2025

Indicadores Financeiros	Medida	2025	2024	2023
Liquidez Corrente	Índice	7,1339	6,5339	7,3122
Liquidez Geral	Índice	6,1667	4,5427	3,8399
Composição do Endividamento	%	76,19%	58,98%	46,88%
Grau de Endividamento	%	9,60%	11,20%	11,61%
Participação de Capital de Terceiros	%	10,64%	12,65%	13,20%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Tabela 3-2 Rubricas Patrimoniais - Indicadores Financeiros

Ativo Circulante – O Ativo Circulante ao final de 2025 apresentou aumento de 30,1% e 43,7% em relação aos anos de 2024 e 2023, respectivamente. Esse crescimento é explicado principalmente pelos aumentos nas Disponibilidades, no Contas a Receber e pelo reconhecimento do superávit de previdência privada.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 9,1% em comparação ao ano de 2024 e de 12,3% em relação a 2023. Esse comportamento decorre principalmente de:

- (i) transferências para o Ativo Circulante de valores anteriormente registrados no Realizável a Longo Prazo, relativos a despesas antecipadas; e
- (ii) impacto da Depreciação e Amortização do Ativo Imobilizado e Intangível, cujos montantes superaram os ingressos verificados no período.

Essa redução, contudo, foi parcialmente compensada pelo reconhecimento do superávit de previdência privada no exercício de 2025.

Passivo Circulante – O comportamento desta rubrica, na comparação entre o exercício de 2025 e os exercícios de 2024 e 2023, apresentou um aumento de 16,7% em relação ao ano de 2024 e uma redução de 30,8% quando comparado ao ano de 2023. O crescimento frente a 2024 é explicado pelo aumento dos valores relativos aos tributos diretos e indiretos, decorrente do resultado positivo do exercício (no caso dos tributos diretos), bem como pelo reconhecimento do superávit de previdência privada, que impactou as contribuições para PIS e Cofins.

Outro fator que contribuiu para esse aumento foi o recebimento de subvenções orçamentárias, cujo montante não foi integralmente realizado no exercício.

Esses incrementos foram parcialmente amortizados pela baixa das dívidas de financiamento junto à FINEP, bem como pelos pagamentos de valores devidos à Previ e à Funcef.

Passivo Não Circulante – O Passivo Não Circulante manteve-se estável na comparação entre os exercícios de 2024 e 2023. Embora tenha ocorrido a baixa de dívidas de financiamentos e de obrigações com credores decorrentes de acordos judiciais, outros eventos contábeis compensaram essas reduções. Como resultado, o grupo apresentou comportamento praticamente inalterado no período.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2025, quando comparado aos exercícios de 2024 e 2023, apresentou crescimento de 18,2% e 22,9%, respectivamente. Esse desempenho é explicado pelos aumentos de capital realizados em 2025, bem como pelo Lucro Líquido registrado no período.

3.2 Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2025, quando comparado aos exercícios de 2024 e 2023, é apresentado a seguir, acompanhado das explicações observadas entre os períodos analisados.

R\$ mil	relativas			às principais			variações		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023	2025	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	540.908	462.391	470.052						
Serviços de Comunicação Multimídia	432.484	355.951	356.511						
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.481	36.481						
Aluguéis e Locações	28.382	26.918	24.851						
Receita de Valor Adicionado	26.411	20.029	18.073						
Compartilhamento de Receita	10.421	13.633	19.640						
Outras Receitas	6.730	9.379	14.496						
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(49.899)	(48.076)	(53.212)						
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	491.009	414.315	416.840						
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	19.795	(125.775)	(230.707)						
Meios de Conexão e Transmissão	(170.423)	(135.121)	(136.851)						
Serviços de Terceiros	(153.128)	(173.875)	(159.570)						
Pessoal	(119.390)	(111.058)	(106.908)						
Aluguéis, Locações e Seguros	(62.049)	(50.467)	(50.936)						
Tributos	(6.256)	(5.372)	(5.296)						
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)	(5.379)						
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)	(1.314)						
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.733)	(411)	(1.231)						
Material	(76)	(809)	(2.181)						
Equivalência Patrimonial	369	(1.013)	(2.254)						
Outras Despesas Operacionais	(23.886)	(14.792)	(55.659)						
Outras Receitas Operacionais	563.051	373.698	296.872						
EBITDA	510.804	288.540	186.133						
Margem EBITDA	104,03%	69,64%	44,65%						
Depreciação e Amortização	(274.104)	(270.044)	(253.540)						
EBIT	236.700	18.496	(67.407)						
Resultado Financeiro	(54.264)	(85.068)	(59.950)						
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	182.436	-	-						
DEDUÇÕES DO RESULTADO	(41.932)	-	-						
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.932)	-	-						
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	140.504	(66.572)	(127.357)						
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	1,5258	(0,7707)	(1,4743)						

Tabela 3-3 Resultado 2025



3.2.1 Receita Operacional Líquida

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	540.908	462.391	470.052	17,0%	15,1%
Serviços de Comunicação Multimídia	432.484	355.951	356.511	21,5%	21,3%
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.481	36.481	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações	28.382	26.918	24.851	5,4%	14,2%
Receita de Valor Adicionado	26.411	20.029	18.073	31,9%	46,1%
Compartilhamento de Receita	10.421	13.633	19.640	-23,6%	-46,9%
Outras Receitas	6.730	9.379	14.496	-28,2%	-53,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(49.899)	(48.076)	(53.212)	3,8%	-6,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	491.009	414.315	416.840	18,5%	17,8%

Tabela 3-4 Receita Bruta e Líquida

No acumulado de 2025, a receita somou R\$ 491,0 milhões, ante R\$ 414,3 milhões registrados em 2024 e R\$ 416,8 milhões em 2023, o que representa um crescimento de 18,5% e 17,8% na comparação anual, respectivamente. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelos reajustes aplicados aos contratos e pelo início da prestação de serviços a novos clientes.

O comportamento da receita operacional bruta por serviço no exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024, é apresentado a seguir:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): A receita de SCM em 2025 totalizou R\$ 432,5 milhões, ante R\$ 356,0 milhões registrados em 2024 e R\$ 356,5 milhões em 2023, representando crescimento de 21,5% e 21,3% em relação aos mesmos períodos dos dois anos anteriores, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, de:

- (i) início da prestação de serviços a novos clientes; e
- (ii) reajustes anuais aplicados aos preços dos contratos, especialmente no âmbito do programa GESAC, ao longo dos períodos comparados.

Locação de Capacidade Satelital: Esse produto manteve-se estável na comparação entre os exercícios de 2025, 2024 e 2023, registrando receita de R\$ 36,5 milhões. Esse montante corresponde ao reconhecimento da receita relacionada à cessão de capacidade satelital ao Ministério da Defesa.

Aluguéis e Locações – Outras: A rubrica compreende o aluguel de cabos ópticos, a locação de roteadores e o aluguel de infraestrutura do segmento satelital, decorrente do contrato de parceria com a Viasat. Em 2025, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 28,4 milhões, ante R\$ 26,9 milhões registrados em 2024 e R\$ 24,9 milhões em 2023, representando aumentos de 5,4% e 14,2%, respectivamente.

Compartilhamento de Receitas: Em 2025, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 10,4 milhões, ante R\$ 13,6 milhões em 2024 e R\$ 19,6 milhões em 2023 — uma redução de 23,6% na comparação com 2024 e de 46,9% em relação a 2023. Essa diminuição decorre do menor volume de recursos recebidos pela Viasat ao longo dos períodos analisados.

Serviço de Valor Adicionado: Em 2025, a receita de SVA totalizou R\$ 26,4 milhões, ante R\$ 20,0 milhões em 2024 e R\$ 18,1 milhões em 2023, o que representa crescimento de 31,9% na comparação com 2024 e de 46,1% em relação a 2023. Esse aumento decorre da expansão do portfólio de serviços de valor adicionado, que impulsionou a demanda e ampliou a participação dessa linha no resultado operacional da Companhia.

Outras Receitas: As Outras Receitas totalizaram R\$ 6,7 milhões em 2025, ante R\$ 9,4 milhões registrados em 2024 e R\$ 14,5 milhões em 2023, e correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de Wi-Fi, abrangendo os programas Wi-Fi Brasil, Wi-Fi Telebras e Wi-Fi Externo.

Em 2025, esse conjunto de serviços apresentou redução de 28,2% em relação ao montante registrado em 2024 e de 53,6% na comparação com 2023. Apesar do aumento no número de clientes atendidos em comparação ao ano anterior, o resultado apresentou retração devido à diminuição dos pontos ativos do Programa GESAC, o que reduziu a receita no período.

3.2.2 Custos e Despesas Vinculadas às Funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Despesas Gerais e Administrativas (Exceto Depreciação e Amortização)

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Serviços de Terceiros	(153.128)	(173.875)	(159.570)	-11,9%	-4,0%
Meios de Conexão e Transmissão	(170.423)	(135.121)	(136.851)	26,1%	24,5%
Pessoal	(119.390)	(111.058)	(106.908)	7,5%	11,7%
Aluguéis, Locações e Seguros	(62.049)	(50.467)	(50.936)	22,9%	21,8%
Tributos	(6.256)	(5.372)	(5.296)	16,5%	18,1%
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)	(5.379)	1,9%	-27,9%
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)	(1.314)	2,0%	113,6%
Materiais	(76)	(809)	(2.181)	-90,6%	-96,5%
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.733)	(411)	(1.231)	321,7%	40,8%
Total	(519.739)	(483.668)	(469.666)	7,5%	10,7%

Tabela 3-5 Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os custos e despesas operacionais registraram crescimento de 7,5% em relação a 2024 e de 10,7% quando comparados a 2023, alcançando R\$ 519,7 milhões (ante R\$ 483,7 milhões em 2024 e R\$ 469,7 milhões em 2023).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de custos e despesas operacionais foram as seguintes:

Meios de Conexão e Transmissão: Em 2025, os custos de conexão e transmissão apresentaram aumento de 26,1% em relação a 2024 e de 24,5% quando comparados a 2023, totalizando R\$ 170,4 milhões, ante R\$ 135,1 milhões registrados em 2024 e R\$ 136,9 milhões em 2023. Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD – última milha) e com *backbone*, que registraram elevações de 35,8% e 0,5%, respectivamente, na comparação anual. O incremento mais expressivo em EILD reflete a contratação de serviços de conexão satelital, necessária para atender à demanda dos serviços prestados pela Telebras.

Adicionalmente, contribuiu para o aumento desses custos o reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no valor de R\$ 12,8 milhões, relacionada ao contrato de swap firmado com a operadora TIM, o que reforçou a elevação observada no período.

Pessoal: Em 2025, os custos e despesas com Pessoal apresentaram aumento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 11,7% quando comparados ao exercício de 2023. Esse acréscimo decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) concessão de promoções oriundas do processo anual de avaliação de desempenho dos empregados;
- ii) reposição das perdas salariais prevista no acordo coletivo vigente; e
- iii) expansão do quadro de empregados, necessária para sustentar o crescimento das operações e viabilizar a execução das iniciativas estratégicas da companhia.

Serviços de Terceiros: Os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram redução de 11,9% em 2025, quando comparados ao mesmo período de 2024. Em relação a 2023, a queda foi de 4,0%. Essa diminuição decorre, principalmente, da redução dos gastos com a manutenção da planta terrestre e satelital, bem como da diminuição dos custos e despesas relacionados à manutenção de *hardware* e *software* utilizados pelas áreas de operação e administração nos períodos analisados. Esse movimento reflete, sobretudo, os efeitos do reconhecimento e da reversão de provisões, além do encerramento de contratos ao longo do exercício.

Aluguéis, Locações e Seguros: A rubrica apresentou aumento de 22,9% na comparação com o exercício de 2024 e de 21,8% em relação a 2023. Esse crescimento decorre, principalmente, da elevação dos custos de locação de equipamentos para conexão e operação satelital, registrada no período em razão da contratação de outras operadoras de satélite, além da Viasat, para atender às demandas dos serviços prestados.

3.2.3 Depreciação e Amortização

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Depreciação e Amortização	(274.104)	(270.044)	(253.540)	1,5%	8,1%

Tabela 3-6 Depreciação e Amortização

A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou aumento de 1,5% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024 e de 8,1% em relação ao ano de 2023. Esse crescimento decorre, principalmente, das transferências de bens anteriormente classificados como “em andamento” para a condição de “em serviço”, ao longo desses períodos, passando, assim, a integrar a base depreciável.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do número de ativos que atingiram a condição de totalmente depreciados, o que reduziu o impacto líquido dessa despesa no exercício, bem como pelas baixas de bens realizadas nos exercícios anteriores em decorrência do processo de inventário patrimonial.

3.2.4 Resultado de Equivalência Patrimonial – Visiona

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Resultado de Equivalência Patrimonial	369	(1.013)	(2.254)	136,4%	116,37%

Tabela 3-7 Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial reflete a participação da Telebras (49%) no resultado da coligada Visiona ao longo dos períodos analisados. Em 2025, a coligada registrou Lucro Líquido de R\$ 0,8 milhão, ante um prejuízo de R\$ 2,1 milhões em 2024 e de R\$ 4,6 milhões em 2023.

O desempenho positivo de 2025 resultou em um efeito favorável de R\$ 0,4 milhão no Resultado de Equivalência Patrimonial. Já nos exercícios de 2024 e 2023, os reflexos foram negativos em R\$ 1,0 milhão e R\$ 2,3 milhões, respectivamente, acompanhando o resultado deficitário apurado pela coligada nesses anos.

3.2.5 Outras Receitas / Despesas Operacionais

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	406.942	158.402	240.187	156,9%	69,4%
Superávit de Previdência Privada (ii)	134.727	212.038	33.912	-36,5%	297,3%
Recuperação de Tributos – Créditos sobre Insumos (iii)	17.575	20.538	9.450	-14,4%	86,0%
Ativos Contingentes (iv)	14.960	-	-	100,0%	100,0%
Rever. de Prov. p/ Riscos Trab., Cíveis, Fiscais	1.421	574	9.213	147,6%	-84,6%
Outras Receitas Operacionais	1.296	4.994	3.693	-74,0%	-64,9%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais (v)	(13.870)	(22.848)	-	-39,3%	100,0%
Total	563.051	373.698	296.872	50,7%	89,7%
Outras Despesas Operacionais					
Tributos	(7.912)	(6.116)	(10.835)	29,4%	-27,0%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(5.196)	(498)	(962)	943,4%	440,1%
Multas sobre Contas a Receber – Contratos	(4.874)	(3.568)	(40.034)	36,6%	-87,8%
Multas sobre Obrigações com Fornecedores	(3.029)	-	-	10,0%	100,0%
Baixa de Ativo Imobilizado	-	(2.666)	(383)	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas Operacionais	(2.875)	(1.944)	(3.445)	47,9%	-16,5%
Total	(23.886)	(14.792)	(55.659)	61,5%	-57,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	539.165	358.906	241.213	50,2%	123,5%

Tabela 3-8 Outras Receitas e Despesas Operacionais

No ano de 2025, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais, deduzidas de Outras Despesas Operacionais, apresentou saldo positivo de R\$ 539,2 milhões (R\$ 358,9 milhões em 2024 e R\$ 241,2 milhões em 2023). Esse desempenho representa um crescimento de 50,2% em relação ao exercício de 2024 e de 123,5% em comparação a 2023.

As principais variações observadas ao longo do período concentraram-se nas seguintes rubricas:

i) Subvenções Orçamentárias Recebidas: A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente e, com isso, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas de pessoal, custeio e investimentos. Os recursos destinados a pessoal e demais custeios são reconhecidos no resultado da Companhia à medida que são realizados, conforme o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. Os recursos voltados a investimentos são registrados no passivo não circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 2025, a Telebras reconheceu R\$ 406,9 milhões no resultado (ante R\$ 158,2 milhões em 2024 e R\$ 240,2 milhões em 2023), representando um aumento de 156,9% e 69,4%, respectivamente. Esse crescimento decorre, principalmente, dos recursos recebidos para quitação do financiamento junto à FINEP e dos valores vinculados ao contrato de gestão, destinados ao pagamento de obrigações da Companhia.

ii) Superávit de Previdência Privada: Trata-se do reconhecimento dos superávits relativos aos planos PBS-A, PBS-Telebras e Telebrasprev, que serão repassados à Telebras pela Sistel em 36 parcelas mensais, sujeitas ou não à atualização monetária conforme a rentabilidade do respectivo plano, de acordo com as regras estabelecidas em seus regulamentos.

No exercício de 2025, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 132,7 milhões (R\$ 212,0 milhões em 2024 e R\$ 33,9 milhões em 2023), correspondente ao direito de recebimento dos superávits dos planos de previdência complementar patrocinados pela Telebras.

iii) Recuperação de Créditos Tributários: Em 2025, a Telebras registrou o montante de R\$ 17,6 milhões (R\$ 20,5 milhões em 2024 e R\$ 9,5 milhões em 2023), referente ao reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS. Tais créditos são utilizados na apuração das contribuições, compensando o valor devido pela Companhia, conforme previsto na legislação tributária aplicável.

iv) Tributos sobre Outras Receitas Operacionais: A redução de 39,3% em relação ao exercício de 2024 decorre, principalmente, da diminuição dos eventos reconhecidos no resultado do período classificados como outras receitas operacionais e que são sujeitos à incidência de PIS e Cofins. A menor geração desses eventos no exercício reduziu a base tributável e, conseqüentemente, o montante registrado nessa rubrica.

3.2.6 Resultado Financeiro

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicações Financeiras (i)	194.343	116.459	155.382	66,9%	25,1%
Juros sobre Superávit Previdência Privada (ii)	18.867	2.610	1.439	622,9%	1211,1%
Juros sobre Tributos	12.724	10.871	12.221	17,0%	4,1%
Juros sobre Depósitos Judiciais	4.534	3.644	4.142	24,4%	9,5%
Descontos Financeiros sobre Passivos	2.808	-	-	100,0%	100,0%
Outras Receitas	254	867	294	-70,7%	-13,6%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(10.649)	(6.107)	(7.840)	74,4%	35,8%
Total	222.881	128.344	165.638	73,7%	34,6%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(249.981)	(189.369)	(198.416)	32,0%	26,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(14.247)	(12.998)	(13.678)	9,6%	4,2%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.484)	(6.298)	(6.775)	3,0%	-4,3%
Juros sobre Obrigações com Fornecedores	(2.568)	-	-	100,0%	100,0%
Variação Cambial sobre Obrigações com Fornecedores	(2.511)	-	-	100,0%	100,0%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(2.878)	(5.474)	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas	(1.354)	(1.869)	(1.245)	-27,6%	8,8%
Total	(277.145)	(213.412)	(225.588)	29,9%	22,9%
Resultado Financeiro	(54.264)	(85.068)	(59.950)	-36,2%	-9,5%

Tabela 3-9 Resultado Financeiro



No exercício de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 54,3 milhões (R\$ 85,1 milhões em 2024 e R\$ 60,0 milhões em 2023), representando melhora de 36,2% em relação a 2024 e de 9,5% em relação a 2023. As principais rubricas do resultado financeiro apresentaram os seguintes comportamentos:

i) Juros sobre Aplicações Financeiras: No exercício de 2025, a receita de juros sobre aplicações financeiras apresentou aumento de 66,9% em comparação com o ano de 2024 e de 25,1% em relação a 2023. Esse crescimento reflete as variações na taxa básica de juros (Selic), bem como o desempenho dos fluxos de caixa ao longo dos períodos analisados.

ii) Juros sobre Superávit Previdência Privada: No ano de 2025, o ganho de atualização monetária dos valores a receber relativos ao superávit de previdência privada foi 622,9% superior ao registrado em 2024 e 1.211,1% acima do apurado em 2023. Esse comportamento decorre dos montantes a receber reconhecidos pela Companhia ao longo de 2025.

iii) Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC): No ano de 2025, os juros sobre o AFAC apresentaram aumento de 32,0% e 26,0% em relação aos anos de 2024 e 2023, respectivamente. Essa variação decorre das alterações na taxa Selic, bem como dos aportes recebidos nos exercícios de 2024 e 2023 que ainda não foram objeto de capitalização.

3.2.7 Resultado Recorrente

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)	(127.357)	-311,1%	-47,7%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)	(33.912)	-36,5%	297,3%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	12.462	19.614	3.137	-36,5%	297,3%
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(76)	(2.297)	(417)	-96,7%	-81,8%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666	383	-100,0%	-100,0%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	4.874	3.568	39.352	36,6%	-87,6%
(-) Ativos Contingentes	(14.960)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos s/ Ativo Contingente	1.384	-	-	100,0%	100,0%
(+) Ajuste de IRPJ/CSLL sobre Eventos Não recorrentes	31.188	-	-	100,0%	100,0%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício Recorrente	40.649 (255.059)	(118.814)	(118.814)	-115,9%	114,7%
Margem Líquida	8,3%	-61,6%	-28,5%	-113,4%	116,0%
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	0,4414	-2,9526	-1,3754	-114,9%	114,7%

Tabela 3-10 Resultado Recorrente

Em 2025, a Companhia apresentou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 40,6 milhões (R\$ 255,1 milhões em 2024 e R\$ 118,8 milhões em 2023), representando aumentos de 115,9% e 114,7%, respectivamente. O desempenho positivo no exercício de 2025, em relação aos períodos comparados, é explicado pelos seguintes fatores: i) aumento das receitas de prestação de serviços; ii) crescimento das subvenções orçamentárias recebidas e realizadas; iii) melhora do resultado financeiro; e iv) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

3.2.8 EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	140.504	(66.572)	(127.357)	-311,1%	-210,3%
(+/-) Resultado Financeiro	54.264	85.068	59.950	-36,2%	-9,5%
(+) Depreciação e Amortização	274.104	270.044	253.540	1,5%	8,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	41.932	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA	510.804	288.540	186.133	77,0%	174,4%
Ajustes:					
(-) Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)	(33.912)	-36,5%	297,3%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	12.462	19.614	3.137	-36,5%	297,3%
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(76)	(2.297)	(417)	-96,7%	-81,8%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.307)	(5.219)	(5.175)	1,7%	2,6%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(867)	(741)	(1.034)	17,0%	-16,2%
(+) Equivalência Patrimonial	(369)	1.013	2.254	-136,4%	-116,4%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666	383	-100,0%	-100,0%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	4.874	3.568	40.078	36,6%	-87,8%
(-) Ativos Contingentes	(14.960)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos s/ Ativos Contingentes	1.384	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA Ajustado	373.218	95.106	191.447	292,4%	94,9%
Margem EBITDA	-104,0%	-69,6%	-44,7%	49,4%	133,0%
Margem EBITDA Ajustado	76,0%	23,0%	45,9%	231,1%	65,5%

Tabela 3-11 EBITDA/LAJIDA

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 156, de 23 de junho de 2022, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial,

da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicadores de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 373,2 milhões, ante R\$ 95,1 milhões em 2024 e R\$ 191,4 milhões em 2023, o que representa crescimento de 292,4% e 94,9%, respectivamente. Esse incremento decorre, essencialmente, de três fatores:

i) expansão da Receita Operacional Líquida; ii) aumento das Subvenções Orçamentárias Recebidas, destinadas ao pagamento de pessoal, outros custos e obrigações vinculadas ao contrato de gestão; e iii) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 76,0% em 2025, comparada aos 23,0% registrados em 2024 e 45,9% em 2023, refletindo avanço de 231,1% em relação a 2024 e 65,5% quando comparada a 2023.

Quando desconsideradas as Subvenções Orçamentárias — que somaram R\$ 406,9 milhões em 2025, frente a R\$ 158,4 milhões em 2024 e R\$ 240,2 milhões em 2023 — o EBITDA Ajustado seria negativo em R\$ 33,7 milhões em 2025, ante R\$ 63,3 milhões negativos em 2024 e R\$ 48,8 milhões negativos em 2023, evidenciando melhora de 46,7% em comparação a 2024 e de 30,9% em relação a 2023. Nesse cenário, a Margem EBITDA Ajustada corresponderia a -6,9% em 2025, comparada a -15,3% em 2024 e -11,7% em 2023.

3.3 Execução Orçamentária

No exercício de 2025, o orçamento da Telebras foi aprovado pela Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (LOA 2025). Em setembro de 2025, a Companhia firmou Contrato de Gestão com o MCom, conforme previsto na Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025), viabilizando a migração da empresa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) para o Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Orçamento de Investimento (OI). Em decorrência dessa alteração, a Portaria GM/MPO nº 339, de 23 de setembro de 2025, cancelou os saldos e as dotações orçamentárias da empresa no âmbito do OFSS, enquanto a Portaria MGI nº 8.249 autorizou o orçamento da Telebras no PDG. A Portaria MGI nº 11.032, de 5 de dezembro de 2025 apresentou os valores definitivos aprovados enquanto a Lei nº 15.309, de 22 de dezembro de 2025, autorizou o Orçamento de Investimento (OI).

Desde sua inclusão no OFSS em 2020 e ao longo dos exercícios de 2021 a 2025, a Telebras esteve obrigada a registrar as suas operações nos sistemas Estruturantes do Governo Federal, SIAFI e SIOP. Em abril de 2025, a Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (LOA 2025) aprovou o orçamento anual.

Os dados apresentados foram extraídos do portal Siga Brasil, para o período em que a empresa integrava o OFSS, e dos sistemas SIEST, SIOP e SAP, referentes ao período posterior, já na vigência do OI/PDG.

3.3.1 Execução da Receita

O ingresso total de recursos em 2025 foi de R\$ 1,02 bilhão, composto por Receitas de Capital, Receitas Correntes e Subvenções.

As Receitas de Capital referem-se às subvenções destinadas a investimentos, recebidas no período em que a Telebras figurava como empresa dependente do OFSS.

Nas Receitas Correntes, a receita operacional decorre da prestação dos serviços de telecomunicações, incluindo a oferta de banda larga por meio da infraestrutura terrestre e do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), bem como do aluguel de infraestrutura a outras empresas.

Os valores registrados como adiantamentos recebidos correspondem às cauções aportadas por clientes em maio e agosto de 2025.

A receita financeira é proveniente de aplicações em fundos extramercado, formadas tanto por recursos próprios da Telebras quanto pelo saldo remanescente dos aportes de capital realizados pela União em 2019.

Nos outros ingressos correntes, incluem-se os repasses da Fundação Sistel de Seguridade Social (Sistel), decorrentes de superávit financeiro dos planos PBS-A (ano-base 2018) e PBS-Telebras (ano-base 2014 e 2015), repassados mensalmente conforme acordo firmado entre as instituições. Neste agrupamento constam também as subvenções recebidas no período em que a Telebras integrava o OFSS, destinadas à cobertura de despesas de pessoal.

Adicionalmente, em outros ingressos correntes incluem entradas de recursos relativas a créditos contingenciados, recuperações e demais receitas eventuais.

Em subvenção econômica, no período em que a Telebras integrava o OFSS, os ingressos destinavam-se à amortização de financiamento contratado junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e ao pagamento de sentenças judiciais.

Como empresa integrante do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Dispêndios Globais (PDG), a subvenção decorre do acordo firmado entre a Telebras e o MCom (MCom), com a finalidade de proporcionar a liquidação de passivos com fornecedores, prestadores de serviços e acordos extrajudiciais.

		Valores em R\$ Milhões	
	Ingressos de Recursos	Total 2025	
	Receita de Capital	10,41	
	Receita Corrente	641,87	
	Venda de Produtos e Serviços	217,03	
	Adiantamentos Recebidos	0,06	
	Receitas Financeiras	227,97	
	Outros Ingressos Correntes	196,80	
	Subvenção Econômica	370,72	
	TOTAL	1.022,99	
	Fonte: SAP		

Tabela 3-12 Receita Arrecadada

3.3.2 Execução da Despesa

Em razão da migração da Telebras do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) para o Orçamento de Investimento (OI) e o Programa de Dispêndios Globais (PDG) em setembro de 2025, portanto, no decorrer do exercício, os demonstrativos apresentados a seguir alteram entre duas sistemáticas:

- Quando aplicável, seguem a classificação própria das despesas públicas (empenhado, liquidado e pago);
- Nos demais casos, seguem a metodologia adotada pelo setor produtivo estatal, alinhada à contabilidade societária.

As despesas por categoria econômica estão detalhadas nos quadros a seguir.

Valores em R\$ Milhões						
Categoria Econômica	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Total Pago	Percentual	Percentual
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (b / a)	f = (d / c)
3 - Despesas Correntes	249,08	249,07	249,07	249,07	100%	100%
4 - Despesas de Capital	45,90	45,90	45,90	45,90	100%	100%
Subtotal	294,98	294,97	294,97	294,97	100%	100%
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Total	294,98	294,97	294,97	294,97	100%	100%

Fonte: Sistema Siga Brasil - Senado Federal: 23/1/2026

Tabela 3-13 Execução da Despesa por Categoria Econômica



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Para o exercício de 2025, em decorrência da celebração do Contrato de Gestão entre a Telebras com o MCom, foram anulados os saldos disponíveis nas notas de empenho, e a dotação orçamentária da empresa foi atualizada pela Portaria GM/MPO nº 339/2025. Por esse motivo, a execução relativa ao OFSS alcançou 100% no exercício.

Valores em R\$ Milhões

Resultado Fonte	Ação	Descrição	Fonte	Descrição	Autorizado		Empenhado		Liquidado		Pago		Em milhões de Reais (R\$)	
					(a)	(b)	(c)	(d)	(e = b/a)	(f = d/c)				
Despesas Financeiras e Obrigatórias (RP 0 e 1)					153,56	153,56	153,56	153,56	100%	100%				
Despesas Correntes					108,70	108,70	108,70	108,70	100%	100%				
	0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	0,11	0,11	0,11	0,11	100%	100%				
	0022	Sentenças Judiciais Devidas Por Empresas	1000	Recursos Livres da União	21,79	21,79	21,79	21,79	100%	100%				
	20TP	Ativos Cíveis da União	1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	41,45	41,45	41,45	41,45	100%	100%				
	20TP	Ativos Cíveis da União	1000	Recursos Livres da União	3,98	3,98	3,98	3,98	100%	100%				
	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e Seus Dependentes	1000	Recursos Livres da União	4,51	4,51	4,51	4,51	100%	100%				
	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis												
Amortização da Dívida					44,86	44,86	44,86	44,86	100%	100%				
	0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	44,86	44,86	44,86	44,86	100%	100%				
Despesas Discricionárias (RP 2)					141,42	141,42	141,42	141,42	100%	100%				
Despesas Correntes					140,38	140,38	140,38	140,38	100%	100%				
	15UI	Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital	1050	Recursos Próprios Livres da UO	59,53	59,53	59,53	59,53	100%	100%				
	2000	Administração da Unidade	1000	Recursos Livres da União	13,05	13,05	13,05	13,05	100%	100%				
	2000	Administração da Unidade	1050	Recursos Próprios Livres da UO	16,23	16,23	16,23	16,23	100%	100%				
	2000	Administração da Unidade	3050	Recursos Próprios Livres da UO	0,14	0,14	0,14	0,14	100%	100%				
	216H	Ajuda de Custo para Moradia Ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1050	Recursos Próprios Livres da UO	0,16	0,16	0,16	0,16	100%	100%				
	21C8	Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação	1000	Recursos Livres da União	1,91	1,91	1,91	1,91	100%	100%				
	21C8	Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação	1050	Recursos Próprios Livres da UO	49,35	49,35	49,35	49,35	100%	100%				
Despesas de Capital					1,04	1,04	1,04	1,04	100%	100%				
	15UI	Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital	1050	Recursos Próprios Livres da UO	0,15	0,15	0,15	0,15	100%	100%				
	2000	Administração da Unidade	1050	Recursos Próprios Livres da UO	0,89	0,89	0,89	0,89	100%	100%				
Reserva de Contingência														
	0Z00	Reserva De Contingência - Financeira	1050	Recursos Próprios Livres da UO	-	-	-	-						
TOTAL					294,98				100%	100%				

Fonte: Sistema Siga Brasil - Senado Federal: 23/1/2026

Tabela 3-14 Ações Orçamentárias de 2025 – OFSS de 2025

As ações orçamentárias utilizadas em 2025, referentes ao OFSS, foram as seguintes:

Ação 20TP - Ativos Cíveis da União: destinada ao cumprimento dos compromissos relacionados à folha de pagamento dos empregados ativos civis da Telebras. Inclui despesas com vencimentos, contribuições, ressarcimentos, indenizações e demais despesas variáveis.

Ação 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes: compreende despesas como auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio creche.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes: refere-se à concessão suplementar do benefício de assistência médico hospitalar e odontológica aos empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Ação 0022 - Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais: contempla despesas decorrentes do cumprimento de decisões judiciais devidas por empresas públicas e sociedades de economia mista.

Ação 0283 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna: destina à amortização e o pagamento de juros do financiamento contratado junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), destinado ao Projeto do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações (SGDC).

Ação 15UI - Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para Inclusão Digital: visa ampliar o acesso à internet em banda larga aos cidadãos, instituições, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e empresas, mediante expansão da cobertura, aumento da velocidade de transmissão e redução do valor final para o consumidor. A ação está associada ao Programa Conecta Brasil, instituído pelo Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, cujo objetivo é massificar o acesso à banda larga no país.

Ação 21C8 - Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação de Dados do Programa Conecta Brasil: destina-se à disponibilização e ao fornecimento dos serviços de comunicação multimídia contratados pelos clientes da Telebras, em conformidade com as políticas públicas de telecomunicações e com a finalidade e missão institucional da empresa.

Ação 2000 - Administração da Unidade: complementa despesas que não podem ser apropriadas diretamente às ações finalísticas, abrangendo produtos, serviços e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade. Inclui despesas com obrigações tributárias, tecnologia da informação e comunicação, contratação de serviços de terceiros, diárias e passagens, aquisição de materiais e consultorias.

Ação 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos: contempla despesas destinadas ao pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia.

Ação 0Z00 - Reserva de Contingência Financeira: conforme dispõe o Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Reserva de Contingência é uma dotação global destinada à abertura de créditos adicionais. De acordo com o art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Reserva de Contingência deve atender à cobertura de passivos contingentes e demais riscos e eventos fiscais imprevistos.

Conforme o Manual Técnico do Programa de Dispêndios Globais (MT PDG), o PDG é a peça orçamentária das empresas estatais federais não dependentes e compreende as fontes de recursos e os dispêndios previstos para o exercício, mantendo alinhamento com os registros contábeis das respectivas empresas.

Valores em R\$ Milhões

Origem do Recurso	Autorizado		Executado		Percentual
	Set/Dez 2025	(a)	Set/Dez 2025	(b)	
Receita de Capital	8,10	8,58	8,58	106%	
Resgate de Outros Instrumentos de Captação	7,50	8,58	8,58	114%	
Subvenção para Investimentos	0,60	-	-	0%	
Receita Corrente	517,89	656,97	656,97	127%	
Venda de Produtos de Serviços	122,29	193,07	193,07	158%	
Aluguel	18,34	24,01	24,01	131%	
Recuperação de Encargos e Despesas	5,19	7,03	7,03	135%	
Receitas Financeiras	52,81	68,49	68,49	130%	
Subvenção Econômica	294,76	242,02	242,02	82%	
Outras Receitas Correntes	24,50	122,34	122,34	499%	
TOTAL	525,99	665,55	665,55	127%	

Fonte: SIEST - Sistema de Informação das Estatais: 23/1/2026

Tabela 3-15 Origem dos Recursos – PDG de 2025

A Telebras registrou receita acima do projetado em praticamente todas as origens.

Nas Receitas de Capital, em decorrência da assinatura do Contrato de Gestão com o MCom, foi possível celebrar acordos de pagamento com fornecedores e prestadores de serviços, o que resultou na obtenção de descontos e ressarcimentos a favor da empresa.

Nas Receitas Correntes, o bom desempenho decorreu da entrada de contratos de parceria, do faturamento de valores referentes a reajustes e retroativos, bem como do aumento da receita com venda de serviços e aluguéis. Quanto à recuperação de encargos, o resultado positivo está associado ao reconhecimento decorrente de decisão favorável à Telebras.

A receita financeira foi influenciada pelo cenário macroeconômico do período, marcado por taxa de juros em

níveis elevados, o que contribuiu para o resultado positivo das aplicações em fundos extramercado.

Em outras receitas correntes, a elevada execução decorre dos repasses relacionados ao Superávit Telebras Prev. Conforme acordo firmado entre a Telebras e a Sistel, foram realizados repasses mensais de valores oriundos do superávit financeiro dos Planos PBS-A (ano-base 2018) e PBS-Telebras (anos-base 2014 e 2015).

Valores em R\$ Milhões

Aplicação do Recurso	Autorizado		Executado		Percentual
	Set/Dez 2025	(a)	Set/Dez 2025	(b)	
Despesas de Capital	54,56	22,92	22,92	42%	
Móveis, Máquinas Equipamentos	0,21	-	-	0%	
Sistemas de Tecnologia da Informação	2,42	2,37	2,37	98%	
Pessoal de Investimento	8,70	6,91	6,91	79%	
Outros Investimentos no Ativo Imobilizado	41,71	13,64	13,64	33%	
Benefitorias	0,60	-	-	0%	
Outras Despesas de Capital	0,92	-	-	0%	
Despesas Correntes	434,64	376,19	376,19	87%	
Despesas de Pessoal	56,10	40,97	40,97	73%	
Despesas com Dirigentes	1,91	1,05	1,05	55%	
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	0,35	0,27	0,27	79%	
Materiais e Produtos	0,83	0,05	0,05	6%	
Serviços de Terceiros	78,76	45,37	45,37	58%	
Tributos	47,23	76,49	76,49	162%	
Despesas Financeiras	126,17	98,91	98,91	78%	
Outras Despesas Correntes	123,29	113,09	113,09	92%	
TOTAL	489,20	399,11	399,11	82%	

Fonte: SIEST - Sistema de Informação das Estatais: 23/1/2026

Tabela 3-16 Execução Orçamentária OI/PGD de 2025

Nas aplicações dos recursos, a execução manteve-se dentro do programado, com exceção das despesas tributárias. A elevação observada nesta categoria decorre do desempenho das receitas, que superaram as projeções, conforme descrito na origem dos recursos. Esse aumento de receita resultou, consequentemente, em maior recolhimento de tributos.

3.3.3 Execução de Pagamentos

Em relação aos pagamentos das despesas correntes e de capital realizados no âmbito do OFSS, no período de janeiro a setembro de 2025, incluindo Restos a Pagar, distribuídos entre despesas financeiras, obrigatórias e discricionárias, os valores executados estão apresentados na tabela a seguir.

Valores em R\$ Milhões

Fonte	Descrição	Pago		Total Pago
		Exercício	Restos a Pagar Pado	
		(a)	(b)	(c = a + b)
Despesas Financeiras e Obrigatórias (RP 0 e 1)		153,55	14,08	167,63
4 - Despesas de Capital		44,86	0,92	45,78
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	44,86	0,92	45,78
3 - Despesas Correntes		108,69	13,16	121,85
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	0,11	0,12	0,22
1000	Recursos Livres da União	67,13	4,29	71,42
1050	Recursos Próprios Livres da Uo	-	8,76	8,76
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no	41,45	-	41,45
Despesas Discricionárias (RP 2)		141,42	32,08	173,50
4 - Despesas de Capital		1,04	8,55	9,59
1000	Recursos Livres da União	-	1,89	1,89
1050	Recursos Próprios Livres da Uo	1,04	-	1,04
3050	Recursos Próprios Livres da Uo	-	2,53	2,53
3051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	-	4,12	4,12
3 - Despesas Correntes		140,38	23,54	163,91
1000	Recursos Livres da União	14,96	0,00	14,97
1050	Recursos Próprios Livres da Uo	125,27	18,77	144,04
3050	Recursos Próprios Livres da Uo	0,14	4,76	4,91
TOTAL		294,97	46,16	341,13

Fonte: Sistema Siga Brasil - Senado Federal: 26/1/2026

Tabela 3-17 Execução de Pagamentos



TED – Termo de Execução Descentralizada

A Telebras recebeu, no exercício de 2024, recursos descentralizados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), referentes às ações 162Q e 20V8. O TED é o instrumento por meio do qual se formaliza a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (OFSS), para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizada, conforme o plano de trabalho pactuado.

Ação 162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações: execução de projetos voltados ao suporte, implantação e expansão de infraestrutura de comunicações do país, alinhados às políticas públicas de telecomunicações. Os investimentos contribuem para a continuidade e efetividade das ações de inclusão digital, elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Ação 20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital: apoia o fortalecimento do Sistema Nacional de Comunicações por meio de projetos de interiorização de Infovias Digitais no Estado do Maranhão. A ação objetiva prover conectividade a instituições públicas mediante parceria do MCom, o governo do estadual e provedores regionais, com a construção de redes metropolitanas e trechos de longa distância (backhaul) integrados ao backbone da Telebras.

Os TEDs firmados entre a Telebras e o MCom tiveram como objetivos:

- (i) fortalecer o Sistema Nacional de Comunicações mediante projetos de interiorização de infovias digitais no Estado do Maranhão; e
- (ii) Implementar solução de conectividade via satélite para conexão à internet em banda larga.

Como os destaques dos recursos ocorreram em dezembro de 2024, foi possível firmar contratos, emitir as notas de empenho e inscrever em Restos a Pagar (RAP).

Conforme o Decreto nº 10.429, de 16 de julho de 2020, os TEDs devem ser celebrados entre entidades da Administração Pública Federal integrantes do OFSS.

No exercício de 2025, os pagamentos realizados pela Telebras no âmbito do OFSS referem-se a despesas inscritas em Restos a Pagar, executadas no período em que ainda integrava esse orçamento.

Com a migração da Telebras para o OI/PDG, a empresa ficou impedida de gerir os recursos descentralizados relativos ao OFSS. Dessa forma, os valores foram devolvidos ao MCom, que assumiu a gestão dos correspondentes Restos a Pagar.

Valores em R\$ Milhões				
Ação	Descrição	Pago Exercício	Restos a Pagar Pado	Total Pago 2025
		(a)	(b)	(c = a + b)
3 - Despesas Correntes		-	0,78	0,78
	20V8 Inclusão Digital	-	0,78	0,78
4 - Despesas de Capital		-	0,06	0,06
	162Q Infraestrutura de Telecomunicações	-	0,06	0,06
TOTAL		-	0,84	0,84

Tabela 3-18 Execução de Pagamentos – OFSS de 2025

No período de setembro a dezembro de 2025, já sob o OI/PDG, a execução dos pagamentos das despesas correntes e de capital encontra-se consolidada na tabela a seguir:

Valores em R\$ Milhões			
Execução Financeira	Autorizado Set/Dez 2025	Executado Set/Dez 2025	Percentual
	(a)	(b)	c = (b / a)
Despesas de Capital	80,46	34,68	43%
Investimentos no Ativo Imobilizado, Intangível e Benfeitorias	59,86	26,25	44%
Benfeitorias em Imóveis da União	0,60	-	0%
Outras Saídas de Capital	20,00	8,43	42%
Despesas Correntes	845,21	373,97	44%
Despesas de Pessoal	65,13	31,18	48%
Despesas com Dirigentes	-	0,51	-
Materiais e Produtos	0,42	0,05	11%
Serviços de Terceiros	214,23	104,00	49%
Tributos	52,32	29,88	57%
Despesas Financeiras	20,77	0,05	0%
Outras Saídas Correntes	492,33	208,31	42%
TOTAL	780,07	342,28	44%

Fonte: SIEST - Sistema de Informação das Estatais: 23/1/2026

Tabela 3-19 Execução de Pagamentos – OI/PDG de 2025

3.3.4 Orçamento de Investimento

No âmbito do OI, diferentemente do OFSS, somente os investimentos são classificados como ações orçamentárias. O OI da Telebras para o exercício de 2025 foi aprovado pela Lei nº 15.309, de 22 de dezembro de 2025, apresentando execução total equivalente a 43% do valor programado.

A principal ação orçamentária do exercício foi a 169X - Implantação de Infraestrutura da Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital, responsável pelos investimentos na Rede Terrestre. A execução atingiu 38% do valor aprovado, reflexo do tempo necessário para etapas como construção, desenvolvimento e instalações, características de projetos de infraestrutura que envolvem ciclos operacionais mais longos.

Valores em R\$ Milhões				
Ação	Descrição	Autorizado Set/Dez 2025	Executado Set/Dez 2025	Percentual
		(a)	(b)	c = (b / a)
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamento	0,21	-	0%
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	2,42	2,37	98%
21IS	Operação do Satélite Geoestacionário Defesa e Comunicação - SGDC	2,30	2,03	88%
169X	Implantação de Infraestrutura da rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital	48,11	18,52	38%
169W	Benfeitorias em Bens da União por Empresas Estatais	0,60	-	0%
TOTAL		53,64	22,92	43%

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento: 26/1/2026

Tabela 3-20 Orçamento de Investimento – OI/PDG de 2025

As ações orçamentárias executadas em 2025 foram:

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamento: realização de serviços de manutenção e adequação de bens classificados no imobilizado, incluindo aquisição voltadas à melhoria qualidade dos serviços prestados.

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento: execução de serviços de manutenção e aquisições que prolonguem a vida útil dos ativos de informática e aprimorem a prestação dos serviços.

21IS - Operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação – SGDC: atividades contínuas de operação e manutenção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação – SGDC.

169W - Benfeitorias em Bens da União por Empresas Estatais: registro das intervenções realizadas em bens da União sob responsabilidade operacional da empresa.

3.4 Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Telebras detém participação acionária na Visona Tecnologia Espacial S.A., uma empresa constituída em 14

de junho de 2011 e sediada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. A VISIONA atua em diversas atividades do setor aeroespacial, abrangendo pesquisa, desenvolvimento, fabricação e prestação de serviços relacionados a satélites e sistemas aeroespaciais. Entre suas competências, destacam-se a manutenção, modernização, comercialização e operação de satélites, estações de solo e demais equipamentos associados.

A VISIONA é uma sociedade empresarial formada pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., detentora de 51% do capital social, e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), que possui os 49% restantes. A gestão e o controle societário da empresa são exercidos pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

4 Interesse coletivo e execução de Políticas Públicas

A Telebras desempenha papel estratégico na implementação de políticas públicas de conectividade, atuando como instrumento do Estado para ampliar o acesso à internet, reduzir desigualdades digitais e apoiar serviços essenciais em regiões onde a iniciativa privada não opera por falta de viabilidade técnica ou econômica. Suas ações contribuem para o desenvolvimento socioeconômico nacional e para a promoção da universalização do acesso à conectividade, em alinhamento com diretrizes governamentais e com as necessidades da população.

O projeto Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é uma política pública federal voltada à inclusão digital de populações em áreas remotas, vulneráveis ou de interesse estratégico. O programa fornece acesso à internet banda larga via satélite em localidades onde não há viabilidade técnica ou econômica para outros meios de conectividade.

O Projeto Aprender Conectado, executado pela Telebras em parceria com a EACE (Associação Administradora da Conectividade de Escolas), é uma política pública focada na universalização da conectividade escolar. A Telebras é contratada para oferecer conexão via satélite onde não há infraestrutura de fibra óptica ou enlaces de rádio.

As políticas públicas atendidas pelos programas GESAC e EACE contam com um total de 14.979 pontos de conectividade pública em operação ao final de 2025, divididos em:

- **Educação:** 12.655 pontos em escolas;
- **Saúde:** 1.141 pontos em Unidades Básicas de Saúde, postos de saúde e unidades hospitalares;
- **Segurança Pública e Fronteiras:** 140 pontos, incluindo postos de fronteira;
- **Assistência Social e cidadania:** 128 pontos;
- **Comunidades Tradicionais e Localidades Remotas:** 185 pontos;
- **Meio Ambiente e Monitoramento Territorial:** 71 pontos; e
- **Órgãos da Administração Pública:** 139 pontos;
- **Outros pontos de conexão:** 520 pontos.

Esses resultados demonstram o compromisso da Telebras em ampliar o acesso à conectividade em todos o território nacional, contribuindo para políticas públicas essenciais e para a redução das desigualdades digitais.

No contexto da execução dessas políticas públicas, a Telebras adota uma estrutura consolidada para organizar e acompanhar as informações relacionadas às atividades de interesse público. A Companhia realiza a segregação dos custos conforme os segmentos operacionais, classificados em Serviços Terrestres, Serviços Via Satélite e Atendimento ao Governo, com a totalidade de seus custos destinada às atividades de interesse público previstas na legislação, tendo em vista que a infraestrutura e os ativos utilizados são empregados de maneira integrada na prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade.

Além disso, sua estrutura contábil observa os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, e o Plano de Contas é elaborado para atender às particularidades de uma sociedade anônima de capital aberto, contemplando as normas da CVM, as regras da Anatel e a legislação tributária. Nesse contexto, o Plano de Contas organiza receitas e ativos de forma a permitir a adequada fiscalização e arrecadação de tributos setoriais, como FUST e FUNTEL, e tributos estaduais e federais, como ICMS, PIS e COFINS. No exercício de 2025, os custos segregados gerencialmente por segmento foram distribuídos da seguinte forma:

- Serviços Terrestres: R\$ 220,9 milhões;
- Serviços Via Satélite: R\$ 367,7 milhões; e
- Atendimento ao Governo: R\$ 74,4 milhões.

Essa forma de organização proporciona clareza quanto à aplicação dos recursos e estabelece a base para avanços futuros no detalhamento das informações por política pública. Embora a Telebras atue sob diretrizes específicas voltadas à execução de políticas públicas, distintas das condições de mercado enfrentadas por empresas privadas no setor de telecomunicações, mantém equivalência em aspectos essenciais, como preços dos serviços, níveis de Acordos de Nível de Serviço (SLA), condições contratuais, tecnologias adotadas e padrões de atendimento.

Essa equivalência é estratégica, permitindo que a Telebras contribua para a inclusão digital e para a ampliação do acesso aos serviços de telecomunicações, alinhando-se aos objetivos nacionais de desenvolvimento socioeconômico e à promoção da universalização do acesso à conectividade, sem renunciar a competitividade e às melhores práticas de mercado.

Desta forma, mesmo atuando em um contexto diferenciado, a Telebras reafirma seu compromisso com construção de uma sociedade mais conectada e inclusiva, assegurando condições de serviço comparáveis às melhores disponíveis no setor privado.

5 Governança Corporativa, Relações com Investidores e Mercado

5.1 Integridade, Riscos e Conformidade

Em 2025, a Telebras consolidou avanços significativos em sua estratégia de Integridade, Riscos e Conformidade, por meio de iniciativas estruturantes que fortaleceram a governança corporativa e promoveram uma cultura organizacional orientada pela ética, transparência e responsabilidade.

Foi realizada a avaliação anual de desempenho de administradores, conselheiros e membros de comitês, em conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei 13.303/16 - Lei das Estatais. O processo contemplou critérios relacionados à formação acadêmica, experiência profissional, conhecimentos em governança corporativa, alinhamento à cultura organizacional, compreensão da estratégia de negócios, gestão de riscos corporativos, conformidade regulatória e compromisso com a transparência.

No eixo da transparência, a Telebras conquistou o Selo Prata no Índice de Transparência do Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP), com pontuação de 83,14%, posicionando-se acima da média nacional. Vale destacar que 66,60% das organizações avaliadas ficaram no nível intermediário, abaixo do Selo Prata, o que evidencia a posição de destaque da Companhia no cenário nacional de transparência pública.

No combate à corrupção e na promoção da integridade, a Telebras obteve progresso substancial no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), elevando seu grau de aderência do nível “aprimorado” para “avançado”, conforme autoavaliação realizada na plataforma e-Prevenção. A evolução reforça a maturidade dos controles internos, a redução de exposição a riscos de integridade e o fortalecimento das práticas de prevenção à fraude e corrupção.

Em 2025, foi lançada a 4ª Edição do Programa de Integridade – Integra+, consolidando medidas e orientações institucionais voltadas à promoção de padrões elevados de conduta e conformidade. Alinhado às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU), o Programa integra princípios e boas práticas de gestão da integridade no setor público, com o propósito de prevenir, detectar, punir e remediar desvios éticos, incluindo corrupção, fraude, assédio e discriminação. Também busca engajar o corpo funcional no compromisso com o interesse público, fortalecer controles internos e promover ambiente de trabalho saudável, baseado em respeito, dignidade, diversidade e sustentabilidade.

O Programa está estruturado em cinco eixos principais:

- (i) Comprometimento da Alta Administração;
- (ii) Análise e Gestão de Riscos;
- (iii) Comunicação e Capacitação;
- (iv) Políticas e Procedimentos; e
- (v) Monitoramento Contínuo.

Sua governança é apoiada pelo Sistema de Integridade da Telebras, composto pela Alta Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva), pela Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno (GIRC), pela Unidade Correcional, pela Comissão de Ética, pela Ouvidoria e pela Gerência de Auditoria Interna, que atuam de forma articulada na prevenção, detecção e tratamento de riscos e violações.

A publicação do Programa foi acompanhada do Plano de Integridade 2025-2026, documento operacional que define referências de ética e conduta, análise de riscos, ações de comunicação e capacitação, cronogramas e responsabilidades, além de estratégias de monitoramento. O Plano possui vigência de dois anos, enquanto o Programa possui caráter permanente. Entre as principais ações realizadas em 2025, destacam-se: a Campanha de Integridade, a Pesquisa de Percepção de Integridade, o Calendário da Diversidade, a aplicação da Matriz de Segregação de Funções, entre outras iniciativas.



Em 2025, a Telebras avançou de maneira significativa no aprimoramento de seu sistema de gestão de riscos, com destaque para a realização do Workshop de Qualificação de Riscos. Como resultado preliminar desse processo, o portfólio corporativo passou por uma redução aproximada de 68% na quantidade de riscos considerados ativos, resultando em um inventário mais objetivo, aderente aos processos internos, consistente com a realidade operacional e alinhado às melhores práticas de gestão de riscos do setor público, conforme apresentado abaixo.

Nível De Criticidade	jul/25	dez/25
Muito Alto	24	8
Alto	22	20
Moderado	57	26
Baixo	56	10
Muito Baixo	51	4
Total	210	68

Tabela 5-1 Principais Investidores

Com esse movimento, a Telebras reforça seu compromisso com uma gestão de riscos robusta, participativa e orientada às boas práticas definidas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

5.2 Gestão Ambiental, Social e de Governança – ESG

A Telebras reconhece a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social, atuando com ética, transparência e compromisso com o interesse público. Em 2025, a Companhia intensificou suas iniciativas nas dimensões ambiental, social e de governança (ESG), com foco na mitigação de impactos ambientais, no fortalecimento da diversidade, equidade e inclusão e no aprimoramento contínuo das práticas de governança corporativa.

Nesse eixo ambiental, a Telebras avançou na implementação de seu Modelo de Gestão Ambiental, referência interna voltada à estruturação de um Sistema de Gestão Ambiental eficaz e alinhado às melhores práticas do setor público. O modelo estabelece diretrizes e mecanismos para identificar, mitigar e monitorar impactos ambientais associados às operações de telecomunicações, promovendo a integração entre atividades corporativas e o meio ambiente. Nesse contexto, destaca-se o Plano de Logística Sustentável (PLS), que abrange ações de análise de aspectos e impactos ambientais, gestão de resíduos, práticas de consumo consciente e programas de capacitação e conscientização voltados aos empregados e demais partes interessadas.

Sob a perspectiva da sustentabilidade social, a Telebras reafirmou seu compromisso com a promoção da diversidade, equidade e inclusão. Em 2025, a Companhia executou ações no âmbito do Programa Pró-Equidade em Gênero e Raça, 7ª Edição, iniciativa que estimula práticas de equidade nas organizações, com ênfase nas áreas de gestão e pessoas. Adicionalmente, participou das atividades do Grupo Executivo do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais, iniciativa do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI) voltada ao desenvolvimento de políticas públicas e ações integradas que ampliam a diversidade e a inclusão nas empresas estatais.

No eixo da governança, a Telebras obteve desempenho de destaque no 7º Ciclo do Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), referente ao exercício de 2025. O indicador desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), avalia o nível de maturidade das estatais federais em práticas de governança, geração de valor público e alinhamento às diretrizes governamentais.

A metodologia contempla três dimensões estruturantes: Governança Corporativa, Políticas Públicas e Boas Práticas e Inovação. No ciclo avaliado, a Telebras alcançou os mais altos níveis de maturidade em duas dessas dimensões: políticas públicas, com 97,27% de atendimento e governança corporativa, com 88,43% de atendimento, posicionando-se entre as empresas com melhor desempenho, acima da média do setor e da média geral das empresas estatais, evidenciando o compromisso e consistência das práticas adotadas.

5.3 Relações com Investidores e Mercado

Em 2025, a Telebras registrou alterações em sua estrutura acionária decorrentes de dois aumentos de capital, resultando em um total de 101.983.403 ações, dos quais 83.575.912 são ações ordinárias (ON) e 18.407.491 ações preferenciais (PN).

O quadro a seguir apresenta os principais investidores da Companhia, enquanto o organograma societário fornece uma visão consolidada da estrutura organizacional e da distribuição acionária.

Principais investidores

Acionista	ON Ações	% ON	PN Ações	% PN	Total Ações	% Total
UNIAO FEDERAL	69.551.828	83,21995%	13.820.477	75,0807%	83.372.305	81,7509%
MINISTERIO DA FAZENDA	9.665.727	11,56521%	2.333.139	12,6749%	11.998.866	11,7655%
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	3.231.600	3,86666%	-	0,0000%	3.231.600	3,1688%
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	592.598	0,70905%	542.630	2,9479%	1.135.228	1,1131%
CPF 2XX.XXX.XXX-45	4.000	0,00479%	120.000	0,6519%	124.000	0,1216%
BANCO DO BRASIL S/A	97.660	0,11685%	-	0,0000%	97.660	0,0958%
OUTROSACIONISTAS MINORITÁRIOS	432.306	0,51726%	1.591.245	8,6446%	2.023.551	1,9842%
AÇÕES EM TESOURARIA	193	0,00023%	-	0,0000%	193	0,0002%
TOTAL:	83.575.912	100,00000%	18.407.491	100,0000%	101.983.403	100,0000%

Fonte: Relatório parametrizado da base de investidores (Bradesco) - posição de 30 de dezembro de 2025

Tabela 5-2 Principais Investidores



Figura 5-1 Organograma Societário

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou dois aumentos de capital social devidamente homologados em Assembleias Gerais Extraordinárias.

Em 8 de maio de 2025, a 118ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) homologou o aumento de capital previamente aprovado na 117ª AGE, no valor de R\$ 112.256, mediante a emissão de 7.214.422 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,56 por ação. Após essa operação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.474.498 para R\$ 3.586.754, passando a ser representado por 93.597.512 ações, sendo 75.190.021 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posteriormente, em 25 de setembro de 2025, a 120ª AGE homologou o segundo aumento de capital do exercício, no montante de R\$ 132.781, decorrente da emissão de 8.385.891 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,83388257 por ação. Com essa homologação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.586.754 para R\$ 3.719.535, totalizando 101.983.403 ações, sendo 83.575.912 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 28/10/2025 foi aprovada na 523ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (ROCA) a solicitação de decreto para novo aumento de capital. Atualmente, o processo encontra-se na Casa Civil.

Seguindo as normativas de sustentabilidade da empresa e as recomendações feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, seguiremos com a realização de processos de aumento de capital a cada 06 (seis) meses, porém sempre após a publicação de demonstrações financeiras.

Os acionistas e investidores que desejarem obter informações adicionais podem contatar a Assessoria de Relações com Investidores pelo e-mail investidores@telebras.com.br ou pelo telefone (61) 2027- 1210.

5.4 Gestão Empresarial

5.4.1 Desempenho Estratégico

Em setembro de 2025, a Telebras firmou um **Contrato de Gestão** com o Ministério das Comunicações (MCom), em atendimento à Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025). Esse instrumento estabeleceu metas institucionais e orientou a reorganização da estrutura orçamentária da Companhia, viabilizando a transição do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) para o Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Orçamento de Investimento (OI).

Como parte desse processo, a Portaria GM/MPO nº 339, de 23 de setembro de 2025, anulou os saldos e dotações orçamentárias da Telebras no âmbito do OFSS, enquanto a Portaria MGI nº 8.249 autorizou a execução do orçamento no PDG, formalizando a nova conformação orçamentária e reforçando o alinhamento da Companhia às diretrizes de sustentabilidade econômico-financeira estabelecidas pelo acionista controlador.

No mesmo período, durante a 525ª ROCA, foi aprovada a nova versão do **Plano Estratégico Institucional (PEI) 2026-2030**. A revisão do PEI foi conduzida com abordagem metodológica quantitativo-qualitativa, assegurando análise técnica, participação das unidades organizacionais e integração das perspectivas estratégicas da empresa. O processo resultou na consolidação de diretrizes alinhadas à missão institucional, às políticas públicas de telecomunicações e aos objetivos de longo prazo da Companhia.

Os direcionadores estratégicos atualizados, estão descritos a seguir:

Missão: *Conectar o Brasil com soluções inovadoras, seguras e sustentáveis que promovam a inclusão digital, ampliem a cidadania e fortaleçam a soberania nacional.*

Visão: *Consolidar-se como agente estratégico da soberania digital e referência nacional em conectividade e tecnologia sustentável, fortalecendo a execução das políticas públicas que impulsionam a transformação digital do Estado e da sociedade brasileira.*

Valores:

- **Foco na Sociedade:** *Trabalhamos para melhorar a vida das pessoas, levando conectividade e inclusão digital a todo o Brasil. Nosso compromisso é gerar valor público, reduzir desigualdades e apoiar o desenvolvimento nacional por meio da transformação.*
- **Compromisso com Resultados Sustentáveis:** *Buscamos resultados que beneficiem o país de forma equilibrada, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Atuamos com responsabilidade para garantir que cada ação gere impacto positivo e duradouro.*
- **Valorização das Pessoas:** *Acreditamos que as pessoas são a base de tudo o que fazemos. Valorizamos a diversidade e a equidade, incentivamos o crescimento profissional e o respeito às diferenças, a fim de promover um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e respeitoso.*
- **Ser Inovador:** *Buscamos novas ideias e soluções tecnológicas que impulsionem a conectividade e apoiem a transformação digital do Estado e da sociedade. Inovamos para aproximar o Brasil do futuro.*
- **Responsabilidade Social, Ambiental e Governança Corporativa (ESG):** *Atuamos com responsabilidade social, ambiental e de governança (ESG), garantindo acessibilidade, inclusão digital e sustentabilidade em nossas ações. Respeitamos o meio ambiente e trabalhamos por um Brasil mais conectado, seguro e sustentável.*
- **Integridade e Ética:** *Conduzimos nossas ações com integridade, ética e transparência, fortalecendo a confiança da sociedade e dos nossos parceiros.*
- **Agilidade:** *Respondemos com rapidez e eficiência às necessidades do país e dos nossos clientes. Trabalhamos em rede, com colaboração e foco em resultados, superando desafios em um ambiente em constante mudança.*

Mapa Estratégico: O Mapa Estratégico da Telebras para o período 2026-2030 é a representação visual que integra a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos da Companhia uma estrutura única e coerente. O instrumento organiza os objetivos em perspectivas que orientam a execução da estratégia, favorecendo o alinhamento institucional, a priorização de iniciativas e o monitoramento dos resultados em todos os níveis organizacionais.

A Telebras manteve sua estrutura de gestão estratégica baseada no modelo Balanced Scorecard (BSC). As perspectivas tradicionais do BSC foram desdobradas em sete dimensões estratégicas, ajustadas às necessidades contemporâneas da Companhia e alinhadas às diretrizes de governança do setor público. Essa estruturação permite maior clareza na priorização dos objetivos, facilita o monitoramento dos resultados e reforça o alinhamento institucional em todos os níveis organizacionais.

O desempenho estratégico é monitorado por meio da análise dos resultados da execução da estratégia, os quais são refletidos nos indicadores estratégicos. Esses indicadores fornecem informações cruciais para avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas e identificar a necessidade de implementar ações corretivas, quando necessário.

Informações adicionais sobre o Plano Estratégico Institucional podem ser consultadas no portal da Telebras, em:

<https://www.telebras.com.br/conheca-a-telebras/plano-estrategico/>

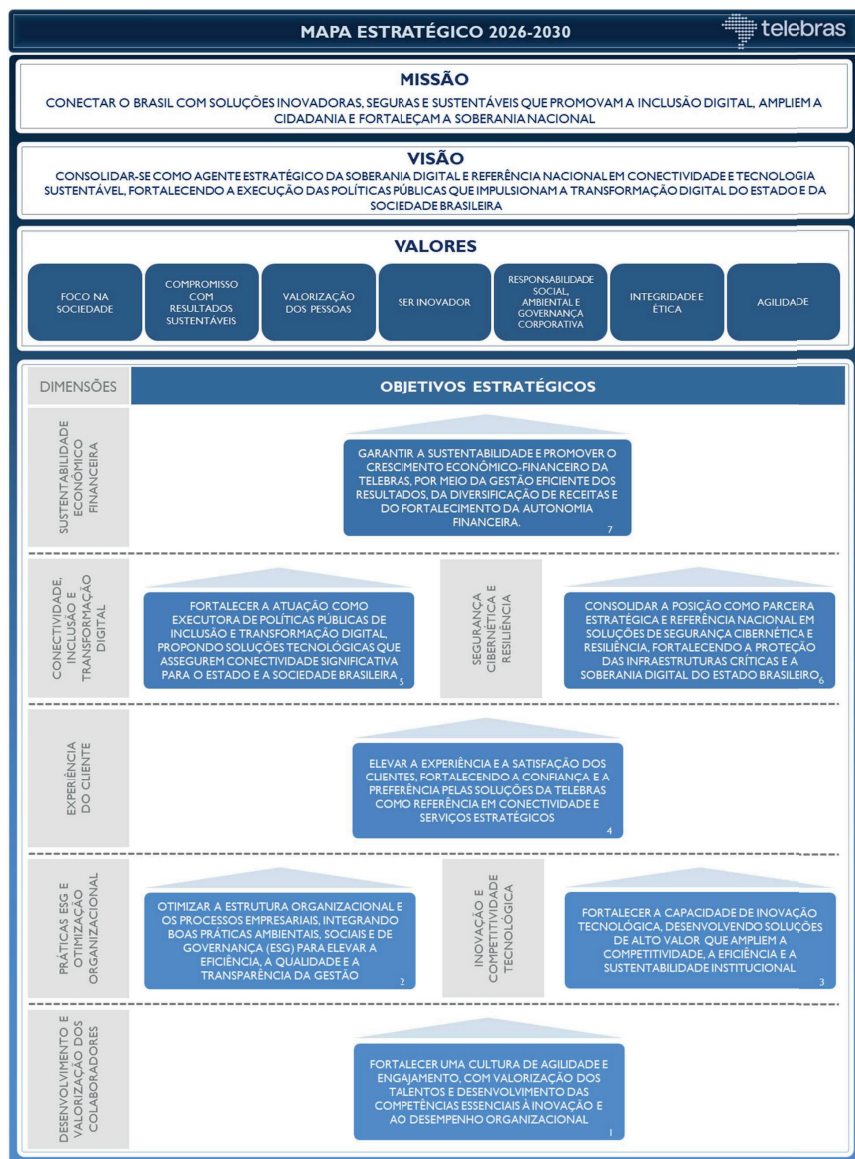


Figura 5-2 Mapa Estratégico 2025 a 2030

5.4.2 Gestão de Processos

Em 2025, a Telebras concentrou esforços no aprimoramento de seus processos estratégicos, com foco na eficiência operacional e na geração de valor público. Nesse período, priorizaram-se os processos com maior potencial de incremento de receita e otimização de custos, com base em pesquisa realizada junto aos gestores das áreas finalísticas, garantindo que os recursos institucionais fossem direcionados às iniciativas de maior impacto no desempenho organizacional.

Também foi estabelecida a atualização contínua dos processos mapeados desde 2019, assegurando sua aderência às práticas atuais de gestão, à legislação aplicável e aos objetivos estratégicos da Companhia. A disponibilização de painéis de indicadores de desempenho de processos contribuiu para o monitoramento sistemático dos resultados, o suporte à tomada de decisão gerencial e o fortalecimento da governança organizacional, ampliando a capacidade de acompanhamento, análise e melhoria contínua.

5.4.3 Gestão de Projetos

Em 2025, a Telebras intensificou o monitoramento e o controle de sua carteira de projetos, acompanhando 52 frentes, das quais 21 foram concluídas no exercício. As iniciativas conduzidas no período contemplaram projetos voltados ao fortalecimento da infraestrutura corporativa, ao aprimoramento de processos internos, ao desenvolvimento e modernização de soluções tecnológicas, ao suporte às operações finalísticas e à execução de ações necessárias ao atendimento de requisitos legais, regulatórios e organizacionais.

Esses esforços reforçam o compromisso da Telebras com a eficiência operacional, a otimização de recursos, a governança de projetos e o alinhamento da execução aos objetivos estratégicos, assegurando que os investimentos priorizados contribuam para a geração de valor público e o fortalecimento institucional.

6 Os Negócios da Telebras

6.1 Conjuntura Econômica Setorial

Em 2025, o setor de telecomunicações manteve trajetória de crescimento e consolidação, impulsionando pela expansão das redes de fibra óptica, pela ampliação da cobertura 5G e pela crescente demanda por serviços de banda larga fixa e móvel. No primeiro semestre de 2025, a receita bruta do setor em todo o Brasil alcançou cerca de R\$ 162 bilhões, registrando um crescimento nominal de aproximadamente 4,9% em relação ao mesmo período de 2024 (Fonte: [Conexis](#)).

Os investimentos do setor também registraram incremento relevante. No primeiro semestre de 2025, as operadoras investiram cerca de R\$ 16,5 bilhões, com foco na expansão de redes de alta capacidade e na ampliação da infraestrutura 5G, tecnologia que passou a estar presente em 1.068 municípios, com aumento significativo no número de antenas ativas. No terceiro trimestre do ano, os investimentos permaneceram consistentes, totalizando aproximadamente R\$ 5,94 bilhões, conforme dados divulgados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O setor continuou atraindo capital internacional, registrando crescimento de 12,1% no investimento estrangeiro direto entre janeiro e novembro de 2025, alcançando US\$ 6,29 bilhões no período. Esses resultados reforçam a vitalidade do segmento e a consolidação de uma tendência de expansão baseada na modernização da infraestrutura de telecomunicações e no crescimento da demanda por serviços de conectividade (Fonte: [MCom](#)).

A evolução do setor reafirmou seu papel estratégico no desenvolvimento digital do país, contribuindo diretamente para a competitividade econômica e para a ampliação do acesso da população a serviços essenciais de comunicação.

Em paralelo ao cenário setorial, a Telebras consolidou, em 2025, avanços relevantes no processo de transição para a condição de empresa não dependente do Orçamento Geral da União, ampliando sua autonomia financeira e orçamentária. Esse movimento foi formalizado pela assinatura do Contrato de Gestão com o MCom, que estabeleceu o regime de transição e conferiu maior flexibilidade para planejamento e execução de investimentos.

O processo contou ainda com respaldo legal, por meio da sanção das Leis nº 15.309 e nº 15.317, ambas de 22 de dezembro de 2025, que autorizaram a abertura de créditos especiais ao Orçamento de Investimento da União em favor da Telebras, direcionados ao fortalecimento da infraestrutura, à modernização tecnológica e ao fomento ao desenvolvimento científico no âmbito da Companhia.

6.2 Serviços e Produtos

Os serviços e produtos da Telebras são periodicamente revisados e aprimorados para garantir aderência ao modelo de Negócio da Companhia, bem como para atender às demandas das políticas públicas de telecomunicações e contribuir para a ampliação da conectividade em todo o território nacional. Em 2025, o portfólio da Telebras manteve foco em soluções de conectividade satelital e terrestre, serviços corporativos e produtos de suporte às operações governamentais, além de ampliar a oferta de Serviços de Valor Adicionado (SVA), reforçando sua atuação estratégica no ecossistema de telecomunicações do setor público e corporativo.

A seguir, apresenta-se a composição do portfólio de serviços e produtos da Telebras no exercício de 2025.

Telebras SAT

O Telebras SAT é o serviço de banda larga via satélite de Telebras, operando em banda Ka, com cobertura em todo o território nacional. Por meio de seus feixes de alta capacidade, o serviço possibilita a oferta em áreas remotas ou de difícil acesso, contribuindo para a ampliação da inclusão digital e para o atendimento a políticas públicas de telecomunicações.

O satélite utilizado é o SGDC com maior capacidade de banda Ka sobre o território brasileiro, cobrindo inclusive áreas estratégicas como o arquipélago de Fernando de Noronha. Essa infraestrutura permite a oferta de internet de alta velocidade e tráfego de dados de forma segura e resiliente.

O serviço também se destaca pelos elevados padrões de continuidade e segurança operacional, apoiados com cinco estações de acesso (*gateways*) localizadas em áreas militares brasileiras. Além disso, a Telebras mantém dois centros de Operações Espaciais com *Datacenters* classificados nos níveis TIER IV e TIER III, os mais elevados padrões de disponibilidade e segurança existentes no mercado.

Link: [Telebras SAT](#)

IP Telebras

É uma solução de conectividade ágil, segura e eficiente, destinada ao atendimento de demandas do mercado corporativo e institucional. A solução é ideal para provedores de internet, escolas, universidades, centros de pesquisa, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários, escritórios regionais, entre outros. O serviço oferece conexão simétrica para download e upload, com possibilidade de alocação de endereços IP públicos. O cliente pode optar entre protocolos IPv4 ou IPv6, com disponibilização de até 280 endereços IP, garantindo maior flexibilidade e segurança na gestão de redes.

Link: [IP Telebras](#)

L3VPN – MPLS

A solução L3VPN-MPLS da Telebras possibilita a criação de redes privadas virtuais (VPNs) para cada cliente adicionado à rede, garantindo o isolamento completo das informações de cada VPN em relação a outras VPNs, a outros clientes e à internet, dentro do *Backbone* IP Telebras.

Baseada na tecnologia *Multi Protocol Label Switching* (MPLS), a solução combina a inteligência do roteamento com o desempenho da comutação, permitindo a convergência de redes para integrar aplicações de dados, voz e vídeo, utilizando classes de serviço diferenciadas e uma única infraestrutura.

Com a solução L3VPN-MPLS, é possível oferecer diversos serviços agregados em uma rede privada virtual, otimizando a comunicação entre os pontos de um órgão ou entidade. Entre os principais benefícios destacam-se:

- Redução de investimento em ativos tecnológicos;
- Gestão do tráfego de dados com autonomia para aplicações prioritárias;
- Transporte de aplicações críticas com alto desempenho, incluindo aplicações multimídia, como videoconferência, *e-learning*; e
- Simplificação na formação de VPNs com Qualidade de Serviço (QoS) e classes de serviço diferenciadas.

Link: [L3VPN-MPLS](#)

Ponto a Ponto – P2P

O serviço Ponto a Ponto (P2P) oferece uma solução de transmissão de dados por meio de circuitos dedicados, que possibilitam a interligação de pontos de interesse dos clientes em âmbito nacional, metropolitano ou regional, com elevados níveis de transparência e segurança.

Trata-se de uma solução dedicada, escalável e de alta disponibilidade, destinada a empresas e órgãos governamentais que necessitam de conectividade entre dois pontos ou entre postos de trabalho situados em diferentes localidades dentro de uma mesma cidade.

Entre os principais benefícios do serviço estão a compatibilidade com diversas aplicações e a possibilidade de múltiplas velocidades de transmissão de dados digitais, adaptando-se às necessidades específicas dos clientes.

Link: [Ponto a Ponto – P2P](#)

Wi-Fi Brasil

O Wi-Fi Brasil é uma solução desenvolvida pela Telebras para atender às demandas do MCom, como foco na oferta de acesso gratuito à internet em espaços públicos e de livre circulação. O contrato prevê a implantação, a operação e a manutenção, sob demanda, de 2 mil pontos de acesso, utilizando infraestrutura de conectividade integrada ao Programa GESAC.

A solução é composta por kits de infraestrutura de comunicação, implantação de portal de acesso à rede Wi-Fi, plataforma de monitoramento e emissão de relatórios de disponibilidade, assegurando o controle e a qualidade dos serviços prestados.

Link: [Wi-Fi Brasil](#)

SD-WAN

A solução SD-WAN da Telebras permite a composição de conexões finais com maior confiabilidade, estabilidade e qualidade de serviço, integrando diferentes tipos de enlaces de comunicação em uma arquitetura unificada. A tecnologia utiliza dispositivos de borda gerenciados centralmente por software, o que possibilita maior flexibilidade na configuração, no gerenciamento do tráfego e na adaptação dinâmica das rotas de comunicação.

Ao separar o plano de controle do plano de dados, a solução amplia a capacidade de análise e tomada de decisão em tempo real, contribuindo para a otimização dos recursos de rede e para a redução de custos operacionais. Essa abordagem favorece o desempenho de aplicações críticas, aumenta a eficiência na utilização da infraestrutura disponível e reforça a resiliência das conexões corporativas.

Link: [SD-WAN](#)

T3SAT

A T3SAT é uma solução de acesso à internet por meio de link de satélite de alta velocidade, projetada para operar em qualquer localidade do território brasileiro. A solução inclui um kit completo composto por bateria para operação em locais sem energia elétrica, sistema de recarga e todos os equipamentos necessários para montagem e utilização do serviço em diferentes condições.

Os equipamentos são acondicionados em uma maleta especialmente desenvolvida para facilitar o transporte, garantindo segurança, mobilidade e praticidade na instalação. A T3SAT permite que o usuário realize a montagem de forma rápida e simplificada, assegurando acesso confiável à internet em situações emergenciais ou em áreas remotas.

Link: [T3SAT](#)

TELEBRAS TECH

Os serviços digitais ofertados pela Telebras Tech são classificados como Serviços de Valor Adicionado (SVA), por complementarem e ampliarem as funcionalidades dos serviços de telecomunicações prestados pela Telebras. Essas soluções apoiam a transformação digital de clientes institucionais e corporativos, oferecendo recursos tecnológicos que agregam valor, modernizam processos e ampliam a eficiência operacional dos ambientes atendidos.

Link: [Telebras Tech](#)

Computação de Borda (EDGE Computing)

É uma solução da Telebras que permite o processamento descentralizado de dados, próximo ao local onde são gerados. Ao reduzir a necessidade de encaminhamento das informações para ambientes centralizados de processamento, a tecnologia diminui a latência, melhora o desempenho de aplicações sensíveis ao tempo de resposta e amplia a eficiência operacional em cenários distribuídos.



Essa abordagem contribui para a otimização do uso da infraestrutura de rede, favorece a continuidade de serviços e apoia aplicações que demandam maior agilidade, escalabilidade e confiabilidade.

Infraestrutura (IaaS)

A solução de Infraestrutura como serviço (IaaS) disponibiliza, sob demanda, recursos de computação escaláveis para atendimento às necessidades de clientes institucionais e corporativos. Essa modalidade permite que os usuários utilizem recursos de processamento, armazenamento e de rede sem a necessidade de adquirir, instalar ou gerenciar equipamentos físicos, resultando em maior flexibilidade, escalabilidade e otimização de custos operacionais.

Ao adotar o modelo IaaS, a infraestrutura é provisionada e gerenciada de forma centralizada, possibilitando a alocação eficiente de recursos, o ajuste dinâmico da capacidade contratada e a adequação do ambiente tecnológico às demandas específicas de cada operação. Essa abordagem contribui para a modernização dos ambientes de tecnologia e para o ganho de eficiência no uso de recursos computacionais.

Backup (BaaS)

O Backup como Serviço (BaaS) da Telebras oferece uma solução gerenciada de proteção de dados, baseada em infraestrutura em nuvem, com elevados padrões de disponibilidade, escalabilidade e confiabilidade. O serviço permite a realização de cópias de segurança, armazenamento e recuperação de informações críticas de forma segura, sem a necessidade de manutenção de infraestrutura própria por parte dos clientes.

A adoção do modelo BaaS contribui para a continuidade de negócios, oferecendo proteção contra perdas acidentais de dados, falhas de equipamentos, incidentes cibernéticos e outros eventos que possam comprometer a integridade das informações. A solução favorece a rápida recuperação em cenários de contingência e otimiza custos operacionais ao permitir o uso eficiente dos recursos de tecnologia.

Imageamento

O serviço de Imageamento refere-se à aquisição e fornecimento de imagens digitais capturadas por satélite, que podem ser utilizadas para múltiplas análises geoespaciais, como monitoramento ambiental, planejamento urbano, gestão de desastres, agricultura e defesa nacional. O processamento e disponibilização de imagens podem ser utilizados tanto para análises pontuais quanto para integração com sistemas de informação geográfica (GIS), fortalecendo iniciativas de inovação pública e decisões baseadas em evidências.

6.3 Vendas

Em 2025, com o objetivo de avançar no processo de retorno à condição de sociedade de economia mista não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a Telebras intensificou as ações voltadas à sustentabilidade financeira e ao fortalecimento de sua atuação comercial. Nesse contexto, a Companhia concentrou esforços na manutenção, ampliação e execução de contratos celebrados com órgãos da Administração Pública e com clientes corporativos, reafirmando sua presença como provedora de soluções de conectividade e serviços digitais essenciais.

Entre os avanços alcançados, destacam-se a ampliação da oferta de Serviços de Valor Adicionado (SVA) e a execução de contratos relevantes, como aqueles firmados com a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) e com o MCom, no âmbito do novo GESAC. A Telebras também manteve contratos junto a instituições estratégicas da Administração Pública Federal, além da operação compartilhada do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) em parceria com o Ministério da Defesa.

No segmento de Serviços de Valor Agregado (SVA), a Telebras firmou contratos com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG). Essas contratações reforçaram a presença da Companhia no mercado de serviços digitais, especialmente em soluções baseadas em computação de borda e processamento avançado de dados, contribuindo para a diversificação das receitas e para o fortalecimento institucional.

Destacam-se ainda os contratos de maior vulto celebrados no âmbito da estratégia Tech/SVA, incluindo os firmados com o Detran-DF e com o DF Legal. Ambos têm relevância significativa para o desempenho econômico-financeiro da Telebras e demonstram a ampliação do portfólio de soluções tecnológicas ofertadas pela Companhia.

No segmento de conectividade, merece destaque o contrato de grande porte firmado com a EACE, envolvendo a ativação de milhares de pontos de acesso satelital com diferentes perfis de velocidade, utilizando tecnologias adequadas às necessidades operacionais do projeto. Este contrato representa um marco relevante para a Telebras, contribuindo expressivamente para o fortalecimento do fluxo de caixa e para a atuação da Companhia em iniciativas de grande escala e elevada complexidade.

Paralelamente, a Telebras deu continuidade à expansão de soluções SD-WAN junto a órgãos da Administração Pública, modernizando infraestruturas de conectividade, ampliando a eficiência operacional e elevando a qualidade dos serviços oferecidos.

6.4 Inovação e Desenvolvimento de Produtos e Serviços

Em 2025, a Telebras avançou de forma consistente na agenda de inovação e desenvolvimento de produtos e serviços, priorizando soluções voltadas à conectividade, mobilidade, segurança e eficiência operacional. Foram desenvolvidas e testadas novas versões de terminais satelitais transportáveis, com

melhorias significativas em portabilidade, desempenho e adequação para uso em campo, ampliando o potencial de aplicação em diferentes cenários operacionais e fortalecendo o portfólio de produtos destinados a regiões remotas ou com infraestrutura limitada.

A Companhia também realizou avaliações de tecnologias emergentes, com foco em conectividade móvel e acesso em ambientes remotos, conduzindo estudos comparativos entre diferentes arquiteturas e soluções de comunicação. As análises contemplaram aspectos como desempenho, integração, viabilidade operacional e aderência às demandas das áreas comerciais e finalísticas, contribuindo para a identificação de oportunidades de modernização tecnológica.

Além disso, foi estruturado e consolidado o laboratório de inovação, ambiente dedicado exclusivamente à experimentação tecnológica e à realização de provas de conceito em soluções de conectividade avançada. O laboratório opera de forma isolada da rede corporativa, oferecendo segurança, robustez e flexibilidade para testes, análises e estudos voltados à inovação.

A gestão da inovação na Telebras está organizada em três horizontes de desenvolvimento, que equilibram resultados imediatos e preparação para tecnologias futuras:

- Horizonte 1 (70%) – evolução e aprimoramento das soluções já consolidadas no portfólio da Companhia, com foco em melhorias de desempenho, eficiência técnica e usabilidade;
- Horizonte 2 (20%) – avaliação de novas tecnologias disponíveis no mercado, com potencial de complementar ou ampliar as soluções da Telebras;
- Horizonte 3 (10%) – acompanhamento de tecnologias emergentes, considerando tendências de médio e longo prazo, como conectividade avançada, automação inteligente de redes, cidades inteligentes e evolução da capacidade satelital.

Essa abordagem assegura previsibilidade, equilíbrio e direcionamento estratégico na gestão da inovação, fortalecendo a capacidade da Telebras de antecipar tendências, adotar tecnologias de forma responsável e incorporar soluções alinhadas às necessidades do país e às políticas públicas de telecomunicações.

7 Evolução da Rede de Telecomunicações

7.1 Rede Terrestre

A Rede Terrestre da Telebras cobre todo o Brasil, sustentada por um *backbone* nacional composto por 30.115 km de fibras ópticas. Essa infraestrutura essencial para a conectividade do país atravessa diversas regiões, sendo predominantemente baseada em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) instalados ao longo de linhas de transmissão de energia elétrica. Além disso, a rede se expande por gasodutos e rodovias, tanto estaduais quanto federais.

A composição detalhada dessa rede é a seguinte:

- 2.433,5 km de fibras são de propriedade direta da Telebras;
- 17.623,7 km estão instalados em infraestrutura da Eletrobras;
- 2.229,5 km utilizam a infraestrutura da Petrobras;
- 1235,0 km percorrem cabos subfluviais;
- 6.593,5 km são provenientes de parcerias ou acordos com operadoras de telecomunicação.

É importante destacar que os números apresentados se referem exclusivamente à infraestrutura de *backbone*, não abrangendo as conexões de última milha, que são disponibilizadas por parceiros comerciais nas localidades onde a Telebras não dispõe de Rede Metropolitana própria.

O mapa a seguir destaca, em laranja, a abrangência da Rede Terrestre Telebras, evidenciando sua capilaridade e presença estratégica no Brasil.



Figura 7-1 Rede Nacional

Em 2025, a Telebras avançou substancialmente nos projetos e na operação de suas redes, com o objetivo de aprimorar e expandir sua infraestrutura de telecomunicações em todo o território nacional.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

Desenvolvimento Técnico

- Implementação de notas técnicas de planejamento para atendimento a clientes com circuitos de alta capacidade;
- Expansão contínua dos *backbones* IP e DWDM; e
- Melhorias e adequações da infraestrutura visando redução de custos operacionais.

Atendimento a Clientes

- Implantação de 455 novos pontos de atendimento com tecnologia SD-WAN, contemplando clientes como ANM, IPHAN e MTE, reforçando o compromisso da Telebras com serviços essenciais, por meio de uma infraestrutura moderna e eficiente.

Capacidade de 200Gbps

- Entrega de circuitos de transmissão de 200 Gbps, representando uma evolução significativa na capacidade e qualidade da Rede Terrestre Telebras.

Infraestrutura e Expansão da Rede

- Instalação de novas infraestruturas em estações de telecomunicações da Rede Terrestre Telebras;
- Continuidade da implementação física de roteadores no Backbone IP, assegurando suporte às demandas atuais e futuras.

Projeto DNS

- Substituição da Plataforma DNS (*Domain Name System*), ampliando a capacidade de resolução de nomes, alinhada aos novos projetos, e fortalecendo a segurança do serviço para clientes do Backbone IP Telebras.

Cobertura Nacional

- Ao final de 2025, a Rede Terrestre Telebras manteve seu potencial de cobertura, atendendo diretamente 499 municípios e indiretamente 1.420 municípios, por meio de provedores de internet parceiros.

Essas ações demonstram o compromisso permanente da Telebras em consolidar a infraestrutura de telecomunicações do Brasil, garantindo comunicações seguras e promovendo a inclusão digital em âmbito nacional.

7.2 Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

Lançado em maio de 2017, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) continua sendo um elemento essencial da infraestrutura de telecomunicações do Brasil, garantindo cobertura nacional homogênea de internet banda larga. Além de seu papel na inclusão digital, o SGDC desempenha funções estratégicas para a defesa nacional, por meio de suas duas cargas úteis: uma para comunicações civis na banda Ka e outra para operações militares na banda X.

Por meio do SGDC, a Telebras amplia significativamente o acesso à internet banda larga em regiões remotas, beneficiando escolas, unidades de saúde, postos de fronteira e aldeias indígenas. O satélite também é fundamental para comunicações em emergências e para promover a inclusão digital.

Operação e Infraestrutura

O sistema de operação do SGDC é apoiado por Centros de Operações Espaciais em Brasília (COPE-P) e no Rio de Janeiro (COPE-S). O COPE-P, localizado na capital, destaca-se por sua infraestrutura de missão crítica, sendo classificado como tolerante a falhas de acordo com a norma norte-americana ANSI/TIA e certificado TIER IV pelo *Uptime Institute*. Esta certificação coloca o centro no mais alto nível de resiliência, assegurando que a infraestrutura possa suportar interrupções sem impactar os serviços críticos de tecnologia da informação.

A comunicação entre a rede terrestre e o satélite é viabilizada pelas Estações de Acesso (*Gateways*), estrategicamente distribuídas pelo país, em locais como Campo Grande, Florianópolis, Salvador, Brasília e Rio de Janeiro. Essas estações controlam e otimizam o tráfego de dados, garantindo eficiência e segurança nas comunicações via satélite. Além disso, Estações de Monitoramento e Controle, espalhadas pelo território nacional, acompanham continuamente os parâmetros do satélite, assegurando a integridade e o desempenho da rede.

7.3 Circuitos GESAC

É essencial compreender a importância e o impacto do projeto Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) na estratégia e no valor da Telebras. O GESAC é uma iniciativa governamental destinada a fornecer acesso à internet em banda larga para comunidades em áreas remotas e estratégicas do Brasil, promovendo inclusão digital e o acesso a serviços públicos digitais.

Em 21 de dezembro de 2023, o MCom confirmou a renovação do contrato com a Telebras para dar continuidade ao programa GESAC, com fundamento na Lei Nº 14.744, de 2023. Este acordo estratégico visa estabelecer até 28 mil pontos de acesso à internet via satélite, focando em regiões remotas e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

A iniciativa constitui um marco na promoção da inclusão digital e na oferta de serviços essenciais e manteve a Telebras como execução do programa, que abrange escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas, quilombolas, órgãos de segurança pública, postos de fronteira, bem como programas de monitoramento ambiental na Amazônia. Outros beneficiários incluem os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), reforçando o compromisso do programa em assegurar conectividade e acesso à informação para todos, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das áreas atendidas.

Esse contrato traz melhorias significativas no modelo de atendimento ao programa GESAC, especialmente no que tange às velocidades ofertadas, que podem ser de 20 Mbps, 30 Mbps, 40 Mbps, 40 Mbps com Wi-Fi externo e 60 Mbps com Wi-Fi externo, consideravelmente superiores ao limite de 20 Mbps do contrato anterior, o que promove a ampliação da qualidade do serviço prestado.



A representação visual a seguir ilustra o acompanhamento acumulado do projeto GESAC em 2025, conforme demandado pelo MCom.

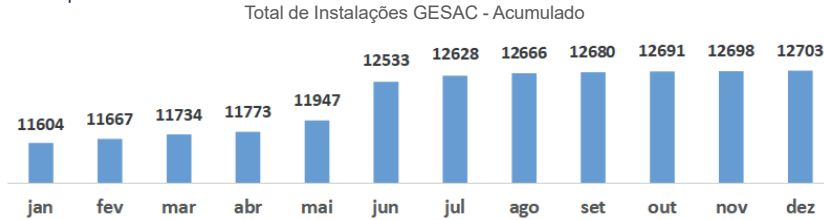


Gráfico 7-1 Projeto GESAC

Projeto Aprender Conectado (EACE)

A Telebras segue ampliando seu papel estratégico na execução de políticas públicas de inclusão digital no Brasil. Em parceria com a Associação Administradora da Conectividade de Escolas (EACE), no âmbito do Projeto Aprender Conectado, a Companhia atua na expansão da conectividade satelital de qualidade destinada a escolas públicas que não dispõem de acesso por fibra ou rádio, contribuindo para que nenhuma localidade fique desconectada das oportunidades de aprendizado digital.

Como prestadora oficial dos serviços de comunicação multimídia via satélite, a Telebras foi contratada pela EACE para prover, implementar e manter pontos de presença satelitais associados ao Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MCom. A iniciativa representa um avanço relevante para a ampliação da conectividade no ambiente educacional, apoiando o objetivo de assegurar atendimento integral às escolas públicas em todo o país.

Resultados e expansão da conectividade educacional

Com o avanço do Projeto Aprender Conectado, a Telebras vem realizando a instalação de milhares de Pontos de Presença em escolas identificadas pela EACE em todo o território nacional. O contrato prevê a instalação, ativação, manutenção e monitoramento desses pontos, assegurando que cada instituição educacional receba o serviço em conformidade com as diretrizes do MCom.

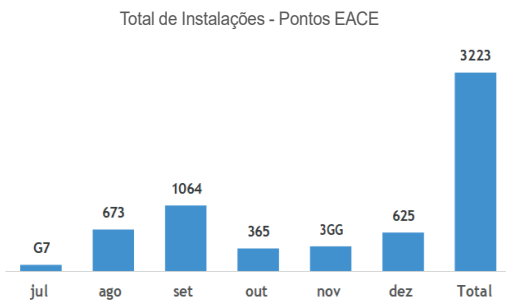


Gráfico 7-2 Instalações Projeto GESAC/EACE

A parceria Telebras–EACE reafirma o papel institucional da Companhia na execução de políticas públicas de telecomunicações, somando-se às iniciativas estruturantes do Governo Federal, como o próprio Programa GESAC e o Wi-Fi Brasil.

O fornecimento de conectividade satelital às escolas públicas representa não apenas a expansão de infraestrutura, mas o fortalecimento da democratização do acesso ao conhecimento, contribuindo para um país mais conectado, mais justo e com melhores oportunidades educacionais.

7.4 Operação e Manutenção

A Telebras manteve, ao longo do exercício de 2025, padrões elevados de desempenho operacional em sua Rede Nacional de Telecomunicações por meio de uma gestão integrada que alia manutenção de campo, operações centralizadas e rigor técnico na condução de seus processos.

O Centro Integrado de Gerência de Rede (CIGR/NOC), sediado em Brasília, constitui o núcleo das operações da Companhia. Sua atuação é voltada ao monitoramento contínuo da infraestrutura de rede, à análise de desempenho e tráfego, à gestão e ao escalonamento de incidentes, à aceitação de

novas estações, à coordenação de mudanças e à administração proativa de clientes e circuitos. Essas atividades asseguram o cumprimento sistemático dos Níveis de Serviço Acordados (SLAs), em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos contratos e regulamentos aplicáveis.

A observância rigorosa dos SLAs traduz o comprometimento institucional da Telebras com a prestação de serviços de alta confiabilidade, garantindo previsibilidade operacional e aderência às melhores práticas do setor de telecomunicações. O monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho permite à Companhia manter elevado controle sobre a performance da rede, reduzindo riscos operacionais e assegurando níveis superiores de disponibilidade.

Em dezembro de 2025, a Telebras alcançou índice médio de disponibilidade de 99,76%. Esse resultado comprova a eficácia das políticas de gestão adotadas e a robustez da infraestrutura implantada, refletindo a consolidação de um modelo operacional orientado à continuidade do serviço, à segurança da informação e à eficiência no atendimento às demandas estratégicas do Estado brasileiro.

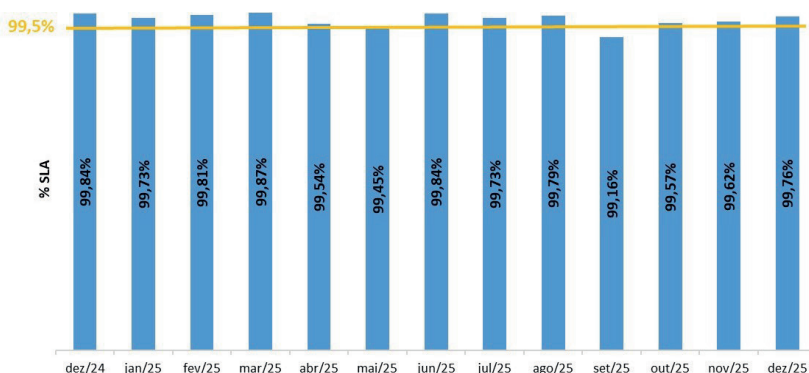


Gráfico 7-3 Nível de Serviço – Disponibilidade da Rede

Nos últimos 12 meses, a Telebras identificou os principais desafios que impactaram a operacionalidade da rede e implementou estratégias de mitigação para reduzir seus efeitos.

Principais desafios

A Telebras enfrentou, ao longo do exercício de 2025, desafios relevantes relacionados à continuidade operacional e à integridade de sua infraestrutura estratégica. As ocorrências observadas foram tratadas de forma sistêmica, com foco em mitigação de riscos, resiliência e na manutenção dos elevados padrões de disponibilidade da rede nacional.

- **Qualidade do fornecimento de energia elétrica:** flutuações e interrupções no fornecimento de energia impactaram temporariamente o funcionamento de estações e a durabilidade de componentes críticos, como bancos de baterias e sistemas de climatização. Esses episódios têm influência direta sobre a confiabilidade dos serviços prestados.

- **Para reforçar a resiliência da infraestrutura,** a Telebras vem mantendo investimentos na modernização dos bancos de baterias, na manutenção preventiva de geradores e na realização de tratativas institucionais junto às concessionárias de energia, com o objetivo de aprimorar a estabilidade do fornecimento.

Rompimento de Fibras

- Incidentes de rompimento em trechos da rede externa provocaram interrupções pontuais na rede *backbone*, exigindo resposta imediata para restauração da conectividade. Esses incidentes impactam a qualidade do serviço e exigem ações imediatas para reparo e recuperação da conectividade. Para mitigar esse risco, a Telebras adota estratégias de redundância e monitoramento contínuo, além de reforçar parcerias para manutenção rápida da infraestrutura.

Vandalismo e Furtos de infraestrutura

- Atos de vandalismo, incluindo furtos de baterias, cabos ópticos e cabos de energia, representaram desafios adicionais para a manutenção da operação. Além dos custos de reposição e reparo, essas ocorrências impactam temporariamente a disponibilidade dos serviços.
- Como resposta, a Telebras reforçou as medidas de segurança e proteção de ativos, expandindo o monitoramento remoto e fortalecendo a cooperação interinstitucional para reduzir os impactos decorrentes dessas ações.

Em que pese a materialidade dos desafios aqui apresentados, as medidas adotadas pela Companhia permitiram preservar elevados padrões de continuidade e qualidade na prestação dos serviços. A atuação coordenada entre as áreas técnicas e de gestão de riscos contribuiu para mitigar impactos operacionais, assegurando a manutenção da disponibilidade da rede em patamares compatíveis com as exigências regulatórias e contratuais. Nesse contexto, os resultados operacionais e as perspectivas para o exercício de 2026 refletem o compromisso permanente da Telebras com a melhoria contínua de sua infraestrutura, com a resiliência de seus ativos estratégicos e com a adequada prestação de contas às partes interessadas.

7.5 Tecnologia da Informação

A área de Tecnologia da Informação da Telebras promoveu, em 2025, um amplo conjunto de ações de modernização voltadas a elevar a eficiência operacional, fortalecer a segurança, otimizar processos internos e apoiar a transformação digital da Companhia.

Principais Avanços

- **Portal de Clientes:** centralização da gestão técnica, monitoramento de telemetria, SLAs e saúde da rede, com *dashboards* e relatórios que aprimoram o acompanhamento da qualidade dos serviços.
- **Governança e Normativos:** publicação, revisão e atualização de diretrizes e práticas que reforçam segurança, conformidade, gestão de acesso, uso de dispositivos, governança de TI e alinhamento regulatório, contribuindo para evolução do indicador iESGo.
- **OSS Order Management:** evoluções que ampliam segurança, integração e estabilidade, com melhorias em APIs, fluxos OM/CRM/ITSM e interoperabilidade via arquitetura REST.
- **SAP e Escrituração:** otimização do faturamento, captura automatizada de documentos fiscais e desenvolvimento de soluções integradas para escrituração contábil e fiscal.
- **NFCOM:** implantação do novo modelo fiscal nacional, com integrações SAP, adequações de faturamento e saneamento de dados, culminando na entrada em produção.
- **Segurança Cibernética:** ações de conscientização, implantação de *firewall* corporativo, reforço de VPNs, adoção de Intune, MFA, Microsoft Defender e políticas padronizadas.
- **Suíte Microsoft:** licenciamento E3/Teams, modernização de sistemas operacionais, *Active Directory* e *Windows Server*, garantindo colaboração e segurança.
- **Gestão Orçamentária e Financeira:** modelos aprimorados de acompanhamento, arrecadação e fluxo de caixa, com maior granularidade por segmentos.
- **Reforma Tributária:** desenvolvimento para adequação ao novo modelo IBS/CBS.
- **Copilot (IA):** integração de inteligência artificial para aumentar produtividade e automação no M365.

8 Gestão de Pessoas

8.1 Planos de Previdência e Seguridade Social

A Telebras patrocina três planos de previdência complementar geridos pela Fundação Sistel de Seguridade Social, demonstrando seu compromisso com o bem-estar dos empregados atuais e aposentados:

Plano de Benefícios da Sistel - PBS-A: Este plano de benefício definido atende ex-funcionários do Sistema Telebras, aposentados até janeiro de 2000. Oferece aposentadoria, pensão, auxílios diversos e pecúlios por morte.

Plano PBS-Telebras: Também um plano de benefício definido, patrocinado exclusivamente pela Telebras e em fase de extinção. Garante aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pecúlios por morte.

Plano Telebrasprev: Estruturado na modalidade de contribuição variável, está fechado a novos participantes e oferece benefícios programados e de risco, incluindo aposentadoria (ordinária e por invalidez), pensão por morte e auxílio-doença.

Esses planos refletem o esforço contínuo da Telebras em assegurar segurança financeira e tranquilidade para seus profissionais e suas famílias, reafirmando seu papel como empregador responsável e comprometido com a sustentabilidade social de sua força de trabalho.

Processos de Superávit de 2025:

- Distribuição do Superávit PBS-A - Exercícios de 2022 e 2023.
- Distribuição do Superávit TelebrasPrev - Exercícios de 2016, 2017, 2022 e 2023.
- Distribuição do Superávit PBS Telebras - Exercícios de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Conforme mencionado acima, a Telebras é patrocinadora dos planos de benefícios PBS-A, TelebrasPrev e PBS Telebras. Historicamente, os resultados positivos dos planos são distribuídos na forma de reversão de valores para a patrocinadora e na forma de renda adicional temporária para os participantes e assistidos, com critérios e prazos para distribuição estabelecidos.

Em 2025, foram aprovadas as seguintes propostas de distribuições dos planos de previdência complementar patrocinados pela Telebras: PBS-A, referente aos exercícios de 2022 e de 2023; TelebrasPrev, referente aos exercícios de 2016, 2017, 2022 e 2023; e PBS Telebras, para os exercícios de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023. Todos esses processos propostos passaram pelo rito de aprovação interna entre Reunião da Diretoria - REDIR, Comitê de Auditoria - COAUD e Conselho de Administração - CA. E, posteriormente, foram remetidos ao MCom, para então encaminhamento à Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais - SEST. As propostas são previamente submetidas à Previc e somente após sua aprovação são iniciadas as reversões dos valores, respeitado o prazo mínimo de 36 parcelas, de acordo com a Resolução CNPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Em relação ao PBS-A, na destinação dos superávits, no valor de R\$ 478.302.761,88 e de R\$ 477.405.074,68 para os anos de 2022 e 2023, respectivamente, a participação da Telebras é de aproximadamente 6,80%, totalizando R\$ 32.576.390,24.

Para o TelebrasPrev, as distribuições à Telebras referentes aos superávits de 2016, 2017, 2022 e 2023 montam em R\$ 28.961.979,90, R\$ 16.994.426,02, R\$ 21.590.524,50 e R\$ 34.677.847,10, respectivamente, totalizando R\$ 102.224.777,53.

Por fim, para o PBS Telebras, as destinações dos exercícios de 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023 resultam à Telebras respectivamente em: R\$ 5.297.507,66, R\$ 509.602,89, R\$ 505.243,90, R\$ 2.865.645,38, R\$ 8.354.957,49 e R\$ 21.228.787,82, considerada a proporção contributiva de 50% entre participantes/assistidos e patrocinadora.

8.2 Quadro de Pessoal

Em 2025, a Telebras obteve autorização do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por intermédio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), para dois aumentos em seu quadro de pessoal. O primeiro ocorreu em abril de 2025, por meio da Portaria SEST/MGI nº 3.066, que autorizou a ampliação do quadro em 35 vagas permanentes. Posteriormente, em novembro de 2025, a Portaria SEST/MGI nº 9.457 aprovou a criação de mais 32 cargos para empregados(as) públicos(as). Com essas autorizações, o quadro passou a totalizar 438 vagas para cargos permanentes e 29 vagas para cargos transitórios, estabelecendo, ao final de 2025, o limite de 467 vagas para o quadro próprio autorizado da Telebras. Dessa forma, a Telebras ajustou seu quadro de pessoal para alinhar-se às necessidades operacionais



e estratégicas da empresa, finalizando o ano com um total de 485 empregados, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO DE PESSOAL	dez/25	dez/24	Δ% dez 25/ dez 24
Empregados efetivos	363	345	5,2%
Empregados <i>Ad nutum</i>	47	47	0,0%
Requisitados	2	3	-33,3%
Estagiários	70	71	-1,4%
Jovens aprendizes	3	3	0,0%
TOTAL	485	469	3,41%

Tabela 8-1 Quadro de Empregados – Comparativo Anual

Destaca-se que, entre os empregados efetivos, 12 encontravam-se cedidos para outros órgãos da Administração Pública e 23 integravam o quadro transitório, por estarem cedidos à Telebras.

Na comparação entre os dados do quadro de pessoal de dezembro de 2024 e dezembro de 2025, observou-se um aumento de 5,2% no número de empregados efetivos, enquanto o quantitativo de empregados *Ad nutum* permaneceu inalterado. Também foi verificada uma redução nos subgrupos de estagiários e requisitados.

O painel abaixo apresenta recortes do quadro de pessoal em 2025 por gênero, cor declarada e gênero no âmbito das lideranças:

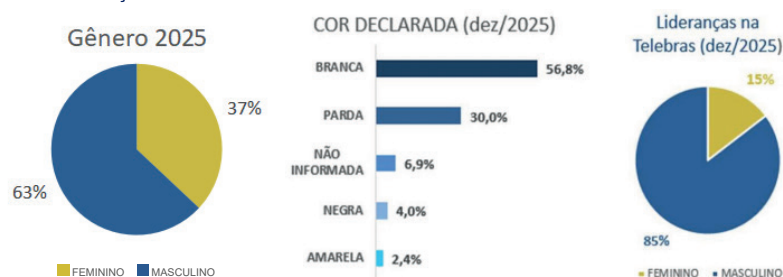


Gráfico 8-1 Painel do quadro de pessoal 2024, por gênero, cor declarada e gênero no âmbito das lideranças. As tabelas abaixo apresentam o comparativo anual do quadro de pessoal por gênero, por posição na empresa. Liderança se refere aos cargos de gerente, chefe de gabinete, diretores e presidente. Com Cargo se refere aos cargos de assessoria e coordenadoria.

Posição	Gênero	2024	2025	Δ Abs. (2025-2024)	Δ % (2025-2024)
Empregado Efetivo	FEMININO	86	103	17	19,77%
	MASCULINO	157	160	3	1,91%
Com Cargo	FEMININO	31	34	3	9,68%
	MASCULINO	51	51	0	0,00%
Liderança	FEMININO	3	5	2	66,67%
	MASCULINO	31	29	-2	-6,45%
Total		359	382	23	6,41%

Tabela 8-2 Quadro de Pessoal por Gênero

Posição	Gênero	2024	2025	Δ Abs. (2025-2024)
Empregado Efetivo	FEMININO	35,39%	39,16%	3,77%
	MASCULINO	64,61%	60,84%	-3,77%
Com Cargo	FEMININO	37,80%	40,00%	2,20%
	MASCULINO	62,20%	60,00%	-2,20%
Liderança	FEMININO	8,82%	14,71%	5,89%
	MASCULINO	91,18%	85,29%	-5,89%

Tabela 8-3 Quadro de Pessoal (%) por Gênero

Posição	Gênero	2024	2025	Δ % (2025-2024)
Empregado Efetivo	FEMININO	11.843,01	12.469,64	5,29%
	MASCULINO	12.457,89	12.977,87	4,17%
Com Cargo	FEMININO	17.886,71	18.683,50	4,45%
	MASCULINO	20.329,76	21.487,10	5,69%
Liderança	FEMININO	30.419,62	31.449,56	3,39%
	MASCULINO	31.292,77	32.373,61	3,45%

Tabela 8-4 Quadro de Pessoal - Remuneração Média por Cargo e Gênero

A equidade é tratada pela Companhia de forma transversal, integrando os princípios estabelecidos em sua Política Ambiental, Social e de Governança (ESG). Esse marco orienta ações voltadas à promoção da igualdade de oportunidades, à valorização da diversidade e ao respeito aos direitos humanos. Entre as iniciativas desenvolvidas no período, destaca-se a participação nos programas Pró-Equidade de Gênero e Raça e no Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Estatais Federais, bem como nas avaliações externas de governança e integridade (Indicador de Governança das Empresas Estatais -IG- SEST e Governança, Sustentabilidade e Inovação - iESGo) que incorporam dimensões de diversidade, equidade e inclusão.

Essas ações demonstram o compromisso contínuo da Companhia com a promoção de um ambiente organizacional inclusivo, alinhado às melhores práticas de governança e responsabilidade social.

8.3 Remuneração

A maior remuneração para o quadro de pessoal alcançou R\$ 33.207,79, e a menor foi de R\$ 4.403,96, estabelecendo um salário médio de R\$ 15.669,22. Para os dirigentes, a remuneração oscilou entre R\$ 40.251,06 e R\$ 44.276,18, com uma média de R\$ 41.257,34, reconhecendo as responsabilidades e a liderança desses profissionais dentro da organização.

8.4 Acordo Coletivo de Trabalho

A Telebras concluiu com êxito as negociações do ACT bianual 2024/2026, assinado em abril de 2025, implementando os seguintes reajustes:

Primeiro ano (data-base 11/2024)

- Reajuste de 4,6% para os cargos do PCR, retroativo à data-base;
- 9,2% para os benefícios de vale alimentação e plano de saúde, retroativo à data-base; e
- 4,6% para os benefícios de auxílio creche e auxílio medicamento/saúde, retroativo à data-base.

Segundo ano (data-base 11/2025)

- Reajuste de 4,49% em todos os cargos do PCR, funções gratificadas e cargos em comissão;
- Reajuste de 4,49% em todos os benefícios.

Além disso, duas novas cláusulas sociais foram incluídas (proteção à mulher vítima de violência doméstica, reconhecimento de união civil) e manteve as demais cláusulas sociais, com ajustes para benefício de elucidação de alguns direitos. Este acordo é válido de 1º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2026.

8.5 Concurso Público

A estratégia de recrutamento da Telebras inclui a realização de concursos públicos para atrair talentos especializados. Desde 2013, a empresa realizou três concursos, admitindo um total de 492 empregados até dezembro de 2025, sendo certo que 182 desses empregados se desligaram.

Em 09 de dezembro de 2025, foi publicado um novo edital de concurso público, realizado em 08 de fevereiro de 2026, com a previsão de 15 vagas imediatas e cadastro reserva.

8.6 Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional

A Telebras conduz seu processo de Progressão Funcional por meio de Promoção Horizontal por Antiguidade por Merecimento, conforme estabelece o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) da Telebras e os instrumentos normativos internos Diretriz nº 278 e na Prática nº 44. A concessão de promoções está vinculada à disponibilidade financeira e orçamentária, limitada à 1% da folha salarial anual, nos termos do Art. 8º da Resolução CGPAR nº 52, de 17 de abril de 2024.

Em 2025, foi realizada a Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados, com objetivo de incentivar o desenvolvimento profissional dos seus empregados e reconhecer o desempenho desses profissionais. Dos 294 empregados elegíveis, incluindo os empregados cedidos e requisitados, 99 foram promovidos – 85 por mérito e 14 por antiguidade – representando 34% do total. Entre os promovidos por mérito, houve variação de um a três níveis salariais, refletindo o compromisso da empresa em valorizar os talentos internos e incentivar a excelência e respeitados os critérios da Progressão Funcional.

Quanto ao gênero feminino e masculino, a distribuição percentual de eleitos registrou, respectivamente, 35% e 65%. Estes resultados são proporcionais ao percentual observado no atual quadro de pessoal da Telebras.

8.7 Treinamento e Desenvolvimento

Em 2025, a Telebras avançou de forma consistente na agenda de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI 2025–2030) e ao fortalecimento de competências críticas para a execução da estratégia corporativa. As ações priorizaram o reforço da cultura organizacional, a modernização da gestão e o desenvolvimento de capacidades voltadas à transformação digital, governança e gestão pública orientada a resultados.

Em abril, a 1817ª Reunião de Diretoria aprovou o primeiro Plano de T&D da Telebras, estruturando trilhas de conhecimento, cursos, workshops e capacitações regulatórias. Em maio, foi lançada a Trilha de Desenvolvimento: Liderança Transformadora, direcionada a gerentes e coordenadores, com foco em liderança ágil, engajamento de equipes e atuação estratégica.

Dentre as ações executadas em 2025, destacam-se:

- Eventos estratégicos: CONARH 2025, HSM+ 2025, 26º Congresso do IBGC;
- Governança e compliance: Atualização em Governança para Estatais, CONBRAI 2025;
- Gestão de riscos e projetos: ISO 31000:2018, Preparatório PMP, Modelagem Financeira;
- Agilidade no setor público: Agile Trends Gov, Oficina de Metodologias Ágeis;
- Contratações públicas: IA aplicada às licitações, Gestão Estratégica por Resultados;
- Telecomunicações, satélites e defesa: FUTURECOM, Congresso Latino-Americano de Satélites, CAED 2025, Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética (CSSDC 2025);
- Comunicação e influência: PPTPLAY, Conteúdo, Corpo e Voz.

Considerando a execução do Plano de T&D e as demandas adicionais das áreas, foram investidos aproximadamente R\$ 400 mil em mais de 50 iniciativas, totalizando mais de 6.200 horas-aula, ampliando o alcance das ações de capacitação e promovendo o desenvolvimento contínuo dos(as) empregados(as) da Telebras.

Em dezembro, teve início a atualização do Plano de T&D para 2026, com diretrizes voltadas à revisão de necessidades, antecipação de demandas estratégicas e regulatórias, aprimoramento da gestão do portfólio, ampliação de modalidades híbridas e fortalecimento dos mecanismos de avaliação de resultados.

9 Licitações e Contratos

Em 2025, a empresa realizou contratações significativas para a aquisição de bens, produtos e serviços, totalizando o montante de R\$ 269 milhões. Essas contratações foram distribuídas conforme modalidades de licitação específicas, refletindo a aderência rigorosa da Telebras às normativas legais e regulamentares em suas operações de compra, conforme tabela abaixo:

MODALIDADE LICITAÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA	% QUANTIDADE	VALOR DO CONTRATO	% VALOR
Afastamento	8	11,76%	R\$ 203.636.668	75,69%
Dispensa Eletrônica	4	5,88%	R\$ 56.440	0,02%
Dispensa Tradicional	7	10,29%	R\$ 1.768.049	0,66%
Inexigibilidade	34	50,00%	R\$ 8.212.438	3,05%
Pregão Eletrônico	13	19,12%	R\$ 43.876.535	16,31%
Pregão Eletrônico SRP	2	2,94%	R\$ 11.493.639	4,27%
Total Geral	68	100,00%	R\$ 269.043.770	100,00%

Tabela 9-1 Contratos de aquisição e serviços por modalidade de licitação

Modalidades de Licitação e Justificativas

Inexigibilidade de Licitação: As contratações realizadas sob esta modalidade foram fundamentadas na notória especialização de serviços, incluindo capacitações e outros serviços especializados sem concorrência disponível no mercado, como o fornecimento de energia elétrica e extensões da rede.

Dispensa de Licitação: Esta modalidade foi aplicada a aquisições de pequeno valor, justificadas pelos critérios estabelecidos nos Incisos I, II, IV e V do Art. 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras (RELIC) e pelos Incisos I, II, IV e V do Art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

Afastamento de Licitação: Casos que se enquadram no Inciso I do § 3º do Art. 28 da Lei nº 13.303/2016, destacando situações específicas que permitem a Telebras realizar contratações diretas, de acordo com a legislação.

Pregão Eletrônico: A modalidade de pregão eletrônico foi utilizada conforme as diretrizes do artigo 32, IV, da Lei nº 13.303/2016, artigo 92, I, do RELIC, e Lei 14.133/2021, no que couber, evidenciando a busca da Telebras pela eficiência e transparência nas contratações públicas.

10 Auditoria Externa

Em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, em 25 de outubro de 2022, contratou pelo período de três anos a empresa *Consult – Auditores Independentes*, para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado. O valor total dos honorários contratados para esse serviço, conforme contrato firmado entre as partes, foi de R\$ 160,5 mil.

No ano de 2025, o contrato com a *Consult* foi prorrogado por mais dois anos, com vigência até 25 de outubro de 2027. O valor referente à prorrogação foi de R\$ 108,7 mil, totalizando R\$ 269,2 mil no período contratual.

Na contratação dos serviços de auditoria independente, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A *Consult – Auditores Independentes* declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

11 Declaração dos Diretores sobre os Relatórios de Auditoria e Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao disposto no art. 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

- baseados em seus conhecimentos, no relatório apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa *Consult – Auditores Independentes*, emitido em 25 de fevereiro de 2026, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- que revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras e, baseados nas discussões subsequentes, concordam que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (Impairment)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R\$ 1.697.499 mil, conforme nota explicativa 13. A administração avalia periodicamente ou quando há indícios acerca do risco de *impairment* de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico-financeiras, como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise do Plano de Negócios, considerando a receita projetada e a confirmação da taxa de desconto utilizada, a qual está de acordo com a determinada pela Anatel para o setor de telecomunicações e o cálculo do fluxo de caixa descontado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados para a análise da receita projetada, a validação da taxa de desconto utilizada e o cálculo do fluxo de caixa descontado contido no Plano de Negócios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Ênfases

Subvenção para Investimento – Reconhecimento Contábil Direto como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A partir de 2020, a Companhia passou a ser classificada como uma empresa Estatal Dependente e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos foram reconhecidos nos exatos termos do CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais. Contudo, entendendo que a Companhia deveria observar os ditames da macrofunção 021122, item 2.3 – Repasses de recursos para as empresas estatais, e sob interpretação de Parecer emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi tomada a decisão de rerepresentar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2020 a 2022 e dos três primeiros trimestres de 2023, passando a registrar como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no Passivo Não Circulante, a parte destes recursos recebidos como Subvenção para Investimentos, adequando as demonstrações contábeis às práticas contábeis do controlador, embora os ajustes pudessem ser feitos diretamente pelo investidor (CPC 18 e CPC 36), bem como tendo como justificativa a aplicação do princípio da Primazia da Essência sobre a Forma (CPC 00), haja visto que recursos deste gênero certamente terão como destino o aumento de capital.

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiônica Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 23 de fevereiro de 2026, sem ressalvas.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa 16, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 2.191 mil e R\$ 19.075 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.951.045 mil em 31 de dezembro de 2025. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Contrato de Gestão e Plano De Sustentabilidade Econômico-Financeira

Conforme mencionado na nota explicativa 1.4, em 05 de setembro de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações. O referido contrato, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, ressalta-se, contudo, que a Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	698.514	425.387	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15	21.583	13.331
Contas a Receber de Clientes	5	448.342	233.301	Fornecedores	18	151.794	144.636
Tributos a Compensar/Recuperar	6	204.516	178.044	Receitas Diferidas	25	44.406	44.406
Depósitos Judiciais	7	7.311	7.364	Tributos Diretos	19	41.932	-
Aplicações Financeiras	11	822.352	822.352	Tributos Indiretos	20	16.844	23.499
Superávit - Previdência Privada	8	103.565	84.429	Empréstimos e Financiamentos	24.1	-	46.210
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	9.1	1.945	1.945	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	5.093	5.374
Outros Ativos Realizáveis	9.2	23.495	23.181	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	5.416	4.877
Total do Circulante		2.310.040	1.776.003	Credores por Perdas Judiciais	22	-	16.635
Não Circulante				Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	2.191	1.828
Aplicações Financeiras	11	53.949	86.686	Subvenções Orçamentárias a Realizar	26	52.741	59
Tributos a Compensar/Recuperar	6	3.795	8.282	Outras Obrigações	27	25.137	13.722
Depósitos Judiciais	7	52.566	48.726	Total do Circulante		367.137	314.577
Dividendos a Receber	10	-	5.456	Não Circulante			
Superávit - Previdência Privada	8	185.037	143.216	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	14.786	4.139
Outros Ativos Realizáveis	9.2	6.667	12.381	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	66.303	59.881
Total do Não Circulante		302.014	304.747	Credores por Perdas Judiciais	22	-	102.247
Investimentos	12	76.332	80.124	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	19.075	20.923
Imobilizado	13	1.697.499	1.909.708	Grupamento de Ações	17	680	680
Intangível	14	26.581	19.403	Receitas Diferidas	25	241.351	273.605
Total do Não Circulante		2.102.426	2.313.982	Recursos Capitalizáveis	23	1.951.045	1.831.921
Total do Ativo		4.412.466	4.089.985	Total do Não Circulante		2.293.240	2.293.396
				Patrimônio Líquido	28		
				Capital Social		3.719.535	3.474.498
				Prejuízos Acumulados		(1.999.280)	(2.139.784)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		31.945	35.153
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				Recursos Capitalizáveis		-	112.256
				Total do Patrimônio Líquido		1.752.089	1.482.012
				Total do Passivo		4.412.466	4.089.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	491.009	414.315
Custos dos Serviços Prestados	30	(663.005)	(630.415)
Lucro Bruto		(171.996)	(216.100)
Receitas / (Despesas) Operacionais		408.696	234.596
Comercialização dos Serviços	30	(32.590)	(30.029)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(98.249)	(93.268)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	369	(1.013)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	31	539.166	358.906
Outras Receitas Operacionais		563.052	373.698
Outras Despesas Operacionais		(23.886)	(14.792)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		236.700	18.496
Resultado Financeiro	32	(54.264)	(85.068)
Receitas Financeiras		222.881	128.344
Despesas Financeiras		(274.634)	(213.412)
Variação Cambial		(2.511)	-
Resultado Antes dos Tributos sobre o Resultado		182.436	(66.572)
Tributos sobre o Resultado do Período	6.2.1	(41.932)	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(30.626)	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(11.306)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		140.504	(66.572)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	28.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		1,5258	(0,7707)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		1,5258	(0,7707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)
Outros Resultados Abrangentes	(3.208)	10.677
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	(4.161)	11.053
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	(4.161)	11.053
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	953	(376)
Ganho/(Perda) com Instrumentos Financeiros - VJORA	953	(376)
Resultado Abrangente Total	137.296	(55.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Recursos Capitalizáveis	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.474.498	(2.073.212)	24.476	(111)		1.425.651
Recurso de Acionista:	-	-	-	-	112.256	112.256
Transferência de Recursos Capitalizado para o Patrimônio Líquido	-	-	-	-	112.256	112.256
Resultados Abrangentes Total:	-	(66.572)	10.677	-	-	(55.895)
Prejuízo do Exercício	-	(66.572)	-	-	-	(66.572)
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	10.677	-	-	10.677
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	11.053	-	-	11.053
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(376)	-	-	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.474.498	(2.139.784)	35.153	(111)	112.256	1.482.012
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.474.498	(2.139.784)	35.153	(111)	112.256	1.482.012
Recurso de Acionista:	245.037	-	-	-	(112.256)	132.781
Aumento de Capital	245.037	-	-	-	(245.037)	-
Transferência de Recursos Capitalizáveis - Passivo Exigível para o Patrimônio Líquido	-	-	-	-	132.781	132.781
Resultados Abrangentes Total:	-	140.504	(3.208)	-	-	137.296
Lucro Líquido do Exercício	-	140.504	-	-	-	140.504
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	(3.208)	-	-	(3.208)
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(4.161)	-	-	(4.161)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	953	-	-	953
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.719.535	(1.999.280)	31.945	(111)	-	1.752.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	182.436	(66.572)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	274.104	270.044
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.775	(76)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis	6.484	6.298
Trabalhistas, Cíveis e Fiscais		
Receita Diferida	(36.480)	(54.886)
Equivalência Patrimonial	(369)	1.013
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	249.981	189.369
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	3.292	624
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	14.108	12.999
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(4.535)	(3.644)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	868	741
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	(209)	3.651
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	2.807	2.752
Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)
Subvenções Realizadas - Contrato de Gestão	(234.446)	-
Ganho na Baixa de Passivos	(76)	(2.297)
Baixa de Créditos Tributários	4.795	2.963
Provisão para Perdas Prováveis sobre Ativos	91	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666
	149.463	220.179
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(242.191)	(59.168)
Tributos a Recuperar	(18.886)	(54)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.252	217
Fornecedores	7.425	1.298
Tributos a Recolher	(6.648)	20.682
Outras Contas Ativas e Passivas	(854)	23.041
	(252.902)	(13.984)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(4.777)	(1.549)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(868)	(741)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(224)	(2.530)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.298)	(350)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(9.807)	(12.817)
Pagamento de IRPJ/CSLL	(7.894)	-
	(26.868)	(17.987)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	52.129	121.636
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(25.584)	(41.772)
Resgate de Aplicações Financeiras - Garantia de Financiamento - FINEP	39.973	-
Caixa Líquido Gerado/Consumido pelas Atividades de Investimento	14.389	(41.772)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(6.179)	(5.425)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(123.183)	(13.740)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(45.777)	(45.513)
Recebimento Parcela - Superávit Previdência Privada	92.638	14.999
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	1.924	14.490
Recebimento de Subvenções Orçamentárias - Contrato de Gestão	287.186	-
Caixa Líquido Gerado/Consumido pelas Atividades de Financiamento	206.609	(35.189)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	273.127	44.675
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	698.514	425.387
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	425.387	380.712
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	273.127	44.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Receitas	1.041.457	775.996
Prestação de Serviços	465.481	384.176
Subvenções Orçamentárias Recebidas	406.942	158.402
Outras Receitas	152.405	217.488
Construção de Ativo Próprio	19.452	18.682
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.823)	(2.752)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(337.007)	(317.865)
Custos dos Serviços Vendidos	(307.216)	(290.636)
Materiais	(61)	(71)
Serviços de Terceiros	(7.894)	(8.085)
Serviços Técnicos Administrativos	(8.516)	(11.040)
Perdas	(221)	(36)
Outras Despesas	(13.099)	(7.997)
Valor Adicionado Bruto	704.450	458.131
Retenções	(274.106)	(270.044)
Depreciação e Amortização	(274.106)	(270.044)
Valor Adicionado Líquido Produzido	430.344	188.087
Valor Adicionado Recebido em Transferência	296.459	199.598
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	369	(1.013)
Receitas Financeiras	220.807	123.579
Aluguéis	75.283	77.032
Valor Adicionado Total a Distribuir	726.803	387.685
Distribuição do Valor Adicionado	726.803	387.685
Empregados	124.842	114.140
Remuneração Direta	74.257	70.382
FGTS	7.232	6.494
Benefícios Sociais	16.395	14.736
Outros Encargos Sociais	22.366	20.522
Programa de Indenização por Serviços Prestados	3.291	624
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.301	1.382
Impostos, Taxas e Contribuições	118.872	72.792
Federais	88.768	41.085
Estaduais	28.622	31.682
Municipais	1.482	25
Remuneração de Capitais de Terceiros	342.585	267.325
Remuneração do Capital de Terceiros	276.658	213.056
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	49.732	35.361
Seguros	16.195	18.908
Remuneração de Capitais Próprios	140.504	(66.572)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas Operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ("SIOP"), referente ao PLOA de 2020.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.3 Decreto que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

Em 12 de junho de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto nº 12.500, que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

O Decreto estabelece, dentre outros critérios, que empresas com Índice de Sustentabilidade Financeira (ISF) igual ou superior a 0,4 poderão apresentar um plano de sustentabilidade visando à transição das estatais dependentes para a condição de não dependente.

Esse plano deverá ser acompanhado de um contrato de gestão, com metas, indicadores, cronograma de repasses e mecanismos de monitoramento.

Ao final do contrato de gestão as empresas que alcançarem ISF superior a 1,05 serão avaliadas e poderão ser classificadas como empresa estatal não dependentes.

Este novo marco busca maior transparência, eficiência e autonomia na gestão das empresas estatais federais, alinhado às diretrizes fiscais e às boas práticas de governança pública, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.4 Contrato de Gestão e Plano De Sustentabilidade Econômico-Financeira

Em 05 de setembro de 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações, em conformidade com a Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025 e a Lei nº 13.303/2016.

O referido contrato tem como fundamento o art. 47 da Lei Complementar nº 101/2001, os arts. 6º, §§ 2º a 4º, e 48, §§ 6º a 8º, da Lei nº 15.080/2024, bem como as normas e regulamentações específicas editadas pelo órgão central do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais – SISEST/MGI.

O Contrato de Gestão, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente. Esse plano reúne o diagnóstico econômico-financeiro, o planejamento estratégico, as projeções de fluxo de caixa e de resultados, além de indicadores e metas de desempenho correspondentes ao período contratual. A validade e a eficácia do Contrato de Gestão ficam condicionadas à publicação de seu extrato pelo Ministério supervisor no Diário Oficial da União e em seu sítio eletrônico oficial.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, conforme previsto no art. 6º e § 7º do art. 48 da Lei nº 15.080/2024, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, passando a ter seu orçamento acompanhado no âmbito do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Despesas Globais (PDG) das empresas estatais federais, sob supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. Ressalta-se, contudo, que a Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

Para a execução do Contrato de Gestão, serão disponibilizados à Telebras recursos orçamentários pela União, a título de subvenção econômica, destinados à cobertura do déficit de manutenção relativo à operação e manutenção dos ativos e instalações, especialmente os custos e despesas que são necessárias para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades operacionais da Companhia, discriminados na unidade orçamentária nº 41.260 (Telebras) provenientes de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício financeiro.

O acompanhamento da execução do PSEF será realizado mediante monitoramento periódico, prestação de contas e elaboração de relatórios ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conformidade com a legislação aplicável. A avaliação de desempenho será aferida com base em objetivos, indicadores e metas de desempenho pactuados no Contrato de Gestão, com foco na mensuração da eficiência, eficácia e efetividade da atuação empresarial.

A aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira e a assinatura do Contrato de Gestão foram divulgadas como fato relevante, assegurando transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, por meio do site institucional da Companhia, em observância aos princípios da publicidade e da governança corporativa.

1.5 Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi aprovada e promulgada, em dezembro de 2023, no Congresso Nacional com objetivo de simplificar os tributos sobre o consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminar redundâncias e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui cinco tributos vigentes por um imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS, é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. Em janeiro de 2025, a Lei Complementar nº 214/25 foi sancionada estabelecendo os critérios gerais para a transição tributária que vai de 2026 a 2033. O IBS e CBS seguirão datas distintas de implantação, sendo que a CBS deverá entrar em vigor, plenamente, no ano de 2027. Já o IBS ainda depende de regulamentações a serem feitas pelo Comitê Gestor, mas tem a previsão de entrada em vigor, de forma escalonada, a partir de 2029 e completamente em 2033.

1.6 Homologação do Aumento de Capital pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

Em 8 de maio de 2025, a 118ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento de capital da Companhia previamente aprovado na 117ª AGE. O aumento foi no montante de R\$ 112.256, mediante a emissão de 7.214.422 ações ordinárias (ON), ao preço de emissão de R\$ 15,56 por ação.

Com essa operação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.474.498 para R\$ 3.586.754, totalizando 93.597.512 ações, sendo 75.190.021 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 25 de setembro de 2025, a 120ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o segundo aumento de capital proposto no exercício de 2025. Nessa operação, o aumento foi de R\$ 132.781, com a emissão de 8.385.891 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,8338257 por ação.

Assim, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.586.754 para R\$ 3.719.535, passando a ser representado por 101.983.403 ações, das quais 83.575.912 são ações ordinárias e 18.407.491 são ações preferenciais.

1.7 Parceria entre a Telebras e a EBC

A Telebras e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) firmaram um contrato estratégico para a implantação de uma solução de alta disponibilidade e proteção de ativos digitais, garantindo maior eficiência e segurança na distribuição de conteúdo online. O serviço, baseado em uma rede dinâmica de distribuição e aceleração de conteúdo (CDN), possibilitará a otimização da transmissão de vídeos, áudios e demais materiais digitais dos portais e serviços da EBC. O contrato inclui tanto CDN dinâmica quanto CDN estática. Ambas já estão em funcionamento e serão geridas a partir do Data Center Tier IV da Telebras.

O contrato estabelece a parceria entre as estatais e reforça o compromisso de fortalecer a infraestrutura de comunicação pública no país. A implementação da CDN, já em operação, reduz falhas e instabilidades nas transmissões, proporcionando uma experiência mais fluida ao público, além de aumentar a qualidade e segurança do conteúdo distribuído pela EBC.

A nova infraestrutura contratada tem um papel fundamental na estabilidade e qualidade das transmissões de diversos canais de comunicação pública. Com a implementação da solução, será possível otimizar a compressão de vídeos e áudios, garantindo que os conteúdos sejam acessados com menor latência e sem interrupções.

Outro destaque da parceria é a expansão da conectividade para as unidades da EBC em diferentes regiões do país, utilizando redes de alta capacidade e soluções via satélite para localidades remotas. Essa expansão possibilitará uma cobertura mais ampla dos serviços da EBC, beneficiando milhões de brasileiros com informação de qualidade e acesso seguro ao conteúdo digital.

1.8 Contrato de Prestação de Serviços que celebram Telebras e EACE

A Telebras firmou contrato com a Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE) para a prestação, em âmbito nacional, de serviços continuados de transmissão bidirecional de dados via satélite, no contexto do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

O objeto do contrato é a implementação e manutenção de pontos de presença com conexão à internet em banda larga, em escolas públicas da educação básica, no âmbito do Projeto Aprender Conectado, conforme diretrizes da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), instituída pelo Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023.

Os serviços serão executados mediante demanda da EACE, por meio de Ordens de Serviço, e envolvem o fornecimento, instalação, ativação e manutenção de infraestrutura de conectividade, conforme especificações técnicas da Portaria MCOM nº 2.460/2021 e do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as partes. O contrato prevê vigência de 24 (vinte e quatro) meses para cada ponto ativado, e valor estimado de até R\$ 262.889 milhões, sujeito à variação conforme a quantidade efetiva de pontos contratados.

É relevante mencionar que o valor final do Contrato é variável e diretamente proporcional ao volume de pontos de conexão satelital (GESAC) que forem efetivamente contratados pela EACE.

A celebração deste Contrato representa um passo estratégico fundamental para a TELEBRAS, reforçando seu protagonismo na execução de políticas públicas de conectividade e inclusão digital. A iniciativa tem impacto direto na educação nacional, ao expandir o acesso à internet em escolas, e consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento social e tecnológico do país.

1.9 Contrato de Prestação de Serviços que celebram Telebras e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

No trimestre corrente a Telebras firmou um contrato com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no valor de R\$ 84 milhões para a prestação de serviços de conectividade e infraestrutura de nuvem privada dedicada, na modalidade de infraestrutura como serviço (IaaS).

O contrato foi realizado na modalidade de contratação direta e foi formalizado com base no Decreto nº 12.124/2024, que prevê preferência à estatal em contratações públicas federais na área de comunicação multimídia.

A vigência do acordo será de 60 meses, com possibilidade de prorrogação por períodos de até 24 meses, renováveis até o limite de 120 meses (10 anos) conforme estabelecido no artigo nº 107 da Lei 14.133/2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade. As premissas e estimativas mais significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2026.



2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 4 e 11)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e aluguéis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Na avaliação do valor a ser constituído de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado. (Nota Explicativa 5)

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 12)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia. Os custos de empréstimos e financiamentos, quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 13)

2.2.8 Ativo de direito de uso

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país e locação de equipamentos de telecomunicações. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (Nota Explicativa 24.2), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros;
- (iv) estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- (v) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do produto e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 14).

2.2.10 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- (i) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- (ii) **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- (iii) **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado.

Custos e despesas operacionais: os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.11 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na Companhia, o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos), conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.12 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 11), Superávit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a receber (Nota Explicativa 10), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 24.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 24.2) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 22), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

2.2.12.1 Ativos financeiros

2.2.12.1.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas

A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.12.2 Categorias

2.2.12.2.1 Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Superávit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 10) e Aplicações Financeiras - Garantia e Renda Fixa (Nota Explicativa 11). As variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.



2.2.12.1.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais, em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nesta categoria.

Esta categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

2.2.12.1.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nesta categoria, como também os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta categoria compreende o saldo de caixa, bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). As variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.12.2 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução do valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12.3 Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros, os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 24.1), Operações de arrendamento mercantil (Nota Explicativa 24.2), Fornecedores (Nota Explicativa 18) e Outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 18).

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 24.1)

2.2.16 Operação de arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. (Nota Explicativa 24.2)

2.2.17 Provisões

2.2.17.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 21)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 32)

2.2.17.2 Benefícios a empregados

2.2.17.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.17.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com o plano de benefícios definidos e contribuições variáveis, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de Contribuição Variável: modalidade de plano em que o valor do Benefício Programado é calculado atuarialmente com base no montante acumulado na conta individual do Participante durante o período contributivo, apurado pelas contribuições vertidas pelo Participante e pela Patrocinadora, conforme disposto no regulamento do Plano, além da rentabilidade no período de capitalização.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e as perdas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo, quando reconhecido no balanço, corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.17.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebras em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 16).

O programa, ainda em vigor, contempla benefícios aos colaboradores a serem concedidos, quando se desligarem da Companhia. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- i) indenização pecuniária: 12 (doze) vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de 1% (um por cento) por ano de serviço prestado ao Sistema Telebras;
- ii) indenização à alimentação: 12 (doze) vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- iii) indenização de assistência médica: 12 (doze) vezes o valor mensal de um plano de saúde; e
- iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de 12 (doze) meses.

2.2.18 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.19.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.19.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

2.2.19.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.20 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor puder ser mensurado de maneira confiável, desse modo é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação serão mensurados, os riscos e benefícios serão substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estas são prestadas. As receitas de alugueis e as locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados, como também alugueis, locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.21 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.22 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 31)

2.2.23 Subvenções e Assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita no resultado de fruição do benefício. (Nota Explicativa 31)

A Companhia na condição de Empresa Estatal Dependente, recebe recursos financeiros da Lei Orçamentária Anual (LOA), através de repasses do Tesouro Nacional para pagamento dos gastos com pessoal, custeios em geral e investimentos.

Os recursos orçamentários recebidos para aplicação no ativo imobilizado e intangíveis (Subvenções para Investimentos) são reconhecidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no Passivo Exigível.

Os demais recursos recebidos para o pagamento de pessoal, outros custeios e relativo ao contrato de gestão são reconhecidos como Subvenções Econômicas conforme o CPC 07.

2.2.24 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Corrente e Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. É considerada, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O Imposto Corrente e o Imposto Diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes.

O Imposto Corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substancialmente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



O Imposto Diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos, passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O Imposto Diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, pois se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que a Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6)

2.2.25 Resultado por ação

O Lucro / (Prejuízo) básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 28.5)

2.2.26 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.27 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 por meio do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais, (ii) atividades de investimento e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, como também pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.3.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, considerando as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 13 e 14, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 21.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3)

2.3.6 Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 33).

2.4 Normas e interpretação novas e revisadas

2.4.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

2.4.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedged accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedged accounting* (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência é para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Contábeis": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações contábeis.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis a Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1. Fatores de risco

A administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Risco de crédito inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança, política de negociação de débitos, interrupção dos serviços e negativação do cliente, inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é gerido pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 4.986 de 17 de fevereiro de 2022, do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Possíveis reduções são detectadas com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas visando mitigar o risco e o custo financeiro. A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	151.794	151.794	-	-	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	19.879	5.093	8.203	6.534	49
Total	171.673	156.887	8.203	6.534	49

Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração do preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, sejam corrigidos com taxas prefixadas.

As principais rubricas das informações contábeis intermediárias sujeitas a risco de taxa de juros são: caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros, pois são devido às limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.986 de 17 de fevereiro de 2022, para aplicação de recursos disponíveis para investimentos, tornando a exposição da Companhia para este tipo de risco baixo. Os investimentos financeiros são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, como também a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração é gerenciar o risco operacional, para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, além de buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia trabalha para expandir sua infraestrutura de rede de fibras ópticas (backbone), visando ampliar sua área de atuação e a carteira de clientes corporativos. Complementarmente à rede terrestre, a Telebras viabilizou o segmento satelital via Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), potencializando a geração de receita neste segmento. Adicionalmente, a Companhia tem expandido seu portfólio de Serviços de Valor Adicionado (SVA).

Todas essas ações aliadas às de marketing têm por objetivo proporcionar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da Companhia.

3.2. Estimativa de valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.2.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non-performance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber), ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus Equivalentes de caixa (Aplicações financeiras de liquidez imediata) pelo seu valor justo. Esses Equivalentes de caixa são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Instrumentos Financeiros:	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	771	771	36.843	36.843
Aplicações Financeiras	VJR (i)	Nível 1	697.743	697.743	388.544	388.544
Custo Amortizado						
Contas a Receber	Custo Amortizado		448.342	448.342	233.301	233.301
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		-	-	5.456	5.456
Aplicações Financeiras – Garantia e outros	Custo Amortizado		50.665	50.665	84.355	84.355
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	3.284	3.284	2.331	2.331
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores	Custo Amortizado		151.794	151.794	144.636	144.636
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	Custo Amortizado		-	-	46.210	46.210
Financiamento - Arrendamento Mercantil Financeiro (iii)	Custo Amortizado		19.879	19.879	9.513	9.513
Credores por Perdas Judiciais	Custo Amortizado		-	-	118.882	118.882

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Valor líquido dos Juros a Incorrer no valor de R\$ 2.795.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Financeiras	697.743	388.544
Caixa e Banco Conta Movimento	767	775
Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos	4	36.068
Total	698.514	425.387

4.1. Limite de saque com vinculação de pagamentos

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira (Cofin) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para atender às despesas com vinculações de pagamentos, sendo então divididas nas seguintes categorias: Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais, Categoria de Gasto com Custeio/Investimento e Categoria de Gasto com Investimentos (Obras).

A função da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento é registrar o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos que foram processadas e liquidadas, conforme processamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

A redução do saldo da rubrica é justificada pela assinatura do Contrato de Gestão, uma vez, que após a assinatura do contrato a Companhia não usará o sistema SIAFI para a escrituração de sua contabilidade na versão de Contabilidade Pública.

4.2. Aplicações financeiras

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 4.986 de 17 de fevereiro de 2022, do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF, Extra Comum.

Os fundos possuem prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da Companhia, e as remunerações são atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 14,67% a.a.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de Comunicação e Multimídia / Aluguéis e Locações e Outros	454.430	236.582
Total a Receber Bruto	454.430	236.582
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.088)	(3.281)
Total a Receber Líquido	448.342	233.301

A variação de 92,1% no saldo de Contas a Receber Bruto entre os exercícios de 2025 e 2024 decorre, principalmente, do aumento dos valores a receber de clientes governamentais, com destaque para o Ministério das Comunicações, no âmbito do Programa GESAC.

Esse incremento está relacionado às restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, que impactaram o cronograma de repasses e resultaram no atraso no pagamento das faturas emitidas pela Companhia. Como consequência, houve elevação significativa do montante registrado a receber ao final do exercício.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
A vencer (Faturados e Não Faturados)	117.333	100.762
Vencidos	337.097	135.820
Até 30 dias	190.135	28.174
31 a 60 dias	8.386	14.466
61 a 90 dias	37.048	26.127
91 a 120 dias	6.742	3.041
121 a 150 dias	23.608	32.072
151 a 180 dias	7.310	14.278
Acima de 180 dias	63.868	17.662
Contas a Receber – Bruto	454.430	236.582
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.088)	(3.281)
Contas a Receber – Líquido	448.342	233.301

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía valores a receber de Entidades do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

6.1. Movimentação do período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no exercício de 2025.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Movimentações					Saldo em 30 de dezembro de 2025
		Adições	Transferências	Compensações	Atualização Monetária	Baixa para Resultado	
imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	82.443	53.514	-	(43.729)	6.771	-	98.999
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	43.528	13.245	-	(14.383)	4.203	-	46.593
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	43.742	13.763	164	(11.282)	-	(3.132)	43.255
Programa de Integração Social - PIS	9.537	-	-	(352)	906	-	10.091
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	6.856	3.960	-	(2.415)	845	-	9.246
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	189	325	-	(415)	-	-	99
Instituto Nacional de Previdência Social – INSS	31	12	-	(15)	-	-	28
TOTAL	186.326	84.819	164	(72.591)	12.725	(3.132)	208.311

5.2. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o critério de constituição, é apresentada a seguir:

Faixas de Vencimentos	Valor a Receber sem Exclusões	Exclusões da Base de Cálculo		Valor a Receber após Exclusões	% Inadimplência por Faixa	Valor da PECLD
		Parceiros (i)	Exclusão de Clientes da Base de Cálculo (ii)			
Não Faturado	57.237	(2.366)	(42.357)	12.514	1,65%	206
A Vencer	60.096	-	(33.729)	26.367	1,65%	435
Vencidos:	337.097	(15.877)	(308.785)	12.435		5.447
Até 30 dias	190.135	(2.038)	(187.014)	1.083	1,65%	18
De 31 a 60 dias	8.386	(777)	(4.963)	2.646	9,97%	264
De 61 a 90 dias	37.048	(1.316)	(34.826)	906	19,87%	180
De 91 a 120 dias	6.742	(64)	(5.937)	741	30,28%	224
De 121 a 150 dias	23.608	(395)	(22.237)	976	45,92%	449
De 151 a 180 dias	7.310	(13)	(7.175)	122	57,56%	70
+ de 180 dias	63.868	(11.274)	(46.633)	5.961	71,14%	4.242
Totais	454.430	(18.243)	(384.871)	51.316		6.088

(i) Valor excluído da base de cálculo está relacionado as operações de permutas não monetárias realizadas entre a Telebras e seus parceiros.

(ii) Os valores referem-se aos contratos firmados com o Governo Federal e com a empresa Viasat. Esses clientes foram excluídos da base de cálculo da Provisão para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), uma vez que não apresentam histórico de inadimplência junto à Telebras e são considerados de baixo risco de crédito, conforme evidenciado pelo comportamento de pagamento observado ao longo da vigência dos contratos.

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no exercício de 2025, é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.281
Constituição de PECLD no período	3.378
Reversões de perdas no período	(571)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.088

6. TRIBUTOS A COMPENSAR/RECUPERAR

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	98.999	82.443
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	46.593	43.528
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	9.246	6.856
Programa de Integração Social - PIS	10.091	9.537
Instituto Nacional de Previdência Social – INSS	28	31
Tributos Federais:	164.957	142.395
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	43.255	43.742
Tributos Estaduais:	43.255	43.742
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	99	189
Tributos Municipais	99	189
Total	208.311	186.326
Circulante	204.516	178.044
Não Circulante	3.795	8.282



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

6.2.1. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Conciliação:	31/12/2025
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	182.436
Alíquota Normal (34%)	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	62.028
Adições / Exclusões	(1.038)
Adições:	8.625
Depreciação - Arrendamento Mercantil (Direito de Uso)	2.033
Despesas Financeiras Arrend. Mercantil (Direito de Uso)	295
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.971
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.119
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	1.149
Outras Adições	58
Exclusões:	(9.663)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(126)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.121)
Pagamento Contraprestação Arrendamento Mercantil (Direito de Uso)	(2.396)
Baixa de Provisão para PISP por Pagamento	(1.624)
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(483)
Reversão de Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(194)
Provisões - Custeio	(3.696)
Ajuste do adicional do IRPJ	(23)
Compensação de Prejuízo Fiscal (30%)	(18.304)
Compensação Incentivo Fiscal - PAT	(754)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Resultado	41.932
Alíquota Efetiva	23%

As informações comparativas não são apresentadas, uma vez que a Telebras não registrou resultado tributável no exercício de 2024.

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e resultado ajustado negativo de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, até que passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Composição:	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.930	16.189	6.455	5.828
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	1.522	820	548	295
Provisão o Programa por Serviços Prestados - PISP	5.316	5.688	1.914	2.048

Composição:	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões - Custeio	18.503	19.645	6.661	7.072
Prejuízo fiscal/Resultado Ajustado Negativo de CSLL	650.116	663.575	232.019	236.864
Total	693.387	705.917	247.597	252.107

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e o resultado ajustado negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável e base positiva.

6.4. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins

A Telebras, acompanhando as discussões em torno da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins, discutida no Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, RE 574.706, ajuizou ação de rito comum ordinário, em face da Fazenda Nacional, para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica obrigacional tributária da Telebras de recolher PIS e Cofins sobre os valores de ICMS, desobrigando-se ao recolhimento das referidas contribuições sobre o imposto estadual. Pleiteou, ainda, a restituição e a compensação dos pagamentos efetuados indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, devidamente atualizados/corrigidos pela taxa Selic.

O processo foi distribuído para a 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob nº 1010276-63.2018.4.01.3400.

Foi proferida sentença favorável à Telebras, na qual foram julgados procedentes os pedidos para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que autorize a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, assim como para condenar a Fazenda Nacional a restituir, via compensação ou repetição, os valores indevidamente recolhidos a esse título nos 05 (cinco) anos que antecederam o ajuizamento da ação. Salienta-se que os juros de mora e a correção monetária tomarão como índice exclusivo a taxa Selic, que deve incidir a partir da data de cada pagamento indevido.

A Fazenda Nacional apelou e o processo foi remetido para o TRF da 1ª Região, no qual foi distribuído para a 8ª Turma, Relator Desembargador Federal Novély Vilanova.

O processo teve decisão monocrática, no qual o Relator deu provimento parcial à apelação da Fazenda Nacional para que: (i) a repetição/compensação do indébito (ICMS destacado na nota fiscal) se proceda a partir de 15 de março de 2017; e (ii) a compensação do indébito observe a lei vigente na data em que for efetivada, após o trânsito em julgado. A decisão do Relator seguiu a modulação dos efeitos do julgado definido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos Embargos de Declaração do RE nº 574.706-PR. A decisão do TRF 1ª Região transitou em julgado. O processo retornou à 3ª Vara Federal de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal.

A Telebras realizou o levantamento dos valores a que tem direito de se creditar e fez o reconhecimento contábil desse crédito. O montante atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 17.875, sendo R\$ 3.183 para o PIS e R\$ 14.692 para a Cofins.

Com a devolução do processo à Primeira Instância, a Telebras propôs o cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 534 e seguintes do Código de Processo Civil, baseado nos valores levantados.

A União (Fazenda Nacional) apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. A Telebras manifestou-se quanto à impugnação apresentada e está aguardando a decisão judicial.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza:	31/12/2025			31/12/2024		
	Vinculados (A)	Não Vinculados (B)	Total (A+B)	Vinculados (A)	Não Vinculados (B)	Total (A+B)
Cível/Societário	1.147	54.490	55.637	2.181	50.400	52.581
Trabalhista	1.057	232	1.289	959	177	1.136
Tributária	532	2.419	2.951	571	1.802	2.373
Total	2.736	57.141	59.877	3.711	52.379	56.090
Circulante	1.079	6.232	7.311	1.598	5.766	7.364
Não Circulante	1.657	50.909	52.566	2.113	46.613	48.726

7.1. Movimentação dos depósitos judiciais

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2025, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.090
Adições	783
Baixas	(1.531)
Atualização Monetária	4.535
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.877

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total de R\$ 57.141 dos depósitos não vinculados em 31 de dezembro de 2025, R\$ 47.223 (R\$ 21.005 corresponde ao valor original, quando do acordo parcial com a Previ) refere-se a depósito realizado em litígio com a Previ, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, na época, que o valor cobrado pela Previ era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial que corresponde à diferença apurada (R\$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.

8. SUPERÁVIT - PREVIDÊNCIA PRIVADA

Nos exercícios de 2023 e 2024, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou a distribuição dos superávits dos planos de benefícios patrocinados pela Telebras e por outras companhias originadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. Os valores destinados à Telebras serão repassados pela administradora dos planos, o SISTEL, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, corrigidas com base na rentabilidade da cota de cada plano.

No terceiro trimestre de 2025, a PREVIC aprovou a distribuição do superávit do plano de benefício PBS-A, referente aos exercícios de 2022 e 2023. Assim como nos demais casos, o repasse ocorrerá em 36 parcelas mensais; contudo, essas parcelas não serão atualizadas monetariamente.

No quarto trimestre de 2025, a PREVIC aprovou a distribuição dos superávits do plano de benefício Telebraprev, relativos aos exercícios de 2016, 2017, 2022 e 2023. Os valores serão distribuídos em 36 parcelas fixas, excetuando-se a parcela referente ao exercício de 2016, que será atualizada pela rentabilidade do respectivo plano.

Os montantes destinados à Companhia nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 estão apresentados a seguir:

Planos	2023	2024	2025	Total
PBS-A	26.491	35.179	32.502	94.172
PBS-Telebras	7.421	-	-	7.421
Telebras Prev	-	176.859	102.225	279.084
Total	33.912	212.038	134.727	380.677

A movimentação dos recursos a receber relativos aos superávits dos planos no exercício de 2025 está apresentada no quadro a seguir:

Composição:	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	227.645
Ingressos	134.727
Atualização Monetária	18.868
Recebimentos no Período	(92.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	288.602
Circulante	103.565
Não Circulante	185.037

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

9.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentados no quadro a seguir:

Órgãos/Entidades:	31/12/2025	31/12/2024
Órgãos Governamentais	1.945	1.945
Total	1.945	1.945
Circulante	1.945	1.945

9.2. Outros ativos realizáveis

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção (i)	12.980	18.694
Despesas Paqas Antecipadamente	7.700	10.738
Tributos Retidos e Recolhidos a Recuperar de Clientes	4.766	3.159

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Cauções e Retenções	2.740	1.009
Adiantamento a Empregados	1.873	1.792
Glosas sobre Serviços a Recuperar de Clientes	940	940
Outros	63	34
Estoques de Materiais de Consumo	40	45
Provisão para Perdas sobre Glosas	(940)	(849)
Total	30.162	35.562
Circulante	23.495	23.181
Não Circulante	6.667	12.381

(i) Inclui o valor de R\$ 12.380 (R\$ 18.095 em 31 de dezembro de 2024) correspondente ao adiantamento realizado à empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.), cujo objetivo foi o de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga, conforme acordo contratual firmado entre a Telebras e a Viasat.

10. DIVIDENDOS A RECEBER

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou um encontro de contas com sua coligada Visiona Tecnologia Espacial S.A., envolvendo o crédito de dividendos a receber e os débitos referentes às obrigações relacionadas à contratação de garantia estendida de equipamentos satelitais junto à referida investida. Como resultado dessa operação, houve a baixa do ativo correspondente aos dividendos registrados e a quitação parcial da obrigação vinculada à garantia estendida.

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Caixa Extramercado Comum IRFM-1 (iv)	412.234	412.234
BB Extramercado FAE2 FI (iv)	410.118	410.118
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	50.665	45.277
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	-	39.078
Aplicações em Ações e Fundo de Investimentos (iii)	3.284	2.331
Total	876.301	909.038
Circulante	822.352	822.352
Não Circulante	53.949	86.686



(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. (Nota Explicativa 21). Em dezembro de 2025, a Telebras realizou o pagamento antecipado da dívida junto à PREVI. Em decorrência desse pagamento, a garantia previamente depositada será resgatada no decorrer do primeiro trimestre de 2026.

(ii) No primeiro trimestre de 2025, a Companhia efetuou a liquidação do financiamento junto a FINEP, e consequentemente, realizou o resgate do valor relativo à garantia do financiamento que se encontrava aplicada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF.

(iii) Representa investimentos em títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iv) Em dezembro de 2019, a União destinou à Companhia o montante de R\$ 822.352, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) então vigente. Esses recursos estão sendo investidos de acordo com as especificações da LOA.

12. INVESTIMENTOS

12.1. Informações das investidas

A Companhia detém participação societária na coligada, cujas informações são apresentadas a seguir:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detém 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024, o capital social da coligada é de R\$ 75.000, com um total de 75.000.000 de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 de ações.

12.2. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investida:	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2025	31/12/2024
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	155.781	49,00	49,00	36.750.000	76.332	80.124
Total						76.332	80.124

12.3. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investida:	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo Exigível	Receita Líquida	Ativo	Passivo Exigível	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	206.798	51.017	6.562	235.294	71.777	9.197

13.1. Movimentação do imobilizado

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço							Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	287.456	3.133	300.867	7.628	24.315	2.876.336	1.156	52.023	39.297	3.592.211
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	16.546	-	16.546
Aquisições/Adições	-	3	-	-	-	-	-	-	52.524	52.527
Transferências Internas no Imobilizado	228	165	4.154	615	106	40.775	-	-	(46.043)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.160)	(17.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	287.684	3.301	305.021	8.243	24.421	2.917.111	1.156	68.569	28.618	3.644.124
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(124.172)	(2.658)	(138.437)	(3.931)	(17.990)	(1.350.860)	(1.156)	(43.299)	-	(1.682.503)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(5.980)	-	(5.980)
Depreciação e Amortização	(16.442)	(123)	(24.904)	(988)	(1.952)	(213.733)	-	-	-	(258.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(140.614)	(2.781)	(163.341)	(4.919)	(19.942)	(1.564.593)	(1.156)	(49.279)	-	(1.946.625)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2025	147.070	520	141.680	3.324	4.479	1.352.518	-	19.290	28.618	1.697.499
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2024	163.284	475	162.430	3.697	6.325	1.525.476	-	8.724	39.297	1.909.708
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%	De 6,6% a 20,0%		

13.2. Bens totalmente depreciados

Em 31 de dezembro de 2025, o imobilizado apresenta saldo de R\$ 502.100 (R\$ 279.508 em 2024), registrado ao custo de aquisição, referente a bens totalmente depreciados. Esses bens estão distribuídos nos seguintes grupos:

Ativos:	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	389.316	175.914
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	57.780	52.142
Equipamentos de Infraestrutura	34.863	32.020
Equipamentos de Tecnologia da Informação	13.391	13.391
Equipamentos Data Center	3.577	2.963
Mobiliários	2.017	1.922
Ferramentas e Instrumentos	1.156	1.156
Total	502.100	279.508

12.4. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investida:	31/12/2025		31/12/2024	
	Lucro Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	754	369	(2.068)	(1.013)

12.5. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Composição:	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80.124
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	369
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(4.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.332

12.6. Informações contábeis da coligada

12.6.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanco Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante	165.056	124.268
Não Circulante	41.742	110.326
Realizável a Longo Prazo	769	250
Investimento	29.362	105.875
Imobilizado	10.196	2.206
Intangível	1.415	1.995
Total	206.798	234.594
Passivo		
Circulante	44.265	59.232
Não Circulante	6.752	12.545
Patrimônio Líquido	155.781	163.517
Total	206.798	235.294

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	6.561	9.197
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(5.316)	(6.153)
Lucro Bruto	1.245	3.044
Despesas Operacionais	(16.125)	(15.515)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.063)	(3.710)
Equivalência Patrimonial	4.042	5.382
Resultado antes do Resultado Financeiro	(11.901)	(10.799)
Resultado Financeiro	12.655	8.731
Resultado Antes dos Tributos	754	(2.068)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	754	(2.068)

13. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que consideram a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens esteja superior ao valor de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.697.499 (R\$ 1.909.708 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, os ativos da Companhia não apresentavam indícios de perda ao valor recuperável (*impairment*), conforme indicado no laudo de avaliação elaborado com base nas informações disponíveis até 30 de novembro de 2025.

Os especialistas da Companhia (engenheiros) estabeleceram, por meio de laudo técnico, que a vida útil econômica do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é de 17 (dezesete) anos a partir de sua entrada em operação, ocorrida em julho de 2018.

A Companhia não possui bens dados em garantia, relativos à penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13.3. Seguros

A Telebras mantém contrato de seguro para cobertura de eventuais perdas relacionadas ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. As principais informações referentes a esse contrato são apresentadas a seguir:

Entidades	Natureza	Valor Contratado	Valor do Prêmio	Valor Indenizável	Vigência
Mapfre Seguros	Seguro		13.200	1.062.084	03/08/2025 a 03/08/2026

14. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para



redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 26.581 (R\$ 19.403 em 31 de dezembro de 2024), conforme quadro abaixo.

Composição:	Intangível			Total
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Direitos de Uso	
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.627	3.946	1.449	64.022
Transferências do Imobilizado	17.143	17		17.160
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.770	3.963	1.449	81.182
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(41.098)	(2.072)	(1.449)	(44.619)
Amortização do Período	(9.719)	(263)	-	(9.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(50.817)	(2.335)	(1.449)	(54.601)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2025	24.953	1.628	-	26.581
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2024	17.529	1.874	-	19.403

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos da Companhia não apresentavam indícios de perda ao valor recuperável (*impairment*), conforme indicado no laudo de avaliação elaborado com base nas informações disponíveis até 30 de novembro de 2025.

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações. (Nota Explicativa 27)

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Encargos Sociais a Pagar	15.518	13.270
Salários e Honorários a Pagar	6.052	50
Benefícios Sociais a Pagar	13	11
Total	21.583	13.331
Circulante	21.583	13.331

16. PROVISÃO PARA PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a Telebras reconheceu no passivo exigível provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP). Esta provisão foi constituída para fazer frente à indenização dos colaboradores que são elegíveis para o seu recebimento quando do desligamento da Companhia. Os colaboradores elegíveis ao recebimento são aqueles que não tiveram seus vínculos empregatícios rescindidos após o processo de cisão da Telebras e que aderiram ao plano conforme prazo estabelecido à época. Em 31 de dezembro de 2025, o número de inscritos no programa totaliza 53 colaboradores e o montante provisionado é de R\$ 21.266 (R\$ 22.751 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação do PISP no exercício de 2025 está apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024		22.751
Atualização da Provisão no Período		3.292
Baixas		(4.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		21.266
Circulante		2.191
Não circulante		19.075

17. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

Representa os valores arrecadados com a realização do leilão das frações de ações após o processo de grupamento realizado no ano de 2018, cujo montante totalizou R\$ 680. Este valor aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado.

18. FORNECEDORES

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de Operação	145.743	128.781
Fornecedores de Expansão	6.051	15.855
Total	151.794	144.636
Circulante	151.794	144.636

19. TRIBUTOS DIRETOS

No exercício de 2025, a Telebras apresentou lucro tributável no montante de R\$ 179.448. Após a compensação dos prejuízos fiscais (limitada a 30%) e da dedução referente ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), foi apurado tributo a pagar no valor total de R\$ 41.932, sendo R\$ 30.626 relativos ao Imposto de Renda e R\$ 11.306 referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em decorrência da apuração de resultado tributável no primeiro trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamentos antecipados desses tributos. Assim, os valores recolhidos antecipadamente serão compensados com o montante devido relativo ao período de apuração encerrado em dezembro de 2025.

20. TRIBUTOS INDIRETOS

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	9.375	16.201
Programa de Integração Social - PIS	1.924	3.662
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust	542	454
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel	271	227
Tributos Federais	12.112	20.544
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	3.480	2.330
Tributos Estaduais	3.480	2.330
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	1.252	625
Tributos Municipais	1.252	625
Total	16.844	23.499
Circulante	16.844	23.499

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e outros assuntos. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue.

21.1. Provisão para riscos prováveis

21.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	58.694	1.147	57.547	54.191	2.181	52.010
Trabalhista	12.494	1.057	11.437	9.994	959	9.035
Tributária	531	532	(1)	573	571	2
Total	71.719	2.736	68.983	64.758	3.711	61.047
Circulante	5.416	1.079	4.337	4.877	1.598	3.279
Não Circulante	66.303	1.657	64.646	59.881	2.113	57.768

21.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para esses processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2025			31/12/2024
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	406	4	402	358
Dividendos sobre o Capital da TELEBRAS	45.909	0	45.909	41.728
Diferença de Ações (inclusive Conversão de Debêntures)	5.516	169	5.347	4.873

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2025			31/12/2024
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Outros Processos	6.863	974	5.889	5.051
Total	58.694	1.147	57.547	52.010
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	4.578	49	4.529	4.219
Responsabilidade Subsidiária	4.217	518	3.699	1.625
Outros Processos	3.699	490	3.209	3.191
Total	12.494	1.057	11.437	9.035
Tributárias				
Execução Fiscal	531	532	(1)	2
Total	531	532	(1)	2
TOTAL GERAL	71.719	2.736	68.983	61.047
Circulante	5.416	1.079	4.337	3.279
Não Circulante	66.303	1.657	64.646	57.768

21.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis no exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024		64.758
Constituição de Provisão		5.196
Reversão de Provisão		(1.421)
Juros Incorridos		4.760
Atualização Monetária		1.724
Baixas		(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		71.719
Circulante		5.416
Não Circulante		66.303

A Administração, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários dessas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a posição financeira.

21.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2025, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	31/12/2025	31/12/2024
Cível	101.911	110.978
Tributária	26.136	26.083
Trabalhista	8.406	2.887
Total	136.453	139.948

21.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são apresentados a seguir, representando a melhor estimativa da Companhia para os potenciais desembolsos futuros relacionados a esses processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	7.812	7.168
Ilegalidade na Venda de Ações	5.761	5.464
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	31.726	44.050
Outros Processos (ii)	56.612	54.296
Total	101.911	110.978
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	6.045	1.141
Outros Processos	2.361	1.746
Total	8.406	2.887
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	24.259	23.591
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49
Diversas Origens	1.828	2.443
Total	26.136	26.083
Total Geral	136.453	139.948

21.2.2. Situação dos principais processos:

i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. A Telefônica, sucessora da Telesp, alega que os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos foram destinados à Telesp na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia, atualmente, é objeto de debate em dois processos distintos, sendo certo que o terceiro processo que havia relacionado ao mesmo fato foi encerrado com provimento totalmente favorável à Telebras.



A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Companhia obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda, no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo retornou ao juízo de origem no ano de 2020 e aguarda andamento.

Quanto ao processo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes para a elaboração do laudo pericial. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial sobre a metodologia de cálculo por ela utilizada. Em 27 de novembro de 2023, o Juízo determinou nova intimação da perita, Edna Maria de Souza Brito, que informou não haver informações nos autos suficientes para a elaboração do laudo pericial. Requeriu, então, autorização para que o laudo pericial seja feito por arbitramento. O Juízo determinou a intimação das partes para manifestação. A Telebras apresentou tempestivamente sua manifestação, requerendo, em síntese, o indeferimento do pedido realizado pela perita. A PREVI manifestou-se requerendo a fixação do valor a partir de prova documental constante dos autos. O processo aguarda decisão quanto a fixação do valor devido pela Telebras."

iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPQD) de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que a Fundação CPQD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPQD bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da holding Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

21.3. DECISÃO DO STF – Eficácia da Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Com relação ao tema, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado. Portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no dia 08 de fevereiro de 2023.

22. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

Em dezembro de 2025, a Telebras efetuou a quitação antecipada das dívidas junto à PREVI e à FUNCEF. A operação foi realizada com recursos provenientes do Contrato de Gestão e totalizou R\$ 123.183, dos quais R\$ 64.159 referem-se à dívida com a PREVI e R\$ 59.024 à dívida com a FUNCEF.

Credores:	31/12/2025	31/12/2024
Acordo Judicial – PREVI	-	61.665
Acordo Judicial – FUNCEF	-	57.217
Total	-	118.882
Circulante	-	16.635
Não Circulante	-	102.247

22.1. Movimentação da dívida no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.882
Juros e Variação Monetária	14.108
Amortização de Principal	(123.183)
Pagamento de Juros	(9.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

21.2. Descrição resumida dos termos acordados

21.2.1. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo do principal reconhecido em novembro de 2013, no montante de R\$ 141.416 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil), com carência de 24 (vinte e quatro) meses, está sendo pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais, seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento. Em dezembro de 2025, a Telebras efetuou a quitação da dívida.

21.2.2. Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a Telebras finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a Telebras e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a Telebras a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos, devidos à Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil), atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 (sessenta e seis milhões e oitenta mil) de principal e R\$ 6.608 (seis mil e seiscentos e oito) de honorários sucumbenciais, que foram pagos em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% (dez por cento) em 90 dias após o protocolo da petição, sendo o saldo remanescente diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC, mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die* incorridos no período e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescidos dos 10% (dez por cento) previstos no artigo 523 do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios. Em dezembro de 2025, a Telebras realizou a quitação da dívida.

23. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.951.045 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.831.921 em 31 de dezembro de 2024), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

23.1. Composição do saldo dos recursos capitalizáveis

O quadro a seguir apresenta os valores aportados pelo acionista controlador (a União), bem como os valores recebidos dos acionistas não controladores relativos ao exercício de preferência nos processos de capitalização dos AFAC realizados pela Companhia. Estes valores serão objeto de futuras capitalizações assim que aprovados pelos Órgãos controladores.

Ano	Mês de Recebimento	Valor Recebido	Juros (i)	Valor Atualizado
2019	Março	150.021	121.043	271.064
	Novembro	14.553	10.718	25.271
	Dezembro	818.780	600.588	1.419.368
2020	Março	52	37	89
	Abril	11	8	19
	Maio	5.154	3.634	8.788
	Junho	3.335	2.332	5.667
	Julho	3.947	2.753	6.700
	Agosto	3.657	2.537	6.194
	Setembro	1.575	1.089	2.664
	Outubro	602	416	1.018
	Novembro	3.966	2.721	6.687
	Dezembro	8.857	6.045	14.902
2021	Fevereiro	11.667	7.917	19.584
	Março	887	599	1.486
	Abril	1.386	931	2.317
	Maio	1.742	1.164	2.906

Ano	Mês de Recebimento	Valor Recebido	Juros (i)	Valor Atualizado
2022	Junho	4.930	3.268	8.198
	Julho	1.757	1.153	2.910
	Agosto	2.478	1.618	4.096
	Setembro	1.509	974	2.483
	Outubro	1.537	981	2.518
	Novembro	1.293	814	2.107
	Dezembro	4.615	2.832	7.447
	Janeiro	1.403	846	2.249
	Fevereiro	452	268	720
	Março	1.496	872	2.368
	Abril	1.253	708	1.961
	Maio	3.276	1.809	5.085
2023	Junho	3.288	1.772	5.060
	Julho	6.112	3.189	9.301
	Agosto	3.069	1.563	4.632
	Outubro	1.181	563	1.744
	Setembro	4.920	1.988	6.908
	Novembro	616	282	898
	Dezembro	3.796	1.669	5.465
	Janeiro	4.134	1.789	5.923
	Fevereiro	754	312	1.066
	Março	9.271	3.629	12.900
	Abril	2.328	890	3.218
	Maio	8.726	3.208	11.934
2024	Junho	7.759	2.726	10.485
	Julho	123	41	164
	Agosto	1.991	638	2.629
	Setembro	2.469	774	3.243
	Outubro	384	116	500
	Novembro	241	69	310
	Dezembro	6.228	1.681	7.909
	Janeiro	256	67	323
	Fevereiro	484	121	605
	Março	2.174	517	2.691
	Abril	5.858	1.362	7.220
	Maio	1.267	281	1.548
2025	Junho	496	104	600
	Julho	2.326	469	2.795
	Agosto	461	88	549
	Setembro	638	114	752
	Outubro	403	69	472
	Novembro	129	20	149
	Janeiro	1.356	190	1.546
	Fevereiro	364	47	411
	Março	127	14	141
	Maio	2	1	3
	Junho	10	1	11
	Julho	68	4	72
Totais		1.140.000	811.045	1.951.045

i) Juros apurados a partir do dia útil subsequente ao aporte dos valores e calculados até a data das demonstrações contábeis em referência.

23.2. Movimentação das operações de AFAC no exercício

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no exercício de 2025, de acordo com a sua destinação.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.831.921
AFAC Recebidos	1.924
Juros sobre Afac - Selic	249.981
Transferência para Patrimônio Líquido - Capitalização	(132.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.951.045

24. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

24.1. Empréstimos e financiamentos – FINEP

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia realizou a quitação antecipada do financiamento junto à Finep. A movimentação dos empréstimos e financiamentos, líquido dos custos, no exercício de 2025 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.210
Reversão de Juros	(209)
Juros Pagos	(223)
Amortização de Principal	(45.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



24.2. Arrendamento mercantil financeiro

A Telebras mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relativos à locação de imóveis (sede da Companhia), de terrenos onde estão instalados equipamentos utilizados na prestação de serviços (Estações), bem como de equipamentos de informática e de telecomunicações. Os prazos desses contratos variam entre 5 (cinco) e 15 (quinze) anos, com vencimentos compreendidos entre 2021 e 2032. A taxa de desconto aplicada para mensuração dos passivos de arrendamento é de 6%

a.a. para contratos de locação de imóveis, terrenos e equipamentos de informática, e de 12,38% a.a. para os equipamentos de telecomunicações.

Os valores do imobilizado registrados na rubrica de Direito de Uso de Ativo, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses ativos estão demonstrados a seguir.

24.2.1. Direito de uso de ativo (valor contábil)

Bens/Direitos:	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	14.179	3.124
Terrenos (Estações)	3.839	5.187
Equipamentos de Telecomunicações	1272	413
Total	19.290	8.724

24.2.2. Obrigações com arredamento mercantil financeiro (Direito de uso)

Bens/Direitos:	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos (Estações)	14.015	3.435
Imóveis	4.176	5.602
Equipamentos de Telecomunicações	1.688	476
Total	19.879	9.513
Circulante	5.093	5.374
Não Circulante	14.786	4.139

Os desembolsos futuros (contraprestações) de longo prazo, assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

Vencimentos:	principal	Juros a Incorrer	Total
2027	5.307	(805)	4.502
2028	4.241	(540)	3.701
2029	3.826	(309)	3.517
2030	3.110	(92)	3.018
2031 em diante	50	(2)	48
Totais	16.534	(1.748)	14.786

A movimentação dos financiamentos (arrendamento mercantil financeiro) no exercício de 2025 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.513
Ingressos - Novos/Renovação de contratos	16.545
Pagamento de Principal	(6.179)
Apropriação de Juros no Período	868
Pagamento de Juros	(868)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.879

25. RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 285.757 (R\$ 318.011 em 31 de dezembro de 2024), composto pelos valores recebidos do Ministério da Defesa referentes ao pagamento pelo direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU – Projeto SGDC), pelos recursos repassados pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para execução do Programa GESAC, e pela operação de IRU firmada com a empresa V.tal.

Desde o terceiro trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no resultado a receita correspondente ao serviço de locação de capacidade satelital prestado ao Ministério da Defesa (Banda X). O reconhecimento dessa receita ocorrerá ao longo de 15 anos, conforme estabelecido no contrato entre as partes. O valor mensal registrado como receita no resultado da Telebras é de R\$ 3.040 (três milhões e quarenta mil reais).

A movimentação e composição das receitas diferidas no exercício de 2025 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCOM	V.tal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	310.085	7.926	-	318.011
Ingressos	-	-	4.226	4.226
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(36.480)	-	-	(36.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	273.605	7.926	4.226	285.757
Circulante	36.480	7.926	-	44.406
Não Circulante	237.125	-	4.226	241.351

26. SUBVENÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A REALIZAR

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de subvenções a realizar totalizava R\$ 52.741, correspondente ao valor remanescente do contrato de gestão firmado com o Ministério das Comunicações no terceiro trimestre de 2025. Esse saldo será reconhecido no resultado à medida que ocorrer o pagamento das obrigações contraídas na operação da Companhia.

27. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Retenções Passivas Tributárias	23.768	9.707
Retenções Passivas não Tributárias	989	299
Projetos em Andamento	56	-
Passivo a Repassar a Terceiros	-	3.488
Outras Obrigações	324	228
Total	25.137	13.722
Circulante	25.137	13.722

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.719.535 (R\$ 3.474.498 em 31 de dezembro de 2024), representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

28.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 está apresentada no quadro a seguir:

Acionista	Ordinárias			Preferenciais			Total		
	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	
União Federal	79.217.555	94,79%	União Federal	16.153.616	87,76%	União Federal	95.371.171	93,52%	
FINEP	3.231.600	3,87%	FINEP	0	0,00%	FINEP	3.231.600	3,17%	
Outros Acionistas	1.126.564	1,35%	Outros Acionistas	2.253.875	12,24%	Outros	3.380.439	3,31%	
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%	
Total	83.575.912	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	101.983.403	100,00%	

28.1.2. Valor patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2025	31/12/2024
Capital total em ações		
Ordinárias	83.575.912	67.975.599
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A)	101.983.403	86.383.090
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193

Componentes do Cálculo:	31/12/2025	31/12/2024
Ações em circulação		
Ordinárias	83.575.719	67.975.406
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A-B)	101.983.210	86.382.897
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.752.089	1.482.012
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	17,1802	17,1563

28.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o artigo 88, §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e da existência de prejuízos acumulados, não foram efetuados o cálculo, a distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

28.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, bem como por variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas na coligada Visiona, na qual a participação societária da Telebras é de 49%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial no Exercício de 2025 estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação:	Instrumentos Financeiros Avaliados VJORA ⁽¹⁾	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	177	34.976	35.153
Perda com Instrumentos Patrimoniais Mensurados a VJORA	953	-	953
Equivalência Patrimonial Reflexa sobre AAP Coligada	-	(4.161)	(4.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.130	30.815	31.945

i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

28.4. Ações em tesouraria

As Ações em Tesouraria (193 – cento e noventa e três, ações ordinárias) correspondem ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

28.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Dessa forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Itens:	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação:		
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	111.603	(52.386)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	28.901	(14.186)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	73.680	67.976
Ações preferenciais – básicas e diluídas	18.407	18.407
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,5258	(0,7707)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,5258	(0,7707)



29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de Comunicação e Multimídia	432.484	355.951
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.481
Aluguéis e Locações	28.382	26.918
Serviço de Valor Adicionado	26.411	20.029
Compartilhamento de Receitas	10.421	13.633
Outras Receitas	6.730	9.379
Receita Operacional Bruta	540.908	462.391
Tributos sobre Receita	(49.754)	(46.892)
Outras Deduções	(145)	(1.184)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(49.899)	(48.076)
Receita Operacional Líquida	491.009	414.315

No exercício de 2025, a Receita Operacional Líquida atingiu o montante de R\$ 491.009 (R\$ 414.315 em 2024), aumento de 18,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O comportamento da receita por serviço está apresentado a seguir:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): A receita de SCM em 2025 totalizou R\$ 432.484 (R\$ 355.951 em 2024), representando um crescimento de 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorre principalmente de: (i) início da prestação de serviços a novos clientes; e (ii) reajustes anuais nos preços dos contratos, especialmente no âmbito do programa GESAC.

No quarto trimestre de 2025, a Telebras celebrou um contrato de operações de swap com a operadora TIM e, em consequência desse acordo, reconheceu em seu resultado receita de serviço de instalação no montante de R\$ 12.803.

Locação de Capacidade Satelital: o serviço de locação de capacidade permaneceu estável na comparação entre os anos 2025 e 2024, totalizando R\$ 36.480.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). Em 2025, a receita reconhecida desta rubrica totalizou R\$ 28.382 (R\$ 26.918 em 2024), aumento de 5,4%.

Compartilhamento de Receitas: Em 2025, a Telebras reconheceu R\$ 10.421 (R\$ 13.633 em 2024) em receitas de compartilhamento, o que representa uma redução de 23,6% no comparativo anual. A queda é explicada, principalmente, pelo menor volume de recursos recebidos da Viasat no período, refletindo a diminuição das atividades vinculadas ao acordo comercial entre as partes.

Serviço de Valor Adicionado (SVA): Em 2025, a receita de SVA totalizou R\$ 26.411 (R\$ 20.029 em 2024), o que representa um crescimento de 31,9% na comparação anual. O aumento é decorrente da expansão do portfólio de serviços de valor adicionado, que impulsionou a demanda e ampliou a participação dessa linha no resultado operacional da companhia.

Outras Receitas: As Outras Receitas, que totalizaram em 2025 R\$ 6.730 (R\$ 9.379 em 2024), correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de Wi-Fi, abrangendo os programas Wi-Fi Brasil, Wi-Fi Telebras e Wi-Fi Externo. Em 2025, esse serviço apresentou uma redução de 28,2% em relação ao montante registrado em 2024.

Embora tenha havido aumento no número de clientes atendidos, a queda no resultado é explicada, principalmente, pela diminuição dos pontos ativos do programa GESAC, ao qual o serviço Wi-Fi Brasil está vinculado. A redução na quantidade de pontos instalados afetou diretamente o volume de receita reconhecida no período, sobrepondo-se ao crescimento da base de usuários.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal), que contribuíram com mais de 10% (dez por cento) da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

30. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e as despesas operacionais por natureza nos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização	(259.639)	(257.386)
Meios de Conexão e Transmissão	(170.423)	(135.121)
Serviços de Terceiros	(136.776)	(154.776)
Aluguéis, Locações e Seguros	(60.113)	(49.717)
Pessoal	(25.676)	(23.562)
Tributos	(6.106)	(5.233)
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(379)	(78)
Material	(16)	(739)
Total	(663.005)	(630.415)

Comercialização dos Serviços	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(26.478)	(24.464)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)
Serviços de Terceiros	(2.459)	(2.430)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(533)	(40)
Depreciação e Amortização	(197)	(152)
Aluguéis, Locações e Seguros	(107)	(175)
Material	(5)	(12)
Tributos	(4)	(4)
Total	(32.590)	(30.029)

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(67.236)	(63.032)
Depreciação e Amortização	(14.268)	(12.506)
Serviços de Terceiros	(13.892)	(16.669)

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis, Locações e Seguros	(1.829)	(575)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(821)	(293)
Tributos	(147)	(135)
Material	(56)	(58)
Total	(98.249)	(93.268)

Aglutinado	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização (i)	(274.104)	(270.044)
Meios de Conexão e Transmissão (ii)	(170.423)	(135.121)
Serviços de Terceiros (iii)	(153.127)	(173.875)
Pessoal (iv)	(119.390)	(111.058)
Aluguéis, Locações e Seguros (v)	(62.049)	(50.467)
Tributos	(6.257)	(5.372)
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(1.733)	(411)
Material	(77)	(809)
Total	(793.844)	(753.712)

Os custos e despesas operacionais apresentaram um crescimento de 5,3% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024. Esse aumento resulta, principalmente, do comportamento das seguintes rubricas:

i) Depreciação e Amortização: A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 1,5% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, das transferências de bens que estavam classificados na condição de "em andamento" e passaram para a condição de "em Serviço" ao longo desses períodos, passando assim a compor a base depreciável. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo incremento do número de ativos que atingiram a condição de totalmente depreciados, reduzindo o impacto líquido da despesa no exercício.

ii) Meios de Transmissão e Conexão: Em 2025, os custos de conexão e transmissão apresentaram um aumento de 26,1%, totalizando R\$ 170.423 (R\$ 135.121 em 2024). Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD – última milha) e com Backbone, que registraram elevações de 35,8% e 0,5%, respectivamente, na comparação anual. A elevação de 35,8% reflete o aumento dos custos decorrente da contratação de empresas do segmento satelital para atendimento às demandas de serviços da Telebras.

Também contribuiu para o aumento desta rubrica, o reconhecimento de custo de taxa de instalação de meios de conexão relativo ao contrato de swap com a operadora TIM no valor de R\$ 12.803.

iii) Serviços de Terceiros: Os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram redução de 11,9% em 2025, quando comparados ao mesmo período de 2024. Essa diminuição decorre, principalmente, da redução dos gastos relacionados à manutenção da planta terrestre e satelital, bem como da queda nos custos e despesas com manutenção de hardware e softwares vinculados às áreas de operação e administração. Tal movimento reflete, sobretudo, os efeitos do reconhecimento/reversão de provisões e do encerramento de contratos ao longo do exercício.

iv) Pessoal: Os custos e despesas com Pessoal apresentaram um aumento de 7,5% em 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo resulta, principalmente, os seguintes fatores: i) a concessão de promoções decorrentes do processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores; ii) a reposição de perdas salariais estabelecida pelo acordo coletivo vigente; e iii) aumento do quadro de colaboradores.

v) Aluguéis, Locações e Seguros: A rubrica apresentou um aumento de 22,9% na comparação com o exercício de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente da elevação dos custos de locação dos equipamentos para conexão e operação satelital registrados no período, em razão da contratação de outras operadoras de satélite para atendimento às demandas de serviços, além da Viasat.

31. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas Operacionais		
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	406.942	158.402
Superávit de Previdência Privada (ii)	134.727	212.038
Recuperação de Tributos -Créditos sobre Insumos (iii)	17.575	20.538
Ativos Contingentes (iv)	14.960	924
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.421	574
Recuperação de Despesas (Reembolso de Seguro)	425	957
Recuperação de Baixa de Ativos (Contas a Receber)	419	556
Ganho sobre Passivo	76	2.297
Outras Receitas Operacionais	377	260
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(13.870)	(22.848)
Total	563.052	373.698
Outras Despesas Operacionais		
Tributos	(7.911)	(6.116)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.196)	(498)
Multas sobre Contas a Receber – Contratos	(4.874)	(3.568)
Multas sobre Passivos	(3.056)	(1.215)
Pessoal	(1.801)	(214)
Multas sobre Tributos	(811)	(429)
Baixa do ativo Imobilizado	-	(2.666)
Outras Despesas Operacionais	(237)	(86)
Total	(23.886)	(14.792)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	539.166	358.906

i) Subvenções Orçamentárias Recebidas: A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente. Em decorrência dessa condição, a Companhia passou a receber recursos orçamentários da União destinados ao pagamento de gastos com pessoal, demais custeios e investimentos.

Os recursos recebidos para pessoal e outros custeios são reconhecidos conforme as diretrizes do CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, sendo apropriados ao resultado de acordo com a realização das despesas correspondentes.

Já os recursos destinados a investimentos — aplicados em Ativo Imobilizado e Ativo Intangível — são registrados contabilmente como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), até sua efetiva integralização.

Os montantes reconhecidos no resultado da Companhia nos exercícios de 2025 e 2024 foram destinados conforme apresentado no quadro a seguir:

Destinação:	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	88.963	82.110
Outros Custeios	83.533	76.292
Contrato de Gestão	234.446	-
Total	406.942	158.402

O aumento de 156,9% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024 decorre, principalmente, do maior volume de repasses orçamentários recebidos para o pagamento de gastos com pessoal e custeios, incluindo a quitação do financiamento junto à FINEP e o atendimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Gestão.

ii) Superávit de Previdência Privada: Nos exercícios de 2025 e 2024, a Telebras reconheceu os montantes de R\$ 134.727 e R\$ 212.038, respectivamente, referentes aos superávits dos planos PBS- A (anos-base 2022 e 2023) e Telebrasprev (anos-base 2016, 2017, 2023 e 2024). Os valores a receber serão repassados em 36 parcelas mensais. Com exceção do superávit referente ao ano de 2016, que será atualizado pela rentabilidade do respectivo plano, os demais montantes serão repassados em parcelas fixas, sem atualização.

iii) Recuperação de Tributos - Créditos sobre insumos: Representam os créditos obtidos sobre a compra de insumos vinculados à prestação de serviços, os quais são compensados no pagamento das contribuições de PIS e Cofins. Em 2025, registrou-se uma redução de 14,4% em relação ao ano de 2024.

iv) Ativos Contingentes: O saldo refere-se ao ganho decorrente de decisões judiciais favoráveis à Telebras. No exercício de 2025, a Companhia obteve êxito em ação movida contra a Federação Internacional de Futebol (FIFA), relativa a pendências contratuais originadas durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Após a sentença favorável, as partes formalizaram acordo no qual a FIFA renunciou aos recursos que ainda poderia interpor e reconheceu a obrigação de quitar o valor devido, acrescido de atualização monetária. Em decorrência desse acordo, a Telebras recebeu o montante de R\$ 14.922, valor que foi contabilizado como ingresso extraordinário decorrente de decisão judicial transitada em julgado.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



32. RESULTADO FINANCEIRO

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Juros sobre Disponibilidades (i)	186.886	108.758
Juros sobre Superávit de Previdência Privada (ii)	18.867	2.610
Juros/Variação Monetária sobre Tributos	12.724	10.871
Juros sobre Aplicações Financeiras – Garantias	7.457	7.701
Juros sobre Depósitos Judiciais	4.534	3.644
Descontos Financeiros sobre Passivos	2.808	-
Juros sobre Contas a Receber	251	777
Outras Receitas Financeiras	3	90
Tributos sobre Receitas Financeiras	(10.649)	(6.107)
Total	222.881	128.344
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(249.981)	(189.369)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (iii)	(14.247)	(12.998)
Juros s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.760)	(4.463)
Juros sobre Obrigações com Fornecedores	(2.568)	-
Variação Cambial sobre Obrigações com Fornecedores	(2.511)	-
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.724)	(1.835)
Juros sobre Operações de Arrendamento Mercantil	(868)	(741)
Juros sobre Tributos	(486)	(355)
Juros/V.M sobre Empréstimos e Financiamentos – Finep (iv)	-	(3.651)
Total	(277.145)	(213.412)
Resultado Financeiro Líquido	(54.264)	(85.068)

O resultado financeiro líquido do exercício de 2025 foi negativo em R\$ 54.264 (R\$ 85.068 em 2024), representando uma melhora de 36,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações que contribuíram para esse desempenho foram as seguintes:

i) **Juros sobre Disponibilidades:** O rendimento de aplicações financeiras apresentou um aumento de 71,8% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024. Esse crescimento é decorrente do maior volume de recursos financeiros aplicados no período, aliado à melhora na rentabilidade dos fundos.

ii) **Juros sobre Superávit de Previdência Privada:** A variação positiva reflete o reconhecimento dos superávits dos planos de previdência, aprovados pela PREVIC, os quais são atualizados pela variação das cotas de cada plano.

iii) **Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC):** O crescimento de 32,0% apresentado nessa rubrica é justificado pela elevação da taxa Selic, indexador utilizado para a atualização do saldo de AFAC, e pela entrada de novos recursos aportados ao longo do período.

33. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

33.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em "Plano PBS-A" e "Planos de Patrocinadoras". A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

33.2. Planos de Benefícios Telebras

33.2.1. Plano Benefícios PBS - A

O plano de Benefícios PBS-A (CNPB nº 19.910.010-29) é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado, dentre outras empresas, pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano. O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes:

- Aposentadoria por invalidez
- Aposentadoria idade
- Aposentadoria por tempo de serviço
- Aposentadoria especial
- Auxílio-doença
- Auxílio-reclusão
- Abono anual
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do PBS-A, estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- Dotações das patrocinadoras; e
- Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS-A contava, em 31 de dezembro de 2025, com 407 assistidos, conforme apresentado abaixo.

Assistidos:	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	269	138
Idade média (anos)	80,97	76,53
Benefício médio (R\$)	11.511,81	9.586,73

33.2.2. Plano de Benefícios PBS - Telebras

O plano de Benefícios PBS Telebras (CNPB nº 20.000.019-47) é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano. O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS Telebras oferece aos seus participantes:

- Aposentadoria por idade
- Aposentadoria por tempo de serviço
- Aposentadoria por invalidez
- Aposentadoria especial
- Auxílio-doença
- Auxílio-reclusão
- Abono anual
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios PBS-Telebras, estando vigente desde 2008, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 2.537, de 25 de setembro de 2008.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- Dotação da patrocinadora; e
- Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebras contava, em 31 de dezembro de 2025 com 5 participantes ativos e 112 assistidos, conforme apresentado abaixo.

Assistidos:	Participantes Ativos	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	5	94	18
Idade média (anos)	69,56	75,3	68,48
Tempo de serviço médio (anos)	47,47	-	-
Benefício médio (R\$)	9.689,56	12.963,11	7.555,47

33.2.3. Plano de Benefícios Telebras PREV

O plano de Benefícios Telebras PREV é estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

- Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebras PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- Contribuições de Participante:
 - Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP- PP)
 - Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
 - Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio-Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
 - Contribuições para os benefícios de risco.
- Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebras PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebras PREV contava, em 31 de dezembro de 2025, com 229 participantes ativos e 315 assistidos.

Assistidos:	Participantes Ativos	Aposentados	Pensionistas
Quantidade	229	281	41
Idade média (anos)	50,89	72,02	64,52
Tempo de serviço médio (anos)	20,09	-	-
Benefício médio (R\$)	14.578,78	8.222,27	7.663,32

33.3. Método de Avaliação Atuarial

Conforme determinação do item 67 do pronunciamento CPC 33(R1), foi aplicado o Método do Crédito Unitário Projetado - PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial. Este método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício e mensura cada unidade separadamente para se quantificar a obrigação final.



33.4. Premissas Atuariais

Todas as premissas utilizadas neste estudo atuarial foram discutidas com a Telebras e definidas em conjunto com este, de forma a cumprir as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) e obter um cálculo de passivo atuarial que expresse a real obrigação do patrocinador em relação à sua entidade de previdência complementar.

33.4.1. Plano de Benefícios PBS - A

i) Premissas Biométricas:

- a) **Tábua de mortalidade geral:** AT-2000 Basic segregada por sexo;
- b) **Tábua de entrada em invalidez:** Não aplicável;
- c) **Tábua de mortalidade de inválidos:** AT-49 (Segregada) Agravada em 15%;
- d) **Tábua de serviço** - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de mortalidade de invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- a) **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 7,50%, obtida a partir da curva de juros (ETTJ) da ANBIMA, fechamento de 30 de dezembro de 2025, de prazo compatível com o prazo de duração do passivo calculado pelo atuário responsável no plano de previdência em 31 de dezembro de 2024, de 7,74 anos;
- b) **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2024:** 12,90% composta pela estimativa de inflação (4,90%) mais juros reais de 7,63% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2024, como expectativa para 2025, e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- c) **Taxa de Rotatividade:** 0,00%;
- d) **Taxa real de crescimento salarial:** 0,00%;
- e) **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- f) **Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:** 0,00%;
- g) **Fator de Capacidade para salários:** 98%;
- h) **Fator de Capacidade para benefícios:** 98%;
- i) **Estimativa da inflação para o período seguinte:** 4,05%, obtida do relatório Focus/Bacen e representa a expectativa de inflação para 2026.

iii) Outras Premissas:

- a) **Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:** Não usada;
- b) **Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas:** família real.

33.4.2. Plano de Benefícios PBS - Telebras

i) Premissas Biométricas:

- a) **Tábua de mortalidade geral:** AT 2012 IAM Basic segregada por sexo;
- b) **Tábua de entrada em invalidez:** não aplicado;
- c) **Tábua de mortalidade de inválidos:** RP-2000 Feminina;
- d) **Tábua de serviço** - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de mortalidade de inválidos, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- a) **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 7,37%, obtida a partir da curva de juros (ETTJ) da ANBIMA, fechamento de 30 de dezembro de 2025, de prazo compatível com o prazo de duração do passivo calculado pelo atuário responsável no plano de previdência em 31 de dezembro de 2024, de 9,65 anos;
- b) **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2024:** 12,81% composta pela estimativa de inflação (4,90%) mais juros reais de 7,54% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2024, como expectativa para 2025, e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- c) **Taxa de Rotatividade:** 0,00%;
- d) **Taxa real de crescimento salarial:** não aplicado;
- e) **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- f) **Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:** 0,00%;
- g) **Fator de Capacidade para salários:** 98%;
- h) **Fator de Capacidade para benefícios:** 98%;
- i) **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 4,05%, obtida do relatório Focus/Bacen e representa a expectativa de inflação para 2026.

iii) Outras Premissas:

- a) **Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:** Não usada;
- b) **Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas:** família real.

33.4.3. Plano de Benefícios Telebras PREV

i) Premissas Biométricas:

- a) **Tábua de mortalidade geral:** AT 2012 IAM Basic segregada por sexo;
- b) **Tábua de entrada em invalidez:** Grupo Americana;
- c) **Tábua de mortalidade de inválidos:** RP-2000 Feminina;
- d) **Tábua de serviço** - Combinação das tábuas de mortalidade geral, de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- a) **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 7,37%, obtida a partir da curva de juros (ETTJ) da ANBIMA, fechamento de 30 de dezembro de 2025, de prazo compatível com o prazo de duração do passivo calculado pelo atuário responsável no plano de previdência em 31 de dezembro de 2024, de 9,70 anos;
- b) **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2024:** 12,81% composta pela estimativa de inflação (4,90%) mais juros reais de 7,54% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2024, como expectativa para 2025, e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- c) **Taxa de Rotatividade:** 4,41% a.a.;
- d) **Taxa real de crescimento salarial:** 1,00% a.a.;
- e) **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- f) **Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:** 0,00%;
- g) **Fator de Capacidade para salários:** 98%;
- h) **Fator de Capacidade para benefícios:** 98%;
- i) **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 4,05%, obtida do relatório Focus/Bacen e representa a expectativa de inflação para 2026.

iii) Outras Premissas:

- a) **Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:** Não usada;
- b) **Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas:** 76,90% dos participantes têm dependentes, as esposas são 5 anos mais jovens e o dependente temporário mais novo perde essa condição quando o participante atinge 66 anos de idade;

Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: família real.

33.5. Resultados dos Planos

As especificações das informações e os resultados encontram-se detalhados nos quadros seguintes, com base nos dados extraídos dos balancetes da SISTEL de 31 de dezembro de 2025 e nos dados dos cadastros de participantes e dependentes daquela entidade posicionados em dezembro de 2025.

33.5.1. Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro 2025 e 2024

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor dos ativos a mercado (i)	13.158.320	13.372.961	502.011	464.833	1.380.244	1.352.148
2. Exigível operacional (ii)	(155.265)	(130.708)	(717)	(491)	(10.351)	(1.011)
3. Exigível contingencial (ii)	(880.980)	(843.285)	(14.245)	(12.984)	(3.971)	(3.493)
4. Fundos (ii)	(3.311.360)	(4.039.439)	(222.683)	(215.149)	(789.269)	(845.812)
5. Saldos de contribuição definida	-	-	-	-	(85.643)	(85.995)

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
5. Valor justo dos ativos do plano	8.810.715	8.359.529	264.366	236.209	491.010	415.837

(i) Valor informado pela Telebras, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS- A é de 6,79%.

(ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

33.5.2. Composição do Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro 2025 e 2024

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Renda Fixa	96,43%	96,48%	99,23%	99,05%	99,47%	99,40%
2. Renda Variável	0,01%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3. Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,68%	0,83%	0,36%	0,41%
4. Investimentos em imóveis	2,98%	2,88%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
5. Empréstimos a participantes	0,58%	0,62%	0,09%	0,12%	0,17%	0,19%

33.5.3. Dados de Entrada

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Taxa de desconto no início do exercício (custo dos juros)	7,63%	5,22%	7,54%	5,32%	7,54%	5,32%
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano no início do exercício	12,90%	9,32%	12,81%	9,43%	12,81%	9,43%
3. Custo do serviço corrente	-	-	-	-	489	514
4. Benefícios pagos	56.458	55.905	17.412	16.307	33.822	36.460
5. Contribuições recebidas pelo fundo	-	-	-	-	5.310	5.079
6. Valor presente da obrigação	504.164	508.486	195.150	194.180	370.759	346.585
7. Valor justo dos ativos do plano	598.248	568.448	264.365	236.209	491.010	415.837

33.5.4. Conciliação da Obrigação Atuarial

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor presente da obrigação atuarial	508.486	592.165	194.180	218.276	346.585	384.260
2. Custo dos juros	65.595	55.190	24.873	20.578	44.396	36.226
3. Custo do serviço corrente	-	-	-	-	523	514
4. Benefícios pagos pelo fundo	(56.458)	(55.905)	(17.412)	(16.307)	(33.822)	(36.460)
5. (Ganhos)/(Perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	(13.458)	(82.964)	(6.491)	(28.367)	13.078	(37.955)
6. Valor presente da obrigação	504.165	508.486	195.150	194.180	370.760	346.585

33.5.5. Conciliação dos Ativos dos Planos

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor justo dos ativos do plano	568.448	690.510	236.209	324.895	415.837	577.609
2. Rendimento esperado dos ativos do plano	73.330	64.356	30.257	30.629	53.266	54.454
3. Contribuições recebidas pelo fundo	-	-	-	-	5.310	5.079
4. Benefícios pagos pelo fundo	(56.458)	(55.905)	(17.412)	(16.307)	(33.822)	(36.460)
5. Ganhos/(Perdas) atuariais sobre os ativos do plano	12.928	(130.513)	15.312	(103.008)	50.418	(184.845)
8. Valor justo dos ativos do plano	598.248	568.448	264.366	236.209	491.009	415.837

33.5.6. Ganhos e Perdas Atuariais

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre a obrigação	13.458	82.964	6.491	28.366	(13.078)	37.955
2. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre os ativos do plano	12.928	(130.513)	15.312	(103.009)	50.418	(184.845)
3. Ganhos/(Perdas) atuariais do exercício	26.386	(47.549)	21.803	(74.643)	37.340	(146.890)

33.5.7. Cálculo da Obrigação Atuarial Descoberta

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor presente da obrigação	504.164	508.486	195.150	194.180	370.759	346.585
2. Valor justo dos ativos do plano	(598.248)	(568.448)	(264.365)	(236.209)	(491.010)	(415.837)
3. Valor presente da obrigação descoberta	-	-	-	-	-	-

33.5.8. Cálculo da Despesa do Exercício

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Custo do serviço corrente	-	-	-	-	523	514
2. Custo dos juros	65.595	55.190	24.873	20.578	44.396	36.226
3. Rendimento esperado dos ativos do plano	(73.330)	(64.356)	(30.257)	(30.629)	(53.266)	(54.454)
4. Despesa reconhecida na demonstração do resultado	(7.735)	(9.166)	(5.384)	(10.051)	(8.870)	(18.228)

33.5.9. Movimentação do Passivo Líquido

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Passivo/(ativo) líquido reconhecido em 31/12/2024	-	-	(59.962)	(42.029)	(69.252)	(8.348)
2. Despesa do ano	-	-	(7.735)	(5.384)	(8.870)	(18.228)
3. Pagamento de contribuições	-	-	-	-	-	(5.310)
4. Perdas/(ganhos) atuariais do exercício	-	-	(26.386)	(21.803)	(37.341)	(146.890)
5. Passivo/(ativo) líquido em 31/12/2025	-	-	(94.084)	(69.215)	(120.251)	(120.251)
5. Ajuste do teto de ativo	-	-	94.084	69.215	120.251	120.251
6. Passivo/ativo líquido	-	-	-	-	-	-

33.5.10. Despesa Projetada para 2025

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1. Juros sobre obrigações atuariais	-	-	59.743	22.869	43.447	43.447
2. Rendimento esperado dos ativos	-	-	(70.892)	(30.980)	(57.539)	(57.539)
3. Custo do serviço corrente	-	-	-	-	547	547
4. Total da despesa	-	-	(11.149)	(8.111)	(13.545)	(13.545)

33.5.11. Evolução da situação atuarial dos planos de benefícios

Composição:	PBS-A		PBS-Telebras		Telebras PREV	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação atuarial (A)	504.164	508.486	195.150	194.180	370.759	346.585
Valor justo (B)	598.248	568.448	264.365	236.209	491.010	415.837
Resultado (B - A) (+)	94.084	59.962	69.215	42.029	120.251	69.252
Superávit/(-) Déficit	94.084	59.962	69.215	42.029	120.251	69.252



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



33.5.12. Comentários sobre os Resultados do Planos

33.5.12.1. Plano de Benefício PBS - A

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 504.164 e ativo líquido de R\$ 598.248, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 94.084, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebras e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

33.5.12.2. Plano de Benefício PBS - Telebras

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 195.150 e ativo líquido de R\$ 264.365, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 69.215, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

33.5.12.3. Plano de Benefício Telebras PREV

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 370.759 e ativo líquido de R\$ 491.010, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 120.251, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

33.6. Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA)

A Telebras é patrocinadora de um plano médico-hospitalar denominado Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA), plano de benefícios de caráter assistencial, cujo objetivo é proporcionar aos participantes atendimento médico e hospitalar, com custos compartilhados e de modo semelhante ao proporcionado aos empregados das patrocinadoras, quando em atividade, conforme reza os artigos 1º e 9º do regulamento.

O plano PAMA contava, em 31 de dezembro de 2025, com 23.077 beneficiários (15.772 titulares e 7.305 dependentes), sendo que apenas 5 destes ainda detinham vínculo com a Telebras. Desse modo, para o exercício de 2025, a estimativa de gasto da Telebras com esse plano é de R\$12.400,00.

Em 31 de dezembro de 2025, o plano apresentava superávit, apurado conforme laudo atuarial elaborado por atuário contratado pela Companhia. O valor do superávit está demonstrado no quadro a seguir.

Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação atuarial	4.761.681	4.758.709
Valor justo dos ativos do plano	4.888.740	4.780.682
Superávit	127.059	21.973

34. PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 93,52% das ações ordinárias da Companhia. (Nota Explicativa 28)

As transações da Companhia com sua controladora e sua coligada são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que consideram as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

34.1. Pessoal Chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	3.423	3.520
Benefícios de Curto Prazo	923	1.130
Total	4.346	4.650

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não aos conselheiros.

34.2. Transações com partes relacionadas

Balanco Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	388.315	204.661
a) Contas a Receber de Serviços	385.600	193.805
Entidades Governamentais:	344.281	187.604
Ministérios	336.455	177.995
Demais Entidades (i)	7.826	9.609
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	47	28
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	40.935	6.173
Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	337	-
b) Cauções	2.715	979
Ministérios e Demais Entidades (i)	2.715	979
c) Dividendos a Receber	-	5.456
Visiona Tecnologia Espacial S.A	-	5.456
d) Despesas Pagas Antecipadamente	-	4.421
Visiona Internacional BV	-	4.421
Passivo	2.233.802	2.210.343
e) Fornecedores	1.226	14.201
Fundação Sistel de Seguridade Social	-	1
Petróleo Brasileiro S.A	1.048	-
Banco do Brasil S.A	178	183
Visiona Internacional BV	-	14.017
Visiona Tecnologia Espacial S.A	2.155	-
f) Empréstimos e Financiamentos	-	46.210
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	-	46.210
g) Receitas Diferidas	281.531	318.011
Ministérios	281.531	318.011
h) Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.951.045	1.831.921
União Federal	1.951.045	1.831.921

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2025	31/12/2024
Despesas	(268.687)	(24.588)
i) Compartilhamento de Instalações	(520)	(584)
Petróleo Brasileiro S.A	(520)	(584)
j) Meios de conexão e Transmissão	(13.974)	(13.394)
Petróleo Brasileiro S.A	(13.974)	(13.394)
k) Garantia Estendida	(4.421)	(10.610)
Visiona Internacional BV	(4.421)	(10.610)
l) Despesas financeiras	(249.772)	-
União Federal - AFAC	(249.772)	-

Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas às Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e pelos serviços de aluguel e locações de equipamentos fornecidos a ministérios, entidades governamentais e empresas sob controle da União. Os preços cobrados são equivalentes aos praticados pelo mercado.

b) Refere-se às cauções efetuadas junto a órgãos públicos para a prestação de serviços, conforme os contratos firmados.

c) Refere-se aos dividendos a receber decorrentes da participação societária na coligada VISIONA.

d) Refere-se à contratação de garantia estendida dos equipamentos vinculados ao projeto SGDC. Em dezembro de 2023, a Telebras firmou novo contrato de garantia estendida, com período de cobertura de 09 de dezembro de 2023 a 30 de junho de 2025, no valor contratado de R\$ 15.927.

e) Representa os valores a pagar a fornecedores de bens e serviços.

f) Refere-se ao financiamento contratado junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor original de R\$ 240.380 (R\$ 46.210 em 31 de dezembro de 2024). O financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, as despesas relativas à elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação - Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). No primeiro trimestre de 2025, a Companhia efetuou a quitação antecipada desse financiamento. (Nota Explicativa 24.1).

g) Representa receitas recebidas antecipadamente de órgãos governamentais (Ministério da Defesa e Ministério das Comunicações) por serviços a serem prestados pela Telebras, conforme os acordos contratuais.

h) Refere-se aos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia. Esses recursos são aplicados na expansão e melhoria da Rede Terrestre e da Rede Satelital.

i) Representa os custos com o compartilhamento de instalações. Esses custos incluem cessão de fibras, postes e espaços físicos vinculados à prestação dos serviços.

j) Refere-se aos custos com meios de conexão e transmissão necessários à prestação dos serviços. Incluem Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), locação de postes, locação de dutos e condutos e backbone.

k) Representa a apropriação mensal dos custos incorridos com a contratação da garantia estendida para cobertura dos equipamentos do projeto SGDC, conforme item "d".

l) Refere-se às despesas financeiras incidentes sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de AFAC e sobre os empréstimos e financiamentos obtidos junto à FINEP, destinados ao projeto SGDC. Sobre o financiamento da FINEP incidem encargos financeiros calculados com base na Taxa Referencial (TR) *pro rata tempore*, acrescida de **spread** de 5% ao ano, com possibilidade de redução de até 2% ao ano em caso de inexistência de inadimplência. Os recursos de AFAC são atualizados pela taxa SELIC.

m) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços praticados são equivalentes aos de mercado.

n) Refere-se à receita obtida com a prestação dos serviços de aluguel e locações de equipamentos e de capacidade satelital. Os preços cobrados são equivalentes aos praticados no mercado.

o) Refere-se à receita dos serviços prestados ao Ministério das Comunicações relacionados ao programa Wi-Fi Brasil.

34.3. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados segue os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela Telebras, em rigorosa observância ao que determina a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

A remuneração paga aos Colaboradores, Dirigentes e Conselheiros em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

Remuneração:	31/12/2025	31/12/2024
Colaboradores - Maior Remuneração	33.208	31.775
Colaboradores - Menor Remuneração	4.404	4.275
Colaboradores - Remuneração Média	15.669	14.641
Dirigentes - Maior Remuneração	44.276	42.236
Dirigentes - Menor Remuneração	40.251	38.396
Dirigentes - Remuneração Média	41.257	39.164
Conselho de Administração - Maior Remuneração	4.448	4.243

Remuneração:	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de Administração - Menor Remuneração	4.448	4.243
Conselho de Administração - Remuneração Média	4.448	4.243
Conselho Fiscal - Maior Remuneração	4.448	4.243
Conselho Fiscal - Menor Remuneração	4.448	4.243
Conselho Fiscal - Remuneração Média	4.448	4.243
Comitê de Auditoria - Maior Remuneração	4.448	4.243
Comitê de Auditoria - Menor Remuneração	4.448	4.243
Comitê de Auditoria - Remuneração Média	4.448	4.243

Devido à caracterização como estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Telebras aplica a seus empregados e dirigentes o teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, inciso XI e § 9º, da Constituição Federal.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações:	31/12/2025	31/12/2024
Pagamento de Tributos Federais/Estaduais através de	72.225	36.065
Compensação de Créditos	-	-
Permutas não monetárias entre a Telebras e Empresas Parceiras	18.767	25.818
Encontro de Contas (Baixa de Contas a Receber/Fornecedores) sem desembolso - Viasat	24.343	26.218
Recebimento de Dividendos - Visiona Espacial através de encontro de contas	5.456	-
Comercialização de IRU com a empresa Vtal por meio de encontro de contas	4.226	-

Brasília, DF, 25 fevereiro de 2026

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE
Presidente

ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA
Diretoria Técnico-Operacional

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações
com Investidores

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria de Governança



CONSELHO FISCAL PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 73, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2025, compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD); Balanços Patrimoniais; Demonstrações dos Resultados; Demonstrações dos Resultados Abrangentes; Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstrações dos Fluxos de Caixa; Demonstrações do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pelo representante da Auditoria Independente, e considerando que:

- o relatório dos auditores independentes CONSULT - Auditores Independentes opinou, sem ressalvas, que as referidas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025;
- o Parecer do COAUD sustenta o relatório da CONSULT- Auditores Independentes e observa a ausência de ocorrências que possam comprometer a qualidade e integridade das informações das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025; e
- a Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2025 atende às previsões legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente à submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025 e da Proposta de Destinação do Resultado, ressaltando, no entanto, os seguintes aspectos de ênfase relacionados à recuperabilidade de ativos e ao fluxo de caixa, sem que estes constituam ressalvas à sua opinião:

Teste de Recuperabilidade (Impairment): o Laudo de Avaliação Patrimonial indica que a recuperabilidade da UGC Rede Satélite apresenta diferença relativamente reduzida, de aproximadamente 4,4%, entre o valor em uso e o valor contábil, o que indica sensibilidade às premissas adotadas.

Premissas de Crescimento: as conclusões do referido laudo baseiam-se, entre outros fatores, em estimativas de crescimento nominal de receita que exercem influência relevante na determinação do valor em uso, cuja aderência à capacidade efetiva de geração de negócios da Companhia deverá ser acompanhada nos períodos subsequentes.

UGC Rede Backbone: destaca-se que esta unidade apresentou geração de caixa negativa no método de valor em uso, tendo sua recuperabilidade suportada pelo método de valor justo líquido de despesas de venda, o que demanda acompanhamento quanto à sua sustentabilidade econômica.

Fluxo de Caixa e Recebíveis: observa-se a relevância dos atrasos nos recebíveis, em especial de natureza governamental, aspecto que pode impactar a realização dos fluxos de caixa projetados utilizados no teste de recuperabilidade.

Diante do exposto, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas, sem prejuízo de recomendar o acompanhamento contínuo das premissas utilizadas no teste de recuperabilidade, especialmente quanto à efetiva conversão de receita em caixa e à execução do plano econômico- financeiro da Companhia. Brasília-DF, 18 de março de 2026.

Giuliano Passos Cardoso
Presidente Representante do Tesouro Nacional

Ana Paula Leal Aguiar Calhau
Conselheira Representante do Ministério das Comunicações

Alano Roberto Santiago Guedes
Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Guilherme Cnaan Bethonico
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Preferencialistas

Leonardo Peixoto Estevão
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinários

DECLARAÇÃO Nº TLB-DEC-2026/00078 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DO QUARTO TRIMESTRE DE 2025.

Em atendimento ao disposto no art. 27, § I, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as informações expressas no parecer dos auditores independentes, CONSULT - Auditores Independentes, em relação às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 da Telebras, e;
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 da Telebras, na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva 1875, realizada em 25 de fevereiro de 2026.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretora substituta de Governança
Diretoria Administrativo-financeira e
Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretor
Diretoria Comercial

ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA
Diretor
Diretoria Técnico-operacional

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE
Presidente Presidência

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – COAUD/2025 OBJETO: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 74 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016.

2. FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, de funcionamento permanente, é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno.

3. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), em 31 de dezembro de 2025, era composto pelos seguintes membros: Jerônimo José Cabral Guedes (Presidente do Comitê e Conselheiro de Administração Independente), Paula Vicente da Silva (Especialista em Contabilidade Societária) e Cleber Santiago.

4. ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Durante o ano de 2025, o Comitê reuniu-se em 63 (sessenta e três) ocasiões.

Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emitiu sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

Recomendações, Sugestões e Resultados:

Demanda	Período: janeiro-dezembro de 2025		
	Total	Implementada	Em andamento
Recomendações	2 100%	2 100%	0 0%
Sugestões	1 100%	1 100%	0 0%
Solicitação	25 100%	22 88%	3 14%
Encaminhamento	2 100%	2 100%	0 0%

5. DESTAQUES

Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

• Das Demonstrações Contábeis

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2025 e procedeu à apreciação do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela Companhia durante as reuniões realizadas com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos e com os auditores independentes.

O Comitê verificou que as práticas contábeis adotadas durante a elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação aplicada pelos órgãos de controle.

• Da Auditoria Independente

O COAUD considera satisfatório o resultado dos trabalhos de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes.

• Autoavaliação

O Comitê procedeu com sua autoavaliação.

• Partes Relacionadas

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliando e monitorando, em conjunto com a administração, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação.

• Auditoria Interna

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, examinou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2026) e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2025), bem como recebeu, discutiu e acompanhou relatórios regulares da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.

• Gestão de Riscos, Controles e Conformidade

O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para mitigar os riscos da Companhia e fortalecer os controles internos, quando necessário.

• Ouvidoria e Canal de Denúncia

Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno do COAUD, o canal de denúncias está sendo monitorado. Os interessados podem encaminhar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Em 2025 o Comitê não recebeu denúncia.

• Conclusão

O Comitê exerceu suas atribuições sem interferências da Administração, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas Auditorias interna e independente.

Brasília, 12 de março de 2026.

Jerônimo José Cabral Guedes
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD

Cleber Santiago
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

Paula Vicente da Silva
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS, REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Comitê de Auditoria da Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras é órgão assessor estatutário do Conselho de Administração em cumprimento à Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Considerando a execução do Plano de Trabalho Anual para o exercício de 2025, os debates realizados no transcorrer das reuniões e os trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados com a administração, a auditoria interna, a auditoria independente e os gestores das diversas áreas técnicas, tudo consubstanciado nos documentos e nas respectivas atas produzidas em poder da Companhia, resumidos no Relatório Anual de Atividades;

Considerando o exercício de suas atividades de supervisão e monitoramento das demonstrações contábeis e dos controles internos, tendo presente as limitações inerentes ao escopo de sua atuação;

Considerando as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório de Administração, suportadas pelo Relatório da CONSULT -

Audidores Independentes, emitido com parágrafo de ênfase e sem ressalvas, em 12 de março de 2026; e Considerando a Instrução da CVM nº 81/2022,

O Comitê de Auditoria conclui que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração para deliberação. Brasília, 12 de março de 2026.

Jerônimo José Cabral Guedes
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

Cleber Santiago
Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

Paula Vicente da Silva
Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

RELATÓRIO ANUAL COMPLETO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (COAUD) TELEBRAS 2025

1 Introdução

Em atendimento ao inciso VII do artigo 38 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e ao inciso VII do artigo 11º do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD) apresenta seu Relatório Anual com as informações sobre as atividades, as suas recomendações, solicitações e sugestões, bem como os resultados dessas demandas. Registra também que se pronunciou sobre os Demonstrativos trimestrais, assim como, sobre as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Comitê enfatiza também que analisou as transações com as partes relacionadas e valor superior a 20MM, conforme o Art.80, inciso VI do Estatuto Social da Companhia.

Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 74 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016. O Conselho de Administração, na 434ª Reunião Ordinária, realizada em 24/05/2018, aprovou seu primeiro Regimento Interno do Comitê, que tem por finalidade assessorá-lo, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

Histórico de revisões do Regimento Interno do COAUD

Reunião	DATA	EVENTO
434ª Reunião Ordinária do Conselho de administração	24/05/2018	Aprovação da primeira versão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Telebras.
435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	28/06/2018	Eleição de Candidatos para Comitê de Auditoria da Telebras.
469ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	27/04/2021	Aprovação da segunda versão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Telebras.
-	30/06/2021	Início da vigência da segunda versão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário
497ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração	29/08/2023	Aprovação e vigência da terceira versão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Telebras.

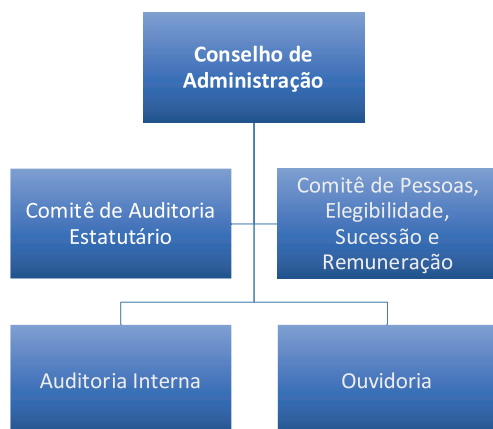
Regimento Interno do COAUD disponível em:

https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Regimento_Interno_COAUD_aprovado_na_ROCA_497_29_08_2023_ASSINADO.pdf

2 Finalidade do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, de funcionamento permanente, é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.



Organograma e Competências disponíveis em:

<https://www.telebras.com.br/organograma/>

3 Composição do Comitê de Auditoria

O Conselho de Administração em sua 520ª Reunião Ordinária de 29 de julho de 2025, efetivou a renúncia de mandato do senhor Jorge Ricardo Bittar e elegeu para a vaga de Presidente do Comitê de Auditoria, o senhor Jerônimo José Cabral Guedes, em complementação de mandato com término em 10 de julho de 2027.

O Conselho de Administração elegeu, em sua 494ª Reunião Ordinária, de 29 de maio de 2023, a senhora Paula Vicente da Silva, para mandato de 2 (dois) anos. Na 518ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, o mandato foi prorrogado por mais dois anos, para o período de 10 de julho de 2025 a 09 de julho de 2027.

O Conselho de Administração elegeu, em sua 517ª Reunião Ordinária, de 29 de abril de 2025, o senhor Cleber Santiago, para mandato de 2 (dois) anos a contar de 30 de abril de 2025 a 29 de abril de 2027.

COMPOSIÇÃO DO COAUD				
NOME	QUALIDADE	DESIGNAÇÃO:	PERÍODO DE GESTÃO:	
		Data:	Início:	Fim:
Jerônimo José Cabral Guedes	Presidente do Comitê de Auditoria	29/07/2025 (ROCA 520ª)	29/07/2025	10/07/2027
Cleber Santiago	Membro do Comitê de Auditoria	29/04/2025 (ROCA 517ª)	30/04/2025	29/04/2027
Paula Vicente da Silva	Membro do Comitê de Auditoria	29/05/2023 (RECA 494ª)	29/06/2023	09/07/2027

Atas do Conselho de Administração disponível em:

<https://www.telebras.com.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/conselho-de-administracao/>

Atividades exercidas no âmbito de suas atribuições

Durante o ano de 2025, o Comitê reuniu-se em 63 (sessenta e três) ocasiões.



O Comitê manteve contato permanente com os gestores das áreas operacionais da Empresa, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram discutidos temas relacionados à elaboração das demonstrações financeiras, às transações com partes relacionadas, à gestão de riscos, aos controles internos, às auditorias interna e independente, à corregedoria, à ouvidoria, à ética, integridade e conformidade, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e temas relacionado Ambiental, Social e Governança - ASG. Adicionalmente, o COAUD se reuniu com os Diretores e Presidente para tratar de temas estratégicos da Empresa.

As atas das reuniões foram encaminhadas ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, por meio da Secretaria dos Órgãos Colegiados, para os devidos trâmites internos regimentais, bem como publicadas no site da Telebras.

Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emite opiniões, sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

4.1 Recomendações, Solicitações, Sugestões

I. ROCAUD nº 364ª, de 08/02/2025

- **Solicitação 1:** Sobre o Plano de Trabalho do COAUD - Companhia apresente a cada quatro meses uma atualização sobre o andamento do processo de saída da dependência da Telebras.
- **Solicitação 1:** Sobre Plano de Trabalho do COAUD - Diretoria de Governança em parceria com a Auditoria Interna, elabore uma proposta das transações com partes relacionadas da Companhia.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/06/ATA-364-a-COAUD-08.01.2025.docx.pdf>

II. ROCAUD nº 365ª, de 15/01/2025.

- **Solicitação 1:** Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Panorama do Contrat de Gestão e Plano de Sustentabilidade.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/06/ATA-365a-COAUD-15.01.2025.pdf>

III. ROCAUD nº 373ª, de 24/02/2025.

Sugestão 1: Acordo Coletivo de Trabalho – Que seja feito um informe para os empregados da Telebras após aprovação do Conselho de Administração.

Disponível em: <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/03/ATA-373a-COAUD-24.02.2025.pdf>

IV. ROCOAUD nº 375ª, de 12/03/2025.

Encaminhamento 1: Sétimo Termo Aditivo ao Acordo Compartilhamento de Receitas de Capacidade Satelital Celebrado com a Viasat - que seja encaminhado a Gerência de Auditoria minuta do material referente a compra de capacidade e Celebração do Sétimo Termo Aditivo ao Acordo Compartilhamento de Receitas de Capacidade Satelital celebrado com a Viasat e seus anexos.

Disponível em: <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/05/ATA-375a-COAUD-12.03.2025.pdf>

- **Solicitação 1:** Relatório Circunstanciado - Esclarecimento informações acerca do contrato de garantia dos equipamentos terrestres ligados ao SGDC, o porque é contratada pela Visiona e não pela Telebras.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/06/ATA-380a-COAUD-11.04.2025.pdf>

V. ROCOAUD nº 381ª, de 16/04/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório de Acompanhamento de Gestão (RAG) – Inclusão de assuntos relacionadas à Rede Privativa – abrangendo a situação atual do projeto.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/06/ATA-381a-COAUD-16.04.2025.pdf>

VI. ROCOAUD nº 389ª, de 04/06/2025.

- **Solicitação 1: Rede Privativa** - Apresentação de indicador de desempenho para acompanhamento do atingimento da meta de 6.500 pontos ativos; 2) Detalhamento da relação entre clientes em negociação e o quantitativo de pontos envolvidos; 3) Apresentação contemplando prazo de implantação e status do projeto de criptografia.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/11/ATA-389a-COAUD-28.05.2025.pdf>

VII. ROCOAUD nº 393ª, de 02/07/2025.

- **Solicitação 1: Trabalhos Realizados do 2º Trimestre da Ouvidoria** - Na tabela intitulada "Análise qualitativa no trimestre", solicita-se a inclusão das seguintes informações: a) Uma nova coluna indicando o prazo máximo de resposta para reclamações, sugestões e solicitações; b) Uma coluna de classificação, especificando se o registro relacionado às manifestações de ouvidoria trata-se de uma denúncia, reclamação, sugestão ou solicitação, a fim de aprimorar a precisão da análise, c) Melhor detalhamento e descrição dos registros, especialmente no que se refere a denúncias, reclamações e sugestões, de modo a garantir maior clareza e compreensão do conteúdo analisado). Solicitação atendida.
- **Solicitação 2:** Encaminhar ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) a natureza dos recursos registrados na Corregedoria-Geral da União (CGU).
- **Solicitação 3:** Apresentar exposição sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), abordando os seguintes aspectos: a) Principais obrigações legais previstas na LGPD;
- b) Legislação aplicável, incluindo regulamentações complementares; c) Grau de maturidade da Companhia em relação à conformidade com a LGPD; d) Descrição de como a Companhia está tratando cada uma das obrigações estabelecidas pela referida legislação.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-393a-COAUD-02.07.2025.pdf>

VIII. ROCOAUD nº 394ª, de 09/07/2025.

- **Solicitação 1: Orçamento em 23/06/2025** - esclarecimentos sobre os aspectos legais que envolvem o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs), especialmente quanto à legalidade da prática e à eventual manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema; incluindo a fundamentação jurídica que respalda os pagamentos realizados no presente exercício sob a classificação de DEA.
- **Recomendação 2: Orçamento em 23/06/2025** - Recomenda que a Companhia intensifique sua atuação junto ao Órgão Competente, promovendo uma discussão mais ampla sobre os investimentos realizados com recursos da AFAC, como objetivo de diversificar as aplicações, evitando a exclusividade em redes terrestres e considerando a necessidade de investimentos em outras áreas prioritárias
- **Solicitação 2: Trabalhos realizados do 2º TRI da Ouvidoria e Status da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** - solicita a possibilidade de avaliar e viabilizar a liberação orçamentária, referente ao processo TLB-PRO-2023/05307, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços e soluções de privacidade de dados e segurança da informação, relatado pelo Ouvidor da Telebras, registrado no Memorando nº TLB -MEM - 2025/01267, na qualidade de Encarregado de Proteção de Dados, a continuidade deste processo é essencial para garantir a adequação da Telebras à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), atendendo às exigências legais e fortalecendo a governança da informação na empresa. Diante da relevância e urgência do tema, este COAUD solicita especial atenção a esta demanda, de modo a permitir o prosseguimento das ações previstas.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-394a-COAUD-14.03.2025-v1.pdf>

IX. ROCOAUD nº 395ª, de 16/07/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório Circunstanciado – 1º Trimestre de 2025 – apresentação detalhada sobre os créditos tributários a recuperar, incluindo a composição por natureza dos tributos, a ser apresentada após o encerramento do segundo trimestre, com dados atualizados e que verifique a viabilidade de negociação dos créditos tributários, por meio de venda com deságio, utilizando processo licitatório como alternativa para recuperação de valores acumulados.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-395a-COAUD-16.07.2025.pdf>

X. ROCOAUD nº 396ª, de 23/07/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório Gerencial Mensal da Auditoria Interna base junho/2025 - Relatório de Auditoria Interna nº #1760675 – Auditoria nos Processos de Prospecção Comercial e Gestão de Vendas, este COAUD solicita que a Diretoria Comercial apresente um plano de ação com os pontos de atenção registrados no Relatório de Auditoria Interna em questão.
- **Solicitação 2: Relatório de Acompanhamento de Gestão (RAG) Ref. julho/2024** - Solicitou que a Gerência de Compras e Contratos (GCC) realize uma explanação sobre as modalidades de licitação mencionadas no Relatório de Acompanhamento da Gestão (RAG), especificamente nas páginas 29 a 31, abrangendo os seguintes tipos: Afastamento, Dispensa, Inexigibilidade, Pregão Eletrônico, Dispensa Eletrônica e Pregão Eletrônico SRP.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-396a-COAUD-23.07.2025.pdf>

XI. ROCOAUD nº 398ª, de 30/07/2025.

- **Recomendação 1: Regimento Interno do COAUD** – Recomenda a realização de uma revisão do seu Regimento Interno, especialmente no que se refere ao disposto no CAPÍTULO VIII, Art. 15, que atualmente estabelece que "O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 4 (quatro) reuniões mensais". Propõe-se a seguinte alteração: "O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 2 (duas) reuniões mensais."
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-DA-398a-COAUD-30.07.2025.pdf>

XII. ROCOAUD nº 400ª, de 07/08/2025.

- **Solicitação 1:** 26º Congresso IBGC – Governança em um Mundo Disruptivo – COAUD manifestou interesse em participar do 26º Congresso IBGC – Governança em um Mundo Disruptivo, que ocorreu nos dias 8 e 9 de outubro de 2025, em formato híbrido, na cidade de São Paulo. O evento foi voltado para líderes e conselheiros e reuniu vozes provocadoras e experiências relevantes do Brasil e do mundo, para debater a velocidade da transformação tecnológica, a importância das relações humanas, a cultura organizacional, os desafios da sustentabilidade e os impactos do contexto geopolítico global.
- **Solicitação 2:** Demonstrações Contábeis Individuais 2º Trimestre de 2025 - Não Consolidado - Apresentações complementares: a) o relatório de *impairment* realizado pela consultoria. b) Apresentação sobre o Seguro SDGC, incluindo i) Comparativo entre o valor do imobilizado e a cobertura do seguro; ii) Identificação de itens não cobertos e justificativas para a ausência de cobertura.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-DA-400a-COAUD-07.08.2025-assinada.pdf>

XIII. ROCOAUD nº 401ª, de 14/08/2025.

- **Solicitação 1:** Auditoria Independente -Demonstrações Contábeis Individuais 2º Trimestre de 2025 - Não Consolidado - Disponibilização da Carta de Recomendação emitida pelo Auditor Independente acompanhado do Relatório Circunstanciado, na próxima apresentação do 3º trimestre das Demonstrações Contábeis.
- **Solicitação 2:** Manutenção da contratação da Auditoria Independente - solicita o envio de Nota Técnica atualizada, contendo as devidas justificativas e respaldo legal, incluindo acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). Solicita-se também o detalhamento do escopo dos serviços prestados pela Auditoria Independente, bem como os valores contratados, incluindo o relatório integrado. Em ato contínuo e em atendimento à solicitação deste Comitê, a Gerência de Contabilidade (GCONT) se manifestou da seguinte forma: *Após extensa pesquisa nos julgados do TCU (orientações e Jurisprudências- https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/6-3-manutencao-eprorrogacao-do-contrato), verificamos que é possível a prorrogação contratual sem necessidade de pesquisa de preço em função da existência de cláusula prevendo reajuste. No entanto, ao aprofundarmos a análise mais detalhada dos julgados e dos posicionamentos de outros órgãos, concluímos que o contrato de auditoria tem a sua natureza classificada como serviço comum e os julgados se referem a serviço continuado. Diante disso a GCONT optou por realizar pesquisa de preços a fim de adequar a sua Nota Técnica anterior às recomendações da GCC.*
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/09/ATA-DA-401a-ASSINADA.pdf>

XIV. ROCOAUD nº 404ª, de 21/08/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório da Auditoria Interna Ref. mês de julho de 2025 - solicitou à área responsável da Diretoria Comercial a realização de uma apresentação justificando os prazos associados às recomendações descritas nas páginas 09, 10 e 13 do Relatório RA 1712992.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/12/ATA-DA-404a-COAUD-21.08.2025.pdf>

XV. ROCOAUD nº 409ª, de 18/09/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório de Acompanhamento da Gestão (RAG), versão sintética de setembro de 2025 (referente a agosto/2025) - Solicitou a reapresentação do Relatório de Monitoramento Extraordinário – Riscos Financeiros (GT - TLB-DEM- 2024/0010) e do Relatório de Monitoramento de Riscos Muito Altos, Altos, Moderados, Baixos e Muito Baixos – 2024.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/12/ATA-DA-409a-COAUD-18.09.2025.pdf>

XVI. ROCOAUD nº 410ª, de 25/09/2025.

- **Solicitação 1:** Relatório de Compliance - Reapresentação do relatório de risco.
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/12/ATA-DA-410a-COAUD-25.09.25.pdf>

XVII. ROCOAUD nº 416ª, de 23/10/2025

- **Solicitação 1:** CGPAR 38 – Exercício de 2024 - Considerando a constatação da Gerência de Auditoria Interna registrada no Memorando (TLB-MEM- 2025/01844), que o Relatório CGPAR 38 – Exercício de 2024 não foi apresentado à Diretoria Executiva, tampouco submetido ao Conselho de Administração da Telebras, nem encaminhado à Previc dentro dos prazos normativos estabelecidos. A não conformidade quanto ao prazo de apreciação e envio do Relatório Técnico de Avaliação dos Planos de Benefícios da SISTEL à Previc decorreu de fatores organizacionais e operacionais que impactaram o cronograma previsto, este Comitê solicita a implementação das medidas propostas conforme apresentado e registrado a seguir: regularização do envio do relatório à Previc, observando o cumprimento integral das etapas internas de deliberação pelo Conselho de Administração, bem como estabeleça o fluxo de trabalho com prazos e responsabilidades e checklist do processo, instituindo assim a rotina anual de acompanhamento e controle de prazos de forma tempestiva, a fim de assegurar a conformidade contínua com as disposições da CGPAR nº38/2022 e evitar reincidência.
- **Disponível em:** https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/11/ATA_DA_416a-Reuniao-do-COAUD_23.10.2025-assinada.pdf

XVIII. ROCOAUD nº 421ª, de 19/11/2025.

- **Solicitação 1:** Plano Estratégico Institucional 2026-2030 - Solicitou que seja incluído no plano de trabalho anual para 2026 deste COAUD o seguinte tema: Integrando boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG)
- **Disponível em:** <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2025/12/ATA-DA-421a-COAUD-19.11.2025.pdf>

XIX. ROCOAUD nº 422ª, de 27/11/2025.

- **Solicitação 1:** Plano de Trabalho do COAUD para Exercício de 2026 - Avaliar e Monitorar Exposições de Risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes: a) remuneração da administração; b) utilização de ativos da Companhia; e c) gastos incorridos em nome da Companhia.
- **Disponível em:** https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2026/01/ATA-DA-422a-COAUD_27.11.2025.pdf

ROCOAUD nº 424ª, de 11/12/2025

- **Solicitação 1:** Prorrogação de prazo para cumprimento de ponto de Auditoria - Implementação de Plano de Continuidade de Negócios - Considerando que o cronograma apresentado considera apenas a fase de contratação da empresa, este COAUD solicitou a elaboração e envio do cronograma completo, incluindo a fase de elaboração da Solução de Gestão de Continuidade de Negócios pela empresa que será contratada.
- **Disponível em:** https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2026/01/ATA-DA-424a-COAUD_11.12.2025.pdf

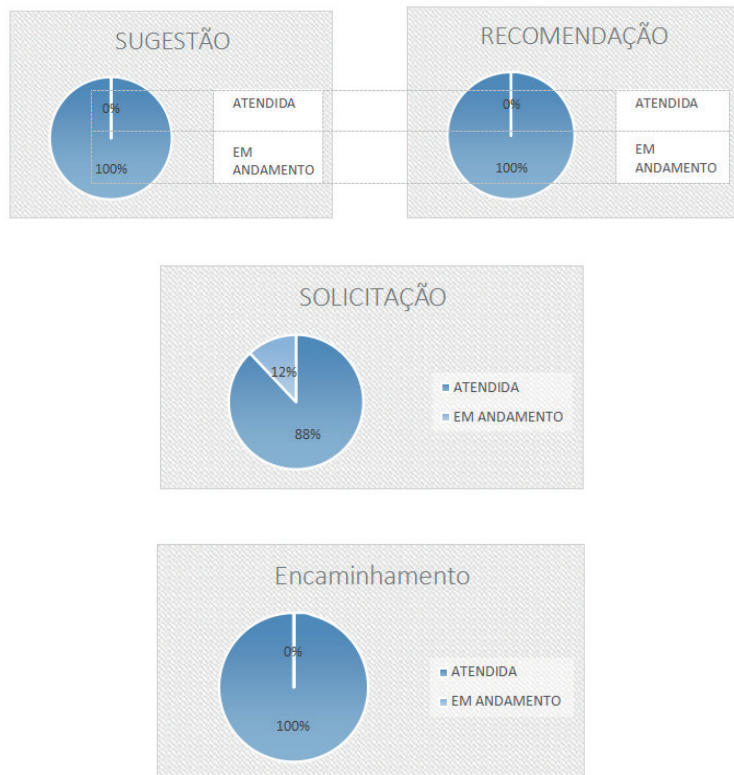


MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Período: janeiro-dezembro de 2025			
Demanda	Total	Implementada	Em andamento
Recomendações	2	2	0
	100%	100%	0%
Sugestões	1	1	0
	100%	100%	0%
Solicitação	25	22	3
	100%	88%	14%
Encaminhamento	2	2	0
	100%	100%	0%

Período: janeiro-dezembro de 2025



4 Destaques

Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

Das Demonstrações Contábeis

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Contábeis de 31/12/2025, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas, dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores Independentes.

O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Telebras.

Da Auditoria Independente

O Comitê reuniu-se com o auditor independente, senhor Marlos Reinert para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025 e de sua avaliação dos controles internos da Telebras.

O COAUD considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes.

Autoavaliação

De acordo com o Regimento Interno, o Comitê procedeu com sua autoavaliação, objetivando identificar possibilidades de melhorias na sua forma e amplitude de atuação.

Os resultados foram encaminhados ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração para concatenação dos dados, e posteriormente disponibilizado ao Conselho de Administração para conhecimento e avaliação pela Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade (GIRC).

Partes Relacionadas

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliando e monitorando, em conjunto com a administração, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2026) recebeu, e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2025), discutiu e acompanhou o relatório da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.

Gestão de Riscos, Controles e Conformidade

O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para reduzir os riscos da Companhia e aumentar os controles internos.

Canal de Denúncia

Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno do COAUD, o canal de denúncias está sendo monitorado. Os interessados podem encaminhar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Em 2025 o Comitê não recebeu denúncia.

5 Conclusão

O Comitê desenvolveu os trabalhos com total autonomia e sem interferência dos administradores da Telebras, apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos.

Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Empresa.

O Comitê procedeu à apreciação da proposta do Plano Anual de Auditoria Interna - 2026 e o recomendou à aprovação pelo Conselho de Administração.

Foram realizadas reuniões com os auditores independentes (externos), para planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Contábeis de 2025.

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Telebras que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, entende ter desempenhado as suas funções estatutárias e atendido às finalidades de sua competência como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

JERÔNIMO JOSÉ CABRAL GUEDES

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário -- COAUD

CLEBER SANTIAGO

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

PAULA VICENTE DA SILVA

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS 4º TRIMESTRE DE 2025 VALORES EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

CONTRATO DE GESTÃO E PLANO DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 05 de setembro de 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações, em conformidade com a Portaria Conjunta MGI/ MPO/MF nº 57, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025 e a Lei nº 13.303/2016.

O contrato tem como fundamento o art. 47 da Lei Complementar nº 101/2001, os arts. 6º, §§ 2º a 4º, e 48, §§ 6º a 8º, da Lei nº 15.080/2024, bem como as normas e regulamentações específicas editadas pelo órgão central do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais – SISEST/MGI.

O Contrato de Gestão, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente. Esse plano reúne o diagnóstico econômico-financeiro, o planejamento estratégico, as projeções de fluxo de caixa e de resultados, além de indicadores e metas de desempenho correspondentes ao período contratual. A validade e a eficácia do Contrato de Gestão ficam condicionadas à publicação de seu extrato pelo Ministério supervisor no Diário Oficial da União e em seu sítio eletrônico oficial.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, conforme previsto no art. 6º e § 7º do art. 48 da Lei nº 15.080/2024, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, passando a ter seu orçamento acompanhado no âmbito do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais, sob supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. A Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

Para a execução do Contrato de Gestão, serão disponibilizados à Telebras recursos orçamentários pela União, a título de subvenção econômica, destinados à cobertura do déficit de manutenção relativo à operação e manutenção dos ativos e instalações, especialmente os custos e despesas que são necessárias

para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades operacionais da Companhia, discriminados na unidade orçamentária nº 41.260 (Telebras) provenientes de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício financeiro.

O acompanhamento da execução do PSEF será realizado mediante monitoramento periódico, prestação de contas e elaboração de relatórios ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conformidade com a legislação aplicável. A avaliação de desempenho será aferida com base em objetivos, indicadores e metas de desempenho pactuados no Contrato de Gestão, com foco na mensuração da eficiência, eficácia e efetividade da atuação empresarial.

A aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira e a assinatura do Contrato de Gestão foram divulgadas como fato relevante, assegurando transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, por meio do site institucional da Companhia, em observância aos princípios da publicidade e da governança corporativa.

HOMOLOGAÇÃO DOS AUMENTOS DE CAPITAL

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou dois aumentos de capital social devidamente homologados em Assembleias Gerais Extraordinárias.

Em 8 de maio de 2025, a 118ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) homologou o aumento de capital previamente aprovado na 117ª AGE, no valor de R\$ 112.256, mediante a emissão de 7.214.422 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,56 por ação. Após essa operação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.474.498 para R\$ 3.586.754, passando a ser representado por 93.597.512 ações, sendo 75.190.021 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posteriormente, em 25 de setembro de 2025, a 120ª AGE homologou o segundo aumento de capital do exercício, no montante de R\$ 132.781, decorrente da emissão de 8.385.891 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,83388257 por ação. Com essa homologação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.586.754 para R\$ 3.719.535, totalizando 101.983.403 ações, sendo 83.575.912 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trím.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Serviços de Comunicação Multimídia	146.109	114.886	90.704	27,2%	61,1%	432.484	355.951	21,5%
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.120	0,0%	0,0%	36.480	36.481	0,0%
Aluguéis e Locações - Outras	7.734	6.831	7.184	13,2%	7,7%	28.382	26.918	5,4%
Serviços de Valor Adicionado	8.732	5.226	6.931	67,1%	26,0%	26.411	20.029	31,9%
Compartilhamento de Receita	2.832	3.126	1.923	-9,4%	47,3%	10.421	13.633	-23,6%
Outras Receitas	1.744	5.708	1.131	-69,4%	54,2%	6.730	9.379	-28,2%
Receita Operacional Bruta	176.271	144.897	116.993	21,7%	50,7%	540.908	462.391	17,0%
Deduções da Receita	(15.716)	(13.347)	(10.853)	17,8%	44,8%	(49.899)	(48.076)	3,8%
Receita Operacional Líquida	160.555	131.550	106.140	22,0%	51,3%	491.009	414.315	18,5%

No 4T25, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 160,6 milhões, representando um aumento de 22,0%, ou R\$ 29,0 milhões, em relação ao 4T24, quando totalizou R\$ 131,6 milhões. Na comparação com o 3T25, o crescimento foi de 51,3%.

A evolução trimestral reflete, principalmente, o reconhecimento dos reajustes de preços dos contratos vigentes no período, o registro da receita referente ao serviço de instalação de equipamentos de meios de conexão no contrato de swap firmado com a operadora TIM, além do ingresso de novos clientes.

No acumulado de 2025, a receita somou R\$ 491,0 milhões, ante R\$ 414,3 milhões registrados em 2024, o que representa um crescimento de 18,5% na comparação anual. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelos reajustes aplicados aos contratos e pelo início da prestação de serviços a novos clientes.

O comportamento da receita bruta por serviço no exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024, foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): A receita de SCM em 2025 totalizou R\$ 432,5 milhões, ante R\$ 356,0 milhões registrados em 2024, representando um crescimento de 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorre principalmente de: (i) início da prestação de serviços a novos clientes; e (ii) reajustes anuais nos preços dos contratos, especialmente no âmbito do programa GESAC.

No quarto trimestre de 2025, a Telebras celebrou um contrato de operações de swap com a operadora TIM e, em consequência desse acordo, reconheceu em seu resultado receita de serviço de instalação no montante de R\$ 12,8 milhões.

Locação de Capacidade Satelital: Esse produto permaneceu estável na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024, registrando receita de R\$ 36,5 milhões. Esse valor corresponde ao reconhecimento da receita pela cessão de capacidade satelital ao Ministério da Defesa.

Aluguéis e Locações - Outras: A rubrica compreende o aluguel de cabos ópticos, a locação de roteadores e o aluguel de infraestrutura do segmento satelital, decorrente do contrato de parceria com a Viasat. Em 2025, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 28,4 milhões, ante R\$ 26,9 milhões registrados em 2024, o que representa um aumento de 5,4%.

Compartilhamento de Receitas: No acumulado de 2025, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 10,4 milhões, ante R\$ 13,6 milhões registrados em 2024, o que representa uma redução de 23,6%. Essa diminuição é explicada pelo menor volume de recursos recebidos da Viasat ao longo do período.

Serviço de Valor Adicionado: Em 2025, a receita de SVA totalizou R\$ 26,4 milhões, ante R\$ 20,0 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 31,9% na comparação anual. Esse aumento decorre da expansão do portfólio de serviços de valor adicionado, que impulsionou a demanda e ampliou a participação dessa linha no resultado operacional da companhia.

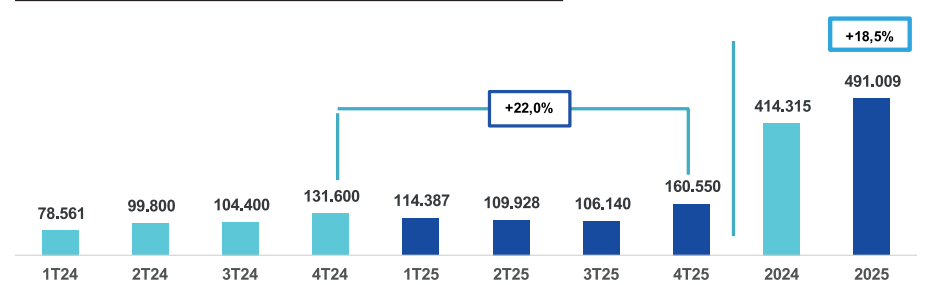
Outras Receitas: As Outras Receitas totalizaram R\$ 6,7 milhões em 2025, ante R\$ 9,4 milhões registrados em 2024, e correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de Wi-Fi, abrangendo os programas Wi-Fi Brasil, Wi-Fi Telebras e Wi-Fi Externo. Em 2025, esse conjunto de serviços apresentou uma

redução de 28,2% em relação ao montante registrado no ano anterior. Apesar do aumento no número de clientes atendidos em comparação ao ano anterior, o resultado apresentou retração devido à redução dos pontos ativos do Programa GESAC, o que ocasionou diminuição da receita no período.

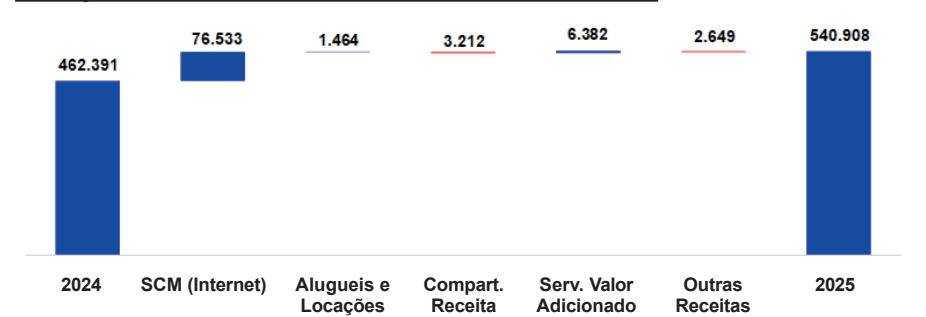
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Em 2025, as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem tributos, descontos e cancelamentos incidentes sobre a Receita Operacional Bruta, apresentaram crescimento de 3,8% em relação a 2024.

COMPORTAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL - R\$ MIL



EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA 2024 - 2025 - R\$ MIL¹



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA (EXCETO DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO)²

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trím.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Meios de Conexão e Transmissão	(57.454)	(32.074)	(39.414)	79,1%	45,8%	(170.423)	(135.121)	26,1%
Serviços de Terceiros	(36.583)	(44.153)	(40.050)	-17,1%	-8,7%	(153.128)	(173.875)	-11,9%
Pessoal (exclui PISP)	(32.547)	(28.530)	(29.536)	14,1%	10,2%	(119.390)	(111.058)	7,5%
Aluguéis, Locações, Seguros e Outros	(21.764)	(16.119)	(11.751)	35,0%	85,2%	(62.049)	(50.467)	22,9%
Tributos	(1.845)	(1.592)	(1.270)	15,9%	45,3%	(6.256)	(5.372)	16,5%
Compartilhamento de Instalações	(952)	(504)	(951)	88,9%	0,1%	(3.877)	(3.803)	1,9%
PECLD ³	(1.415)	(931)	(831)	52,0%	70,3%	(2.807)	(2.752)	2,0%
PISP ⁴	(848)	(191)	324	344,0%	-361,7%	(1.733)	(411)	321,7%
Materiais	(7)	(5)	(52)	40,0%	-86,5%	(76)	(809)	-90,6%
Total	(153.415)	(124.099)	(123.531)	23,6%	24,2%	(519.739)	(483.668)	7,5%

EVOLUÇÃO 2024 - 2025 - R\$ MIL⁵



Os Custos e Despesas Operacionais (exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 153,4 milhões no 4T25, representando um crescimento de 23,6% em comparação ao 4T24 (R\$ 124,1 milhões). Em relação ao 3T25, houve aumento de 24,2%. Esse incremento entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no montante de R\$ 12,8 milhões, conforme previsto no contrato de swap celebrado com a operadora TIM.

No acumulado de 2025, esses custos e despesas somaram R\$ 519,7 milhões, ante R\$ 483,7 milhões registrados em 2024, o que corresponde a um aumento de 7,5% na comparação anual.

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: Em 2025, os custos de conexão e transmissão apresentaram aumento de 26,1%, totalizando R\$ 170,4 milhões, ante R\$ 135,1 milhões registrados em 2024. Os principais componentes dessa linha são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD - última milha) e com Backbone, que registraram elevações de 35,8% e 0,5%, respectivamente, na comparação anual. O aumento de 35,8% nos custos de EILD reflete a contratação de serviços conexão satelital para atender às demandas de serviços da Telebras.

Adicionalmente, contribuiu para o crescimento desses custos o reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no valor de R\$ 12,8 milhões, relacionada ao contrato de swap firmado com a operadora TIM.

De modo geral, o comportamento dessa linha evidencia sobretudo o aumento dos gastos associados ao acesso de última milha — que representa parcela significativa dos custos operacionais da companhia — enquanto os custos de Backbone permaneceram relativamente estáveis ao longo do período.

PESSOAL: EM 2025, Os custos e despesas com Pessoal apresentaram um aumento de 7,5% em 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo resulta, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) concessão de promoções decorrentes do processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores;
- ii) reposição das perdas salariais estabelecida pelo acordo coletivo vigente; e
- iii) aumento do quadro de colaboradores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: Os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram redução de 11,9% em 2025, quando comparados ao mesmo período de 2024. Essa diminuição decorre, principalmente, da redução dos gastos relacionados à manutenção da planta terrestre e satelital, bem como da queda nos custos e despesas com manutenção de hardware e softwares vinculados às áreas de operação e administração. Tal movimento reflete, sobretudo, os efeitos do reconhecimento/reversão de provisões e do encerramento de contratos ao longo do exercício.

ALUGUÉIS, LOCAÇÕES E SEGUROS: A rubrica apresentou um aumento de 22,9% na comparação com o exercício de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente da elevação dos custos de locação dos equipamentos para conexão e operação satelital registrados no período, em razão da contratação de outras operadoras de satélite para atendimento às demandas de serviços, além da Viasat.

¹ A cor vermelha representa redução de receita.

² Custos e Despesas vinculadas às funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços Gerais e Administrativas.

³ Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.

⁴ Programa de Indenização por Serviços Prestados.

⁵ A cor azul representa a redução dos custos/despesas.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Depreciação e Amortização	(64.696)	(69.454)	(69.063)	-6,9%	-6,3%	(274.104)	(270.044)	1,5%

A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 1,5% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, das transferências de bens que estavam classificados na condição de "em andamento" e passaram para a condição de "em Serviço" ao longo desses períodos, passando assim a compor a base depreciável. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo incremento do número de ativos que atingiram a condição de totalmente depreciados, reduzindo o impacto líquido da despesa no exercício.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404	409	23	243,3%	6004,3%	369	(1.013)	136,4%

O Resultado de Equivalência Patrimonial reflete a participação da Telebras (49%) no resultado da coligada Visiona ao longo do período. Em 2025, a coligada registrou Lucro Líquido de R\$ 0,8 milhão, ante um Prejuízo de R\$ 2,1 milhões em 2024, o que resultou em um efeito positivo de equivalência patrimonial para a Telebras no valor de R\$ 0,4 milhão (comparado a R\$ 1,0 milhão negativo em 2024).

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Outras Receitas Operacionais								
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	234.446	28.357	43.710	726,8%	436,4%	406.942	158.402	156,9%
Superávit de Previdência Privada (ii)	102.225	212.038	32.502	-51,8%	214,5%	134.727	212.038	-36,5%
Recuperação de Tributos - Créditos sobre insumos (iii)	4.981	9.073	4.988	-45,1%	-0,1%	17.575	20.538	-14,4%
Ativos Contingentes (iv)	14.922	-	-	100,0%	100,0%	14.960	-	100,0%
Outras Receitas Operacionais	743	1.945	312	-61,8%	138,1%	2.717	5.568	-51,2%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais (v)	(10.855)	(22.806)	(3.008)	-52,4%	260,9%	(13.870)	(22.848)	-39,3%
Total	346.462	228.607	78.504	51,6%	341,3%	563.051	373.698	50,7%
Outras Despesas Operacionais								
Tributos	(1.952)	(749)	(2.065)	160,6%	-5,5%	(7.912)	(6.116)	29,4%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(3.029)	(33)	(797)	9078,8%	280,1%	(5.196)	(498)	943,4%
Multas sobre Contas a Receber - Contratos	(1.500)	(679)	(1.952)	120,9%	-23,2%	(4.874)	(3.568)	36,6%
Multas sobre Obrigações com Fornecedores	(2.988)	(939)	(18)	218,2%	16500,0%	(3.029)	(1.215)	149,3%
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	1.366	-	-100,0%	-	-	(2.666)	-100,0%
Outras Despesas Operacionais	(615)	(883)	968	-30,4%	263,9%	(2.875)	(729)	294,4%
Total	(10.084)	(1.917)	(5.001)	426,0%	101,6%	(23.886)	(14.792)	61,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	336.378	226.690	73.503	48,4%	357,6%	539.165	358.906	50,2%

No 4T25, o resultado da linha de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo em R\$ 336,4 milhões, frente aos R\$ 226,7 milhões registrados no 4T24, o que representa um crescimento de 48,4%. Em comparação ao 3T25, observou-se um aumento expressivo de 357,6%. Esse desempenho reflete, principalmente, o maior volume de recursos oriundos de subvenções orçamentárias, bem como o reconhecimento de ativo contingente no período.

No acumulado de 2025, o resultado dessa linha totalizou R\$ 539,2 milhões, ante R\$ 358,9 milhões registrados em 2024. As principais variações que explicam essa evolução no comparativo anual são apresentadas a seguir:

i) **SUBVENÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS:** A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente e, com isso, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas de pessoal, custeio e investimentos. Os recursos destinados a pessoal e demais custeios são reconhecidos no resultado da Companhia à medida que são realizados, conforme o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. Já os recursos voltados a investimentos são registrados no passivo não circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 2025, a Telebras reconheceu R\$ 406,9 milhões no resultado (ante R\$ 158,2 milhões em 2024), representando um aumento de 156,9%. Esse crescimento decorre, principalmente, dos recursos recebidos para quitação do financiamento junto à FINEP e dos valores vinculados ao contrato de gestão, destinados ao pagamento de obrigações da Companhia.

Os valores recebidos foram aplicados da seguinte forma:

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Pessoal	-	5.772	25.821	-100,0%	-100,0%	88.963	82.110	8,3%
Outros Custeios	-	22.585	17.889	-100,0%	-100,0%	83.533	76.292	9,5%
Contrato de Gestão	234.446	-	-	100,0%	100,0%	234.446	-	100,0%
Total	234.446	28.357	43.710	726,8%	436,4%	406.942	158.402	156,9%

ii) **Superávit - Previdência Privada:** Nos exercícios de 2025 e 2024, a Telebras reconheceu os montantes de R\$ 134.727 e R\$ 212.038, respectivamente, referentes aos superávits apurados nos planos PBS-A (anos-base 2022 e 2023) e Telebrasprev (anos-base 2016, 2017, 2023 e 2024).

Os valores a receber serão repassados à Companhia em 36 parcelas mensais. Com exceção do superávit referente ao ano-base de 2016, cujas parcelas serão atualizadas pela rentabilidade do respectivo plano, os demais valores serão recebidos em parcelas fixas, sem atualização monetária.

iii) **Recuperação de Tributos - Créditos sobre insumos:** Representam os créditos obtidos sobre a compra de insumos vinculados à prestação de serviços, os quais são compensados no pagamento das contribuições de PIS e Cofins. Em 2025, registrou-se uma redução de 14,4% em relação ao ano de 2024.

iv) **Ativos Contingentes:** O saldo refere-se ao ganho decorrente de decisões judiciais favoráveis à Telebras. No exercício de 2025, a Companhia obteve êxito em ação movida contra a Federação Internacional de Futebol (FIFA), relativa a pendências contratuais originadas durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Após a sentença favorável, as partes formalizaram acordo no qual a FIFA renunciou aos recursos que ainda poderia interpor e reconheceu a obrigação de quitar o valor devido, acrescido de atualização monetária. Em decorrência desse acordo, a Telebras recebeu o montante de R\$ 14.922, valor que foi contabilizado como ingresso extraordinário decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

v) **Tributos sobre Outras Receitas Operacionais:** A redução de 39,3% em relação ao exercício de 2024 decorre, principalmente, da diminuição dos eventos reconhecidos no resultado do período classificados como outras receitas operacionais e que são sujeitos à incidência de PIS e Cofins. A menor geração desses eventos no exercício reduziu a base tributável e, consequentemente, o montante registrado nessa rubrica.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Receitas Financeiras								
Juros sobre Aplicações Financeiras	55.844	27.813	50.070	100,8%	11,5%	194.343	116.459	66,9%
Juros sobre Superávit Previdência Privada	3.838	615	4.205	524,1%	-8,7%	18.867	2.610	622,9%
Juros sobre Tributos	2.962	2.228	5.747	32,9%	-48,5%	12.724	10.871	17,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.176	955	1.174	23,1%	0,2%	4.534	3.644	24,4%
Descontos Financeiros sobre Passivos	2.808	-	-	100,0%	100,0%	2.808	-	100,0%
Outras Receitas Financeiras	17	35	49	-51,4%	-65,3%	254	867	-70,7%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(3.045)	(1.427)	(2.793)	113,4%	9,0%	(10.649)	(6.107)	74,4%
Total	63.600	30.219	58.452	110,5%	8,8%	222.881	128.344	73,7%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(67.622)	(49.785)	(67.316)	35,8%	0,5%	(249.981)	(189.369)	32,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(3.969)	(3.552)	(2.442)	11,7%	62,5%	(14.247)	(12.998)	9,6%
Juros/VM sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.427)	(1.734)	(1.208)	-17,7%	18,1%	(6.484)	(6.298)	3,0%
Juros sobre Obrigações com Fornecedores	(2.568)	-	-	100,0%	100,0%	(2.568)	-	100,0%
Variação Cambial sobre Obrigações com Fornecedores	(2.511)	-	-	100,0%	100,0%	(2.511)	-	100,0%
Outras Despesas Financeiras	(336)	(1.119)	(168)	-70,0%	100,0%	(1.354)	(4.747)	-71,5%
Total	(78.433)	(56.190)	(71.134)	39,6%	10,3%	(277.145)	(213.412)	29,9%
Resultado Financeiro Líquido	(14.833)	(25.971)	(12.682)	-42,9%	17,0%	(54.264)	(85.068)	-36,22%

Em 2025, o resultado financeiro apresentou saldo negativo de R\$ 54,3 milhões, frente aos R\$ 85,1 milhões negativos registrados em 2024, o que representa uma melhora de 36,2% no desempenho. Essa evolução é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) o crescimento de 66,9% dos rendimentos de aplicações financeiras, reflexo do aumento da rentabilidade média dos fundos no comparativo entre os períodos; e ii) a atualização monetária dos valores a receber referentes ao Superávit de Previdência Privada, reconhecidos em 2024, que contribuiu positivamente para o resultado.

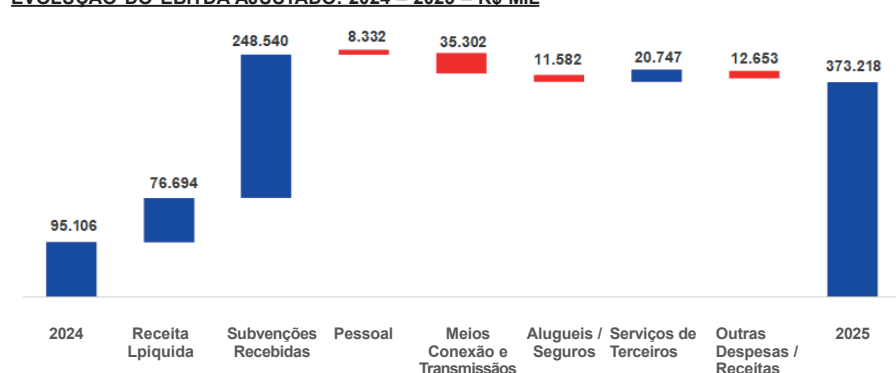
Esses efeitos favoráveis, contudo, foram parcialmente compensados pelo aumento de 32,0% nos encargos financeiros do AFAC, decorrente da elevação da taxa Selic — indexador utilizado para a atualização desses valores.



EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	223.461	139.125	(25.610)	60,6%	972,6%	140.504	(66.572)	311,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	41.932	-	-	100,0%	100,0%	41.932	-	100,0%
(+) Resultado Financeiro	14.833	25.971	12.682	-42,9%	17,0%	54.264	85.068	-36,2%
(+) Depreciação e Amortização	64.696	69.454	69.063	-6,8%	-6,3%	274.104	270.044	1,5%
EBITDA	344.922	234.550	56.135	47,1%	514,5%	510.804	288.540	77,0%
Ajustes:								
(+/-) Equivalência Patrimonial	(1.404)	(409)	(23)	243,3%	6004,3%	(369)	1.013	-136,4%
(-) Superávit - Previdência Privada	(102.225)	(212.038)	(32.502)	-51,8%	214,5%	(134.727)	(212.038)	-36,5%
(+) Tributos s/ Superávit de Previdência Privada	9.456	19.614	3.006	-51,8%	214,5%	12.462	19.614	-36,5%
(+) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.339)	(1.322)	(1.332)	1,3%	0,5%	(5.307)	(5.219)	1,7%
(+) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(283)	(160)	(131)	76,9%	115,4%	(867)	(741)	17,0%
(-) Ganho sobre Baixa de Passivos	-	(598)	-	-100,0%	-	(76)	(2.297)	-96,7%
(+/-) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	(1.366)	-	-100,0%	-	-	2.666	-100,0%
(-) Ativos Contingentes	(14.922)	-	-	100,0%	100,0%	(14.960)	-	100,0%
(+) Tributos s/ Ativos Contingentes	1.384	-	-	100,0%	100,0%	1.384	-	100,0%
(+) Multas Contratuais	1.500	679	1.952	120,9%	-23,2%	4.874	3.568	36,6%
EBITDA Ajustado	237.085	38.950	27.105	508,7%	774,7%	373.218	95.106	292,4%
Margem EBITDA	214,8%	178,3%	52,9%	20,5%	306,2%	104,0%	69,6%	49,4%
Margem EBITDA Ajustado	147,7%	29,6%	25,5%	398,7%	478,2%	76,0%	23,0%	231,1%

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO: 2024 – 2025 – R\$ MIL⁶



O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes

RESULTADO RECORRENTE⁷

R\$ Mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25					
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	223.461	139.125	(25.610)	60,6%	972,6%	140.504	(66.572)	311,1%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:								
(-) Superávit - Previdência Privada	(102.225)	(212.038)	(32.502)	-51,8%	214,5%	(134.727)	(212.038)	-36,5%
(+) Tributos sobre Superávit	9.456	-	3.006	100,0%	214,5%	12.462	19.614	-36,5%
(-) Ganho sobre Baixa de Passivos	-	(598)	-	-100,0%	-	(76)	(2.297)	-96,7%
(-) Ativos Contingentes	(14.922)	-	-	100,0%	100,0%	(14.960)	-	100,0%
(+) Tributos s/ Ativo Contingente	1.384	-	-	100,0%	100,0%	1.384	-	100,0%
(+/-) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	(1.366)	-	-100,0%	-	-	2.666	-100,0%
(+) Multas Contratuais	1.500	679	1.952	120,9%	-23,2%	4.874	3.568	36,6%
(+) Ajuste de IRPJ/CSLL sobre Eventos Não recorrentes	24.944	-	-	100,0%	100,0%	31.188	-	100,0%
Lucro/(Prejuízo) Líquido Recorrente	143.598	(74.198)	(53.154)	293,5%	370,2%	40.649	(255.059)	-115,9%
Margem Líquida	89,4%	-56,4%	-50,1%	258,6%	278,6%	8,3%	-61,6%	113,4%
Prejuízo por Ação (R\$)	1.40805	(0,85894)	(0,52120)	263,9%	370,2%	0,3986	(2,95266)	113,5%

Em 2025, a Telebras apresentou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 40,6 milhões, frente ao Prejuízo Recorrente de R\$ 255,1 milhões registrado em 2024. O desempenho positivo no exercício de 2025 é explicado pelos seguintes fatores: i) aumento das receitas de prestação de serviços; ii) crescimento das subvenções orçamentárias recebidas e realizadas; iii) melhora do resultado financeiro; e iv) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA⁸

R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	-	46.210	90.602	-100,0%	-100,0%
Curto Prazo	-	46.210	45.710	-100,0%	-100,0%
Longo Prazo	-	-	44.892	-100,0%	-100,0%
Arrendamento Mercantil (Leasing)	19.879	9.513	14.121	109,0%	40,8%
Curto Prazo	5.093	5.374	5.324	-5,2%	-4,3%
Longo Prazo	14.786	4.139	8.797	257,2%	68,1%
Cretores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	-	118.882	132.440	-100,0%	-100,0%
Curto Prazo	-	16.635	16.436	-100,0%	-100,0%
Longo Prazo	-	102.247	116.004	-100,0%	-100,0%
Dívida Bruta	19.879	174.605	237.163	-88,6%	-91,6%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	50.665	84.313	77.976	-39,9%	-35,0%
(-) Caixa Disponível ⁹	509.231	330.095	311.305	54,3%	63,6%
Dívida Líquida	(540.017)	(239.803)	(152.118)	125,2%	255,0%
EBITDA Anualizado¹⁰	510.804	288.539	186.134	77,0%	174,4%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	-	-	-

Em dezembro de 2025, a Telebras apresentou dívida líquida negativa, ou seja, o valor das disponibilidades e das aplicações financeiras superou o montante da dívida bruta. O saldo atingiu R\$ 540,0 milhões, comparado a R\$ 239,8 milhões em dezembro de 2024 e R\$ 152,1 milhões em dezembro de 2023, o que representa acréscimos de 125,2% e 255,0%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos.

Esse comportamento é explicado pela redução da dívida bruta, decorrente das amortizações realizadas ao longo do exercício, aliada à manutenção de um elevado volume de disponibilidades financeiras da Companhia. Devido à condição de dívida líquida negativa, o indicador Dívida Líquida / EBITDA não é apresentado nos períodos divulgados, uma vez que a métrica perde sentido econômico nessa situação.

⁶ A cor vermelha representa aumento dos custos/despesas.

⁷ Resultado recorrente é um indicador financeiro que representa o lucro ou prejuízo da empresa gerado pelas suas operações habituais, excluindo efeitos considerados não recorrentes, como: ganhos ou perdas extraordinárias; eventos pontuais que não fazem parte da atividade principal; efeitos de decisões contábeis atípicas; e itens não operacionais ou de caráter não repetitivo.

⁸ Dívida Líquida = Dívida Bruta - (Caixa e Equivalentes de Caixa + Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e acordos judiciais firmados com credores).

⁹ Exclui o valor das aplicações financeiras dos recursos recebidos a título de AFAC e registrado na rubrica de Disponibilidade, uma vez, que esse recurso não pode ser utilizado para a liquidação da Dívida Bruta.

¹⁰ EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 156, de 23 de junho de 2022, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicadores de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

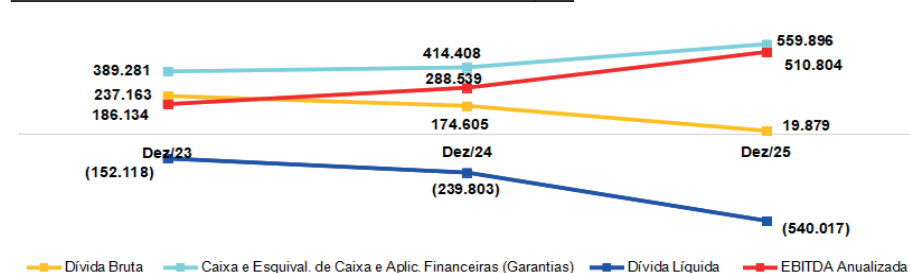
Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 373,2 milhões, ante R\$ 95,1 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 292,4% na comparação anual. Esse incremento decorre, essencialmente, de três fatores:

- i) expansão da Receita Operacional Líquida; ii) aumento das Subvenções Orçamentárias Recebidas, destinadas ao pagamento de pessoal, outros custos e obrigações vinculadas ao contrato de gestão; e
- iii) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 76,0% em 2025, comparada aos 23,0% registrados em 2024, refletindo um avanço de 231,1% no período.

Quando desconsideradas as Subvenções Orçamentárias — que somaram R\$ 406,9 milhões em 2025, frente a R\$ 158,4 milhões em 2024 — o EBITDA Ajustado seria negativo em R\$ 33,7 milhões em 2025, ante R\$ 63,3 milhões negativos em 2024, evidenciando uma melhora de 46,7%. Nesse cenário, a Margem EBITDA Ajustada corresponderia a -6,9% em 2025, comparada a -15,3% em 2024.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta - Moeda Nacional - R\$ Mil	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Arrendamento Mercantil Financeiro	5.093	4.502	3.701	3.517	3.018	48	19.879

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

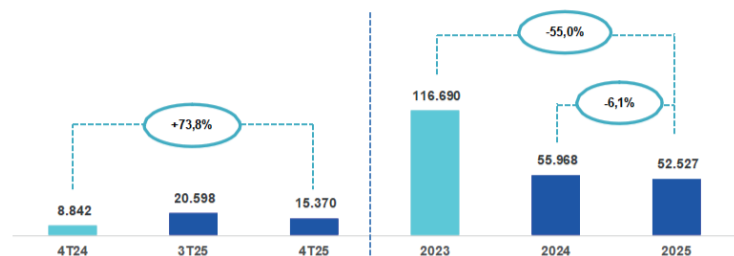
R\$ mil	31/12/2025		
	Empréstimos e Financiamentos	Arrendamento Mercantil Financeiro	Acordos Judiciais
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2024	46.210	9.513	118.882
Adições	-	16.545	-
Juros e Variação Monetária do Período	(209)	868	14.108
Juros Pagos	(224)	-	(9.807)
Baixa para Resultado do Período	-	(868)	-
Amortizações de principal	(45.777)	(6.179)	(123.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	19.879	-



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



INVESTIMENTOS EM BENS DE CAPITAL – CAPEX – R\$ MIL



No 4T25, a Telebras realizou investimentos de R\$ 15,4 milhões, ante R\$ 8,8 milhões no 4T24. Em relação ao 3T25, houve uma queda de 27,0%. No acumulado de 2025, foram investidos R\$ 52,5 milhões, o que representa uma redução de 6,1% em comparação a 2024 e de 55,0% em relação a 2023. A retração observada decorre, principalmente, das restrições orçamentárias enfrentadas pela Empresa nos dois últimos exercícios.

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ mil	Trimestres				
	4T25	4T24	3T25	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	176.271	144.897	116.993	540.908	462.391
Serviços de Comunicação Multimídia	146.109	114.886	90.704	432.484	355.951
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.120	36.480	36.481
Aluguéis e Locações	7.734	6.831	7.184	28.382	26.918
Receita de Valor Adicionado	8.732	5.226	6.931	26.411	20.029
Compartilhamento de Receita	2.832	3.126	1.923	10.421	13.633
Outras Receitas	1.744	5.708	1.131	6.730	9.379
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(15.716)	(13.347)	(10.853)	(49.899)	(48.076)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	160.555	131.550	106.140	491.009	414.315
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	184.367	103.000	(50.005)	19.795	(125.775)
Meios de Conexão e Transmissão	(57.454)	(32.074)	(39.414)	(170.423)	(135.121)
Serviços de Terceiros	(36.583)	(44.153)	(40.050)	(153.128)	(173.875)
Pessoal (Exclui PISP)	(32.547)	(28.530)	(29.536)	(119.390)	(111.058)
Aluguéis e Locações	(21.764)	(16.119)	(11.751)	(62.049)	(50.467)
Tributos	(1.845)	(1.591)	(1.270)	(6.256)	(5.372)
Compartilhamento de Infraestrutura	(952)	(504)	(951)	(3.877)	(3.803)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.415)	(930)	(831)	(2.807)	(2.752)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(848)	(191)	324	(1.733)	(411)
Material	(7)	(7)	(52)	(76)	(809)
Equivalência Patrimonial	1.404	409	23	369	(1.013)
Outras Despesas Operacionais	(10.084)	(1.917)	(5.001)	(23.886)	(14.792)
Outras Receitas Operacionais	346.462	228.607	78.504	563.051	373.698
EBITDA	344.922	234.550	56.135	510.804	288.540
Margem EBITDA	214,8%	178,30%	52,89%	104,03%	69,64%
Depreciação e Amortização	(64.696)	(69.454)	(69.063)	(274.104)	(270.044)
EBIT	280.226	165.096	(12.928)	236.700	18.496
Resultado Financeiro	(14.833)	(25.971)	(12.682)	(54.264)	(85.068)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/ PARTICIPAÇÕES	265.393	139.125	(25.610)	182.436	(66.572)
DEDUÇÕES DO RESULTADO	(41.932)	-	-	(41.932)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.932)	-	-	(41.932)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	223.461	139.125	(25.610)	140.504	(66.572)
Margem Líquida	139,2%	105,76%	-24,13%	28,62%	-16,07%
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	2,4266	1,6106	(0,2862)	1,5258	(0,7707)

ANEXO II

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Total Ativo	4.412.466	4.089.985	4.003.587
Circulante	2.310.040	1.776.003	1.607.349
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.514	425.387	380.712
Contas a Receber de Clientes	448.342	233.301	176.885
Tributos a Compensar/Recuperar	204.516	178.044	177.601
Depósitos Judiciais	7.311	7.364	6.903
Aplicações Financeiras	822.352	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	103.565	84.429	12.270
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	1.945	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	23.495	23.181	28.681
Não Circulante	2.102.426	2.313.982	2.396.238
Aplicações Financeiras	53.949	86.686	80.682
Tributos a Compensar/Recuperar	3.795	8.282	11.634
Superávit - Previdência Privada	185.037	143.216	15.726
Dividendos a Receber	-	5.456	5.456
Depósitos Judiciais	52.566	48.726	45.542
Outros Ativos Realizáveis	6.667	12.381	22.569
Realizável a Longo Prazo	302.014	304.747	181.609
Investimentos	76.332	80.124	70.084
Imobilizado	1.697.499	1.909.708	2.121.373
Intangível	26.581	19.403	23.172
Total Passivo	4.412.466	4.089.985	4.003.587
Circulante	367.137	314.577	280.660
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	21.583	13.331	13.114
Fornecedores	151.794	144.636	122.719
Tributos Diretos	41.932	-	-
Tributos Indiretos	16.844	23.499	3.466
Receitas Diferidas	44.406	44.406	62.812
Empréstimos e Financiamentos	5.093	51.584	51.034
Financiamento FINEP	-	46.210	45.710
Arrendamento Mercantil Financeiro	5.093	5.374	5.324
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.416	4.877	4.295
Credores por Perdas Judiciais	-	16.635	16.436
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	2.191	1.828	1.766
Subvenções Orçamentárias a Realizar	52.741	59	-
Outras Obrigações	25.137	13.722	5.018
Não Circulante	2.293.240	2.293.396	2.297.276
Empréstimos e Financiamentos	14.786	4.139	53.689
Financiamento FINEP	-	-	44.892
Arrendamento Mercantil Financeiro	14.786	4.139	8.797
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	66.303	59.881	54.590
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	19.075	20.923	21.910
Credores por Perdas Judiciais	-	102.247	116.004
Grupo de Ações	680	680	680
Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.951.045	1.831.921	1.740.318
Receitas Diferidas	241.351	273.605	310.085

Patrimônio Líquido	1.752.089	1.482.012	1.425.651
Capital Social	3.719.535	3.474.498	3.474.498
Prejuízos Acumulados	(1.999.280)	(2.139.784)	(2.073.212)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.945	35.153	24.476
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)
Recursos Capitalizáveis - AFAC	-	112.256	-

ANEXO III

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ mil	Trimestres				
	4T25	4T24	3T25	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	265.393	139.125	(25.610)	182.436	(66.572)
Ajustes por:					
Depreciação e Amortização	64.695	69.453	69.064	274.104	270.044
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.821	32	697	3.775	(76)
V. Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.427	1.734	1.208	6.484	6.298
Receitas Diferidas - Realizações	(9.120)	(9.120)	(9.120)	(36.480)	(54.886)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	(369)	1.013
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	(1.404)	(407)	(23)	(369)	-
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	67.622	49.785	67.317	249.981	189.369
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	-	952	-	(209)	3.651
Varição Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	1.378	219	(312)	3.292	624
Varição Monetária de Depósitos Judiciais	3.970	3.553	2.302	14.108	12.999
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.177)	(955)	(1.174)	(4.535)	(3.644)
Despesas Financeiras - Apropriação de Juros a Incorrer - IFRS 16	1.415	931	831	2.807	2.752
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	283	160	132	868	741
Ganho na Baixa de Passivo	-	(1.366)	-	-	2.666
Superávit de Previdência Privada	-	(598)	-	(76)	(2.297)
Perda na Baixa de Ativos - Tributos	(102.225)	(212.038)	(32.502)	(134.727)	(212.038)
Recuperação de Créditos Tributários	4.795	2.963	-	4.795	2.963
Subvenções Realizadas - Contrato de Gestão	(3.744)	(2.150)	829	-	-
Outras Receitas e Despesas	(234.446)	-	-	(234.446)	-
	-	-	91	91	-
Subtotal	(203.710)	(96.852)	99.340	149.463	220.179
Mutações Patrimoniais:					
Contas a Receber de Clientes	(24.342)	(56.014)	(63.987)	(242.191)	(59.168)
Tributos a Recuperar	(14.559)	(8.827)	(7.660)	(18.886)	(54)
Depósitos Judiciais	351	18	(394)	-	-
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(2.545)	(4.870)	8.081	8.252	217
Fornecedores	(104.918)	(54.681)	30.061	7.425	1.298
Outras Contas Ativas e Passivas	34.250	24.524	(37.986)	(7.502)	43.723
Subtotal	(111.763)	(99.850)	(71.885)	(252.902)	(13.984)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais					
Pagamento de Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(2.597)	(909)	(471)	(4.777)	(1.549)
Pagamento de IRPJ/CSLL Estimados	-	-	-	(7.894)	-
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-	(399)	(1)	(224)	(2.530)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(283)	(160)	(132)	(868)	(741)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(2.277)	(20)	(288)	(3.298)	(350)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(231)	(3.526)	(2.823)	(9.807)	(12.817)
Subtotal	(5.388)	(5.014)	(3.715)	(26.868)	(17.987)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	(55.468)	(62.591)	(1.870)	52.129	121.636
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(10.274)	(11.759)	(5.096)	(25.584)	(41.772)
Aplicações Financeiras - Resgate	(10.274)	(11.759)	(5.096)	14.389	(41.772)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(10.274)	-	-	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Credores por Perdas Judiciais - Principal	(116.237)	(7.113)	(1.599)	(123.183)	(13.740)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	-	(11.413)	-	(45.777)	(45.513)
Pagamentos - Financiamento de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(1.598)	(1.396)	(1.494)	(6.179)	(5.425)
Recebimento de Parcela de Superávit - Previdência Privada	25.731	5.355	23.424	92.638	14.999
Recebimento de Subvenções Orçamentárias - Contrato de Gestão	287.186	-	-	287.186	-
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	(1)	531	67	1.924	14.490
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	195.081	(14.036)	20.398	-	-
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	129.339	(88.386)	13.432	273.127	44.675
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	698.514	425.387	569.175	698.514	425.387
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	569.175	513.773	555.743	425.387	380.712
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	129.339	(88.386)	13.432	273.127	44.675

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE

Presidente

ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA

Diretoria Técnico-Operacional

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO

Diretoria Comercial

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretoria de Governança (Interina)

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA

Contador CRC/DF 008412/0-9

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 14/04/2026

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.